SUSAN LAUREN ZILLE MACHADO

DA VILA DOM BOSQUINHO AO BAIRRO CIDADE DE ÁGUEDA: UM PROCESSO DE REMOÇÃO

RELATOS DE MORADORES DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS (2004-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lorena Almeida Gill

Pelotas, 2013

Banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª Lorena Almeida Gill (Orientadora)

Prof.ª Dr.ª Adriana Kivanski de Senna (Examinadora)

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (Examinador)

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira (Examinador)

AGRADECIMENTOS

São diversos os meios pelos quais nossos passos incertos encontram uma trilha e seguem adiante. Ingressar em um programa de pós-graduação é uma tarefa árdua, nos sentidos mais amplos que esta palavra é capaz de significar. Quando criei coragem para me inscrever nas etapas de seleção do mestrado em História na Universidade Federal de Pelotas, no segundo semestre do ano de 2010, ainda estava concluindo a graduação. Recordo-me da insegurança que sentia em relação aos prazos de entregas de trabalhos finais de algumas disciplinas, das últimas correções do trabalho de conclusão de curso (o TCC) e das noites em que organizava a pasta-relatório do estágio realizado no Ensino Médio. Momentos de tensão emocional, cansaço físico e mental que só aumentaram com o conhecimento da carga de leituras a serem feitas para a futura e almejada prova de seleção do mestrado.

Indubitavelmente recebi muito apoio de meus pais, Nelson e Katia Machado, a quem devo não só o pleno suporte educacional que recebi no que se refere à formação profissional, mas também o aporte necessário à constituição de valores essenciais à vida e à convivência social. São poucas as palavras capazes de expressar o meu infinito agradecimento a vocês. Obrigada pai por me acompanhar na minha ida a Pelotas no dia da tão temida entrevista. Obrigada mãe por nesta ocasião orar e torcer por mim. Obrigada por não me deixar desistir do mestrado quando tomei conhecimento sobre o não recebimento da bolsa e pelo sustento integral de minhas necessidades ao longo do período de oito meses. Obrigada por tudo, pelo zelo e confiança que sempre devotaram a mim.

Meus agradecimentos a toda a minha família que recebeu com festa a notícia de minha aprovação: minha avó Maria Laura Zille, meu tio Clóvis Zille Junior, minha dinda Kelly Zille e minha prima Kamila Coelho. Dedico esta dissertação especialmente à memória da minha tia Kitty Zille que não pôde acompanhar mais esta conquista, mas que sei que desejou muito que ela se efetivasse. Tuas vibrações positivas destinadas a mim continuam a gerar frutos, apesar de nossa distância física.

Obrigada ao meu namorado e colega de profissão Uirys Souza pela compreensão, apoio, e mais do que tudo, por sua companhia.

Aos verdadeiros amigos que mesmo à distância se fizeram presentes nas mais variadas situações e que compartilharam comigo os momentos bons e os de maior estresse. Obrigada Tania Saija e Meralda Oliveira. Obrigada a William Rocha por me apresentar ao Águeda e compor parte das minhas referências bibliográficas, cedendo-me os resultados de suas pesquisas. À Debora Bondan pela companhia na hora tensa da banca de qualificação e pelo acesso ao Projeto Orla. Aos funcionários do Jornal *Agora* por me permitir a pesquisa em suas instalações.

Agradeço igualmente à minha ex-orientadora na FURG, a professora Adriana Kivanski de Senna, com quem tive a felicidade de conviver e de desenhar os esboços de minha trajetória acadêmica e profissional. Obrigada, professora, por suas palavras de incentivo e por se mostrar sempre disponível aos meus pedidos de auxílio.

Meus agradecimentos a Luiz Carlos Feijó (o Kayo), colega de pós-graduação, sem o qual não teria conseguido acesso à bibliografia indicada à realização da prova. Não teria superado esta etapa sem sua verdadeira amizade e o seu apoio.

Minha gratidão à minha orientadora, professora Lorena Almeida Gill, pela paciência e competência com que me guiou ao longo da execução deste trabalho. Obrigada por sua dedicação durante a leitura e o auxílio nas correções dos meus textos.

Agradeço aos professores que compuseram minha banca de qualificação Edgar Gandra e Sidney Gonçalves Vieira. Suas considerações foram de grande valia para a continuidade de minha pesquisa.

Minha gratidão aos professores componentes de minha banca de defesa.

Meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES.

Obrigada a todos que direta ou indiretamente propiciaram para o sucesso desta proposta. Em especial a todos os colaboradores que concordaram em compartilhar parte de suas histórias comigo.

Muito obrigada a todos vocês, de coração!

“Sempre que você se encontrar ao lado da maioria, é hora de parar e refletir.”

Mark Twain

RESUMO

Este estudo tem por objetivo investigar o processo de remoção dos moradores da Vila Dom Bosquinho para o Bairro Cidade de Águeda, no município do Rio Grande. A partir das lembranças compartilhadas pelos moradores, busca-se analisar práticas e condutas que possibilitaram averiguar a existência ou não de identificação com o novo bairro em que vivem. Para a presente dissertação é importante considerar que Rio Grande foi a primeira localidade do país a ser contemplada com projetos habitacionais incentivados pelo Governo Federal, por meio da Caixa Econômica. Logo, o Cidade de Águeda além de ser o mais recente bairro instituído no município, apresenta estrutura peculiar, já que compreende habitações ilegais precedentes às das residências financiadas pelos projetos habitacionais, o Programa de Subsídio à Habitação e o Morar Melhor. Além disto, atualmente são frequentes as invasões de pessoas que buscam um espaço para viver com suas famílias, fato que ocorre simultaneamente à época da dita "explosão de progresso" advinda com a instalação do polo naval para a construção de plataformas de extração de petróleo, previstas para no mínimo até o ano de 2015. Trata-se de um modelo de desenvolvimento que explora intensamente as áreas centrais da cidade com o turismo, o comércio e o lazer, e relegam as periferias para a margem das benesses provenientes daquele espaço. Neste sentido, se tratando de uma pesquisa em História do Tempo Presente norteada pelo suporte metodológico da História Oral Temática Híbrida, o recorte temporal selecionado se estende de 2004, ano de início das remoções, a 2012, data em que finda os prazos pré-estabelecidos de entrega dos resultados obtidos.

Palavras-chave: Projetos Habitacionais. Vila Dom Bosquinho. Bairro Cidade de Águeda. Município do Rio Grande. História Oral.

RESUMEN

Este estudio tiene por objetivo investigar el proceso de translación de los residentes de la Vila Dom Bosquinho hacia el barrio Cidade de Águeda, en el municipio de Rio Grande. Así, por medio de los recuerdos compartidos por los residentes, tiene por objetivo analizar las prácticas y conductas que ha permitido determinar la presencia o ausencia de identificación con el nuevo barrio en el que viven. Para la presente disertación es importante considerar que Rio Grande fue la primera ciudad del país a ser asistida por los proyectos de viviendas promovidas por el Gobierno Federal, a través de la Caixa Econômica. Luego, el barrio Cidade de Águeda además ser lo más nuevo establecido en la ciudad, presenta estructura peculiar, pues comprende viviendas ilegales precedentes a los proyectos de viviendas financiadas por el Programa de Subsidio à Habitação y el Morar Melhor. Por otra parte, en la actualidad, hay frecuentes invasiones de personas que buscan un lugar donde vivir con sus familias, fecho que se produce durante la época de la llamada "explosión de progreso" que se deriva de la instalación de plataformas navales para la construcción de la extracción de petróleo, prevista para por lo menos hasta el año 2015. Tratase de un modelo de desarrollo que explora las áreas intensamente centrales de la ciudad con el turismo, el comercio y el ocio, y relegan (consciente o inconscientemente) a los suburbios fuera de gratificación de ese espacio. En este sentido, el caso de una búsqueda en la Historia del Tiempo Presente guiada por el apoyo metodológico de “Historia Oral Temática Hibrida”, el marco de tiempo seleccionado se extiende desde 2004, el año de inicio de las transferencias, hasta 2012, cuando se puso fin a los plazos pre-establecidos de entrega de los resultados obtenidos.

Palabras-clave: Proyectos Habitacionales. Vila Dom Bosquinho. Bairro Cidade de Águeda. Município do Rio Grande. História Oral.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 CIDADE DE ÁGUEDA, O NOVO BAIRRO DE RIO GRANDE 17

1.1 Um processo conturbado: da vila ao bairro 17

1.2 O bairro através da mídia 32

1.3 Considerações sobre a Co-Irmandade Rio Grande e Águeda, Portugal 46

2 ELEMENTOS RELEVANTES À CONSTITUIÇÃO DO BAIRRO 53

2.1 O Centro de Referência e Assistência Social 53

2.2 O Projeto Orla 67

2.3 Julio Martins: o vereador contrário à remoção 81

2.4 Memória. Lembranças... Identidade(s)? 88

3 RELATOS COMPARTILHADOS – NARRADORES DE UM MESMO TEMA 96

3.1 Notificações acerca dos narradores 96

3.2 “Lutar sempre para melhorar”: Elton Veiga, morador (PSH) e líder comunitário 98

3.3 “Só não dá valor aquele que não passa trabalho”: Virgínia Silveira (PSH) 105

3.4 “O meu começo”: Luciglei Gomes, (Morar Melhor) 112

3.5 “Vim porque quis!”: Sandra Mara de Oliveira (Morar Melhor) 116

3.6 “Lutei pra ter isso aqui...”: Juraci Duarte (Ocupação) 119

CONSIDERAÇÕES FINAIS 123

REFERÊNCIAS 127

ANEXOS 134

APÊNDICES 142

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município do Rio Grande 17

Figura 2 – Localização do Bairro Cidade de Águeda no município do Rio Grande ... 18

Figura 3 – Localização da Vila Dom Bosquinho (no círculo em azul) no município do Rio Grande 22

Figura 4 – Esquema do processo de seleção das fontes orais 31

Figura 5 – Organizações Risul Ltda. em 1958 33

Figura 6 – Inauguração da nova sede das Organizações Risul 34

Figura 7 – Terreno do Águeda com construções inacabadas em meio ao lixo 41

Figura 8 – Trabalhadores da Prefeitura recolhem lixo das ruas do bairro 41

Figura 9 – Cachorros soltos transitando pelas ruas do Águeda 42

Figura 10 – Esgoto a céu aberto no Bairro Cidade de Águeda 42

Figura 11 – Rua com lama no Bairro Cidade de Águeda 43

Figura 12 – Inundação de rua do Cidade de Águeda pela água da chuva 44

Figura 13 – Mural existente no calçadão da Rua Luiz Lorea em Rio Grande. Homenagem à Cidade de Águeda em Aveiro, Portugal 47

Figura 14 – Mural que retrata lavadeiras às margens de um rio que move Noras na Cidade de Águeda, Portugal 48

Figura 15 – Distância dos Açores em relação ao Distrito de Aveiro em Portugal 48

Figura 16 – Visão ampliada do Arquipélago dos Açores 49

Figura 17 – Moradores ilegais no ano de 1998 no Bairro Cidade de Águeda 56

Figura 18 – Localização da Vila Dom Bosquinho (em amarelo) ao longo da orla do Saco da Mangueira 68

Figura 19 – Trechos da Matriz Urbana abrangidos pelo Projeto Orla 71

Figura 20 – Processo inicial do aterramento das margens 75

Figura 21 – Vista aérea do subtrecho 2.2 (observa-se a presença de vazios urbanos e construções de médio porte) 76

Figura 22 – Processo de aterramento das margens com pneus e fragmentos de marismas 77

Figura 23 – Parte da BR 392 ao lado do ambiente de marismas 77

Figura 24 – Situação atual da Orla do Saco da Mangueira 79

Figura 25 – Tendência da futura situação da Orla do Saco da Mangueira 80

Figura 26 – Futuro planejado para a Orla do Saco da Mangueira 80

Figura 27 – Julio Martins em seu ambiente de trabalho 81

Figura 28 – Distância da Vila Dom Bosquinho (círculo azul) em relação ao Bairro Cidade de Águeda (círculo vermelho) 94

Figura 29 – Estrutura precária de sustentação de caixa d'água em uma das residências do Bairro Cidade de Águeda 101

Figura 30 – Rachadura existente em uma das casas do Bairro Cidade de Águeda 101

Figura 31 – Elton Veiga (na esquerda, próximo ao extintor) e demais moradores do Cidade de Águeda em reunião com o ex-prefeito Janir Branco 104

Figura 32 – Localização Vila Dom Bosquinho e Bairro Santa Tereza no Município do Rio Grande 117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Delimitação dos grupos de colabores a serem entrevistados (Rede).....30

Quadro 2 – Processo de redução das fontes orais neste trabalho.....30

Quadro 3 – Caracterização da Orla da Matriz Urbana 2 73

Quadro 4 – Parâmetros ambientais, sociais e econômicos da Orla do Saco da Mangueira (Trecho 2).....78

Quadro 5 – Reestruturação do processo de seleção das fontes orais 97

Quadro 6 – Especificação dos grupos de moradores entrevistados (rede) 97

LISTA DE SIGLAS

AUOI – Área Urbana de Ocupação Intensiva
AUOR – Área Urbana de Ocupação Rarefeita
BPC – Benefício de Prestação Continuada
BM – Brigada Militar
CEP – Código de Endereçamento Postal
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento
CRAS – Centro de Referência e Assistência Social
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental
HTP – História do Tempo Presente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHTP – Instituto de História de Tempo Presente
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
PAIF – Programa Assistência Integral à Família
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
SEC – Secretaria Especial do Cassino
SMCAS – Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
SMEC – Secretaria Municipal de Ensino e Cultura
SMCP – Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento
SMHAD – Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento
SMHADU – Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano
SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMAP – Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
SMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação
SMSU – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SMT – Secretaria Municipal dos Transportes
OGU – Orçamento Geral da União
URM – Unidade de Referência Municipal

INTRODUÇÃO

O interesse por estudar temas relacionados ao município do Rio Grande tem sido constante, desde a minha graduação em História Licenciatura, na Universidade Federal do Rio Grande. Não sei explicar ao certo em que momento exato surgiu esta necessidade de explorar as temáticas relacionadas à cidade onde nasci, cresci e que ainda é o lugar onde moro. Indubitavelmente, na FURG é que foram galgados os primeiros passos que seriam dados no caminho que culmina aqui, no mestrado da Universidade Federal de Pelotas, e faço votos que continue a gerar frutos, como propulsor da problemática de futuras pesquisas.

Rio Grande foi uma cidade que surgiu em 1737 por sua posição estratégica e pela proximidade com o mar. Na verdade um oceano, o Atlântico, que possibilita que muitas famílias retirem dele o seu sustento. Entretanto, no ano de 2007, através de avanços mecânicos e tecnológicos, a proximidade com as águas atraiu outros interesses que não exclusivamente a atividade pesqueira. O polo naval se instalou no município movimentando investimentos federais de 14 bilhões de reais que se estenderão até, no mínimo, o ano de 2015. Ocupando uma área total de 430 mil metros quadrados, promete progressos possibilitando a geração em 10 anos, de 60 mil vagas de emprego[1]. Em função do dito progresso, o índice populacional fixo e móvel da cidade aumentou bastante e atinge, segundo o último censo do IBGE[2], a marca de quase 200.000 habitantes. A problemática da moradia, que atinge o país inteiro, ganhou maior visibilidade desde então, pois os preços das residências, para compra ou locação, estão inflacionados. O centro se expande rapidamente, principalmente com a abertura de novos empreendimentos comerciais e as periferias se encontram progressivamente à parte do modelo de desenvolvimento gerado pelas construções das plataformas de exploração de petróleo; um desenvolvimento parcial, já que relega a segundo plano parcela significativa da população riograndina.

Outrora, a economia de Rio Grande já havia atingido lugar de destaque pelo auge industrial e fabril, porém desde a crise enfrentada nos anos de 1950, não

[1] Informações disponíveis na Revista Valor de agosto de 2012, em matéria intitulada “Negócios Bilionários Destacam Rio Grande”.
[2] Dados fornecidos segundo último censo realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

obteve mais impulsos daquela magnitude. Devido à proximidade com o local de trabalho, ou seja, as fábricas, – entre elas a Companhia Inca Têxtil conhecida por sua localização como Fábrica Rheingantz – surgiram no entorno alguns aglomerados habitacionais. Destacam-se entre eles a vila dos operários (conjunto de casas localizadas na Avenida Rheingantz), o Bairro Cidade Nova e a Vila Dom Bosquinho (posicionada no final da Avenida Major Carlos Pinto). Logo, a Vila Dom Bosquinho formou-se basicamente a partir da instalação dos trabalhadores da Rheingantz e de seus familiares. Quando do fechamento das fábricas, os trabalhadores, até então habilitados e acostumados às tarefas fabris, se encontraram em situação delicada. Sem emprego e alguns com pouco estudo para além da qualificação voltada ao trabalho que realizavam, se viram obrigados a permanecer nas habitações que tinham. Necessitavam sustentar suas famílias e a localização das vilas favorecia o acesso ao centro da cidade, agora área de concentração do mercado de trabalho.

O tempo passou e as famílias daqueles trabalhadores continuaram a viver na Vila Dom Bosquinho, ambiente, como se percebe, formado por pessoas de origem humilde e que manteve esta característica. A vila é composta coetaneamente por empregadas domésticas, arrumadeiras, cozinheiras (os), carroceiros, catadores e recicladores de lixo. Filhos (as) e netos (as) daqueles homens e mulheres que davam vida às máquinas, que produziam os bens e que geravam o capital dos donos da fábrica de tecidos. Na definição da Prefeitura, trata-se ocupação ilegal, pois não há documentação acerca da instituição daquele espaço.

Conhecida pelos riograndinos em geral como a vila Dom Bosquinho, pelo auxílio que as famílias receberam dos padres, cuja ordem de Dom Bosco, do Colégio Salesiano, homenageia este santo, já que na época de desemprego em massa, foi um refúgio para os moradores da área, vista como um lugar[3].

Paralelamente, um loteamento próximo à BR-392 era ocupado por pessoas em situações equivalentes, as quais lutavam com a perspectiva de adquirir um local para viver com suas famílias. O cenário: diversas barracas demarcando território, abrigando cerca de quarenta e quatro famílias, em um total de cem pessoas. Houve muitas tentativas de retirá-las, porém não havia consenso da parte dos órgãos competentes para onde realocá-las, então estas pessoas permaneceram lá. O

[3] Na definição de Ana Fani Carlos, *lugar* caracteriza local onde há identificação dos moradores com a área ocupada. Envolvem, portanto, sentimentos de pertencimento.

loteamento tornou-se um bairro em 2001, o Cidade de Águeda, menção à cidade portuguesa co-irmã de Rio Grande.

Dois anos depois, Rio Grande foi a primeira localidade do país a ser contemplada com o sistema de construção de habitações populares. A parceria firmada entre o Governo Federal por intermédio da Caixa Econômica e o Executivo Municipal consolidou na cidade dois projetos habitacionais: o Programa de Subsídio à Habitação (PSH) e o Programa Morar Melhor. O PSH foi criado para proporcionar a tão sonhada casa própria a moradores cadastrados na Prefeitura, que possuíssem renda mensal de até um salário e família constituída por no mínimo dois filhos. Já o Morar Melhor, também desenvolvido por meio de famílias cadastradas, não exigia os mesmos quesitos mencionados para o PSH. O Morar Melhor destinava-se a oferta de uma melhor qualidade de vida e habitação a pessoas que residiam em áreas consideradas “de risco” pela Prefeitura. Áreas “de risco” são locais onde não há condições salubres para a habitação: espaços com grande concentração de lixo; acúmulo de insetos, ratos e outros animais transmissores de doenças e/ou próximas à Orla do Saco da Mangueira, área de marinha e preservação ambiental e que frequentemente pelo aumento do nível da água inundava ruas e trazia consigo lama e sujeira.

O local escolhido para a nova moradia destas pessoas assistidas pelos programas habitacionais foi o Bairro Cidade de Águeda. Moradores dos mais variados lados da cidade: Trevo, Parque Marinha, Castelo Branco, Santa Rosa, Vila Xavier ou da “Naba”; Santa Tereza e Vila Dom Bosquinho passaram a compor o espaço do bairro. Dali em diante a vida destas pessoas mudou radicalmente; para algumas as perdas foram maiores do que os ganhos, já que o bairro é distante 14 km do centro, o que dificulta o acesso às benesses que a cidade oferta, como o comércio e a inserção no mercado de trabalho. Há outros problemas como ruas sem asfalto que alagam pelas águas da chuva e sem identificação, outro transtorno a Agência dos Correios que não consegue entregar correspondências e encomendas, questões que afetam inclusive a única empresa de transporte coletivo (Cotista) que percorre o Águeda.

As casas que foram construídas com material precário (pela segunda empreiteira que assumiu a tarefa, já que a primeira abriu falência e sumiu com parte do dinheiro) apresentam estruturas incompatíveis com as necessidades das famílias que as ocupam, pois são pequenas e geminadas (causa de brigas entre os vizinhos por perturbação motivada pelos sons altos). Em determinadas áreas se observa alicerces de casas que nunca chegaram a ser concluídas. Há muito lixo espalhado pelas ruas e campos, e as equipes de limpeza não dão conta da retirada de todos os resíduos que só tendem a aumentar. No bairro não há sistema de esgoto, pluvial ou cloacal, fato que incentivou o Ministério Público Estadual a mover uma ação contra o ex e o atual prefeito por suposto crime ambiental. Além disto, há o preconceito sofrido pelos demais moradores de outros bairros da cidade que estigmatizam o Cidade de Águeda como um local violento, de concentração de marginalidade.

Em função de todas estas informações se pergunta se há a possibilidade de os moradores removidos da Vila Dom Bosquinho se identificar com o Bairro Cidade de Águeda? Como se verifica esta identidade? A percepção que os moradores tinham de sua moradia anterior interfere na percepção que têm do bairro em que se encontram atualmente? A fim de sanar esta questão e outras que apareceram ao longo da execução desta Dissertação, tomou-se como base metodológica a História Oral do tipo Temática Híbrida. Desta forma, se entrevistou moradores do bairro e se confrontou as informações obtidas com documentos da Prefeitura e reportagens de um periódico local, o Jornal *Agora*. Tendo em vista que o recorte temporal desta pesquisa estende-se de 2004 (ano da remoção dos moradores da vila) ao ano de 2012, viu-se a necessidade de selecionar as reportagens de 2003 a 2007 no acervo do próprio jornal e de 2010 a 2012 no acervo *online*. Dois mil e três por se tratar do ano de entrega das primeiras casas do bairro e dois mil e sete, ano de construção da primeira e única unidade de saúde do bairro. As demais pesquisas *online* serviram como suporte no que tange a ciência dos acontecimentos no bairro até a data final para a execução desta proposta.

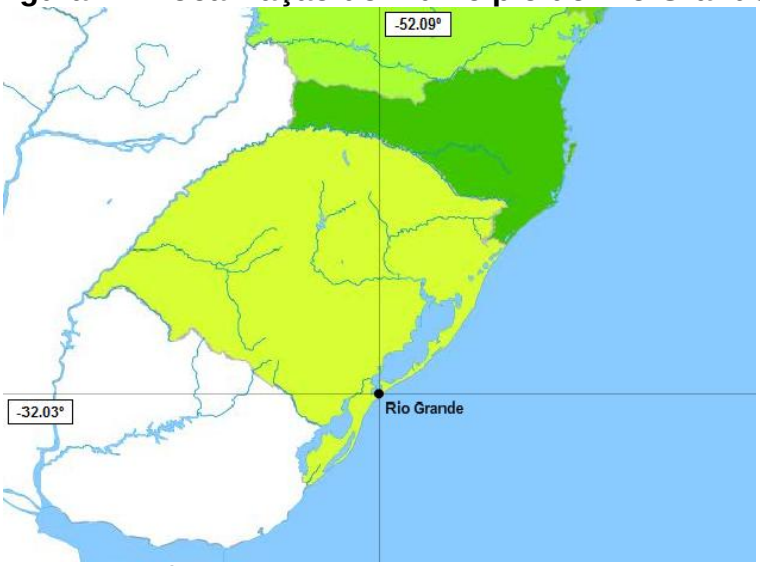
1 CIDADE DE ÁGUEDA, O NOVO BAIRRO DE RIO GRANDE

1.1 Um processo conturbado: da vila ao bairro

Não são raros os estudos que se voltam a compreender as dinâmicas do viver nas cidades brasileiras. Este trabalho é mais um exemplo que se apresenta com o objetivo de auxiliar o sujeito a situar-se no tempo e no espaço em que vive. O que impulsiona a construção desta dissertação é a busca por conhecer se há ou não identificação dos moradores com o bairro em que habitam, o Cidade de Águeda, no município do Rio Grande. Certamente que outras questões aparecerão em função da pergunta-chave, quer pelas descobertas feitas ao longo do processo de pesquisa, quer pela tentativa de respondê-la da forma mais coerente possível, a fim de melhor arranjar os fragmentos deste mosaico que é a relação homem/cidade.

Rio Grande está localizada na planície costeira sul do Estado do Rio Grande do Sul, limitada ao norte pelo município de Pelotas e pela Laguna dos Patos; ao sul pelo município de Santa Vitória do Palmar; a leste pelo Oceano Atlântico e Canal do Rio Grande; e a oeste, pelos municípios de Pelotas, Arroio Grande e Lagoa Mirim[4].

Figura 1 – Localização do município do Rio Grande



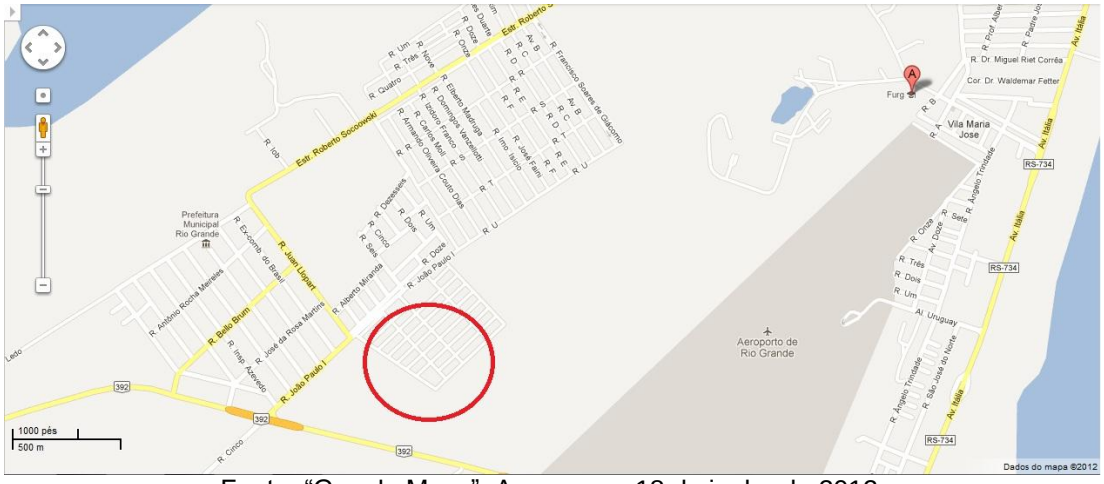
Fonte: IBGE Cidades. Disponível em http://www.ibge.gov.br. Acesso em 05 de janeiro de 2011.

[4] Disponível em http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre_porto_municipio_rg.php, site da Câmara Municipal do Rio Grande. Acesso em 05 de janeiro de 2011.

A cidade foi fundada em 19 de fevereiro de 1737, ano de construção do Forte Jesus-Maria-José, iniciado a partir da expedição do Brigadeiro José da Silva Paes. Rio Grande, portanto, define-se como o primeiro marco lusitano instituído no Rio Grande do Sul, já que surge "como um capítulo do enfrentamento entre as Coroas de Portugal e da Espanha pela posse do rio da Prata" (TORRES, 1999, p.13). Neste sentido, a expansão urbana se deu pelo posicionamento do ancoradouro entre o Forte e a Igreja de São Pedro, com uma ampliação lenta e gradual, devido às dunas (ao sul) e aos baixios[5] alagados (a leste) (MARTINS, 2006). Atualmente, com uma área de 2.710 km², possuía no ano de 2010 uma população de 197. 228 habitantes com a estimativa de um aumento, em 2011, para 198.049 pessoas[6].

O Loteamento Cidade de Águeda, próximo à BR-392 adquiriu o *status* de bairro em 20 de fevereiro de 2001, tornando-se, portanto, o mais novo do município do Rio Grande.

Figura 2 – Localização do Bairro Cidade de Águeda no município do Rio Grande



Fonte: "Google Maps". Acesso em 18 de junho de 2012.

[5] "Baixio: banco de areia sobre o qual a água de mar ou de rio atinge pouca altura". Extraído do *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ª edição revista e ampliada. Curitiba: Posigraf, 2004.

[6] Dados fornecidos segundo último censo realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Recebeu este nome por meio de um decreto municipal, lei de número 4.810, de 21 de setembro de 1993. A iniciativa propunha homenagear a cidade de Águeda, situada no distrito de Aveiro, em Portugal, e simultaneamente torná-la "Cidade Irmã" de Rio Grande no que tange aos aspectos econômicos, artísticos e culturais. O espaço[7] se tornou referência, após ser a primeira localidade do país contemplada com projetos de habitações populares realizados sob o incentivo do Governo Federal, através de financiamentos fornecidos pela Caixa Econômica Federal, em parceria com a Prefeitura.

O arquiteto e urbanista Lineu Castello defende a existência de espaços dentro de espaços. "Espaços com qualidade são percebidos como lugares por seus usuários." (2007, p.12) A percepção dos espaços como lugares nasce da interação entre as pessoas e o ambiente. Interações, estas, ligadas a fenômenos físicos ou subjetivos associados à memória das pessoas, ao coletivo. A percepção dos lugares, de acordo com Castello, pode ser classificada como: *Lugar Aura*, ligado à espacialidade (aquilo que o lugar transmite), já que os lugares são naturais e culturais. *Lugar Memória*, associado à temporalidade (referência a épocas ou eventos). E *Lugar Pluralidade*, relacionado às relações interpessoais. A partir disto, define duas premissas. A primeira, que o lugar comunica sua existência através de uma imagem mental (congregando, portanto, as classificações de *Lugar Aura* e *Lugar Memória*). E a segunda, que todos os lugares são *Plurais*, pois se designam como construções sociais.

Para ele, um lugar pode acontecer de diferentes formas: *por uma narrativa*, onde comentários sobre o prazer de ter frequentado "tal local" podem torná-lo como um ponto de interesse coletivo; *pela fama*, onde a soma de muitos comentários podem trazer notoriedade a determinado local; *pelos dons naturais*, pelo panorama oferecido naturalmente. Ainda *por associação a um prédio histórico*; *por associação a atos políticos*; *por associação a tradições locais*; *pela construção que se faz de uma emoção*, relacionada aos estádios de futebol ou local relacionado aos demais esportes, *pela construção de uma fantasia, uma ilusão, uma "imagem"*, como estar em um lugar onde muita gente famosa já esteve (Palácio dos Festivais em

[7] O bairro é abordado como espaço segundo a definição de Milton Santos na intenção de diferenciá-lo de paisagem: "A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima." (SANTOS, 2002, p.103) Diferente da paisagem que se exprime pela porção territorial que os olhos enxergam, o espaço pode ser definido como processo produtivo, ou seja, não estanque, mas mutável, já que é condição e resultado.

Gramado, por exemplo); *pela oferta de conveniências, de utilidades práticas, de facilidades tecnológicas*; e *pela oferta de uma fruição sensorial, de um refrigério*, associado a sensações prazerosas (como desfrutar do ar da Serra Gaúcha).

Para a geógrafa Ana Fani Carlos, "o lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo em que é produzida a existência social dos seres humanos" (CARLOS, 2007, p.20). O lugar é também

> Produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida (CARLOS, 2007, p.67).

O lugar, a partir da visão de Carlos, comunga com a noção de Lineu Castello, posto que é produto da interação homem/natureza. Ela defende, em sua obra (2007), a importância de três elementos essenciais para que se considere como lugar um local ou um espaço: a tríade indissociável *habitante – identidade – lugar*. Novamente, a geógrafa se aproxima da visão de Castello e reconhece a importância da percepção dos habitantes na definição do conceito de lugar. Aprofundando a questão ela se questiona:

> Como o homem percebe o mundo? É através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade — vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 2007, p.17-18).

É notória a associação que Carlos realiza entre corpo, sentidos e percepção. O corpo enquanto meio, instrumento dos habitantes para que através dos sentidos se manifeste a percepção de lugar. Entretanto, como a meta deste trabalho é investigar se há identidade dos habitantes em relação ao bairro ou não, ainda não se pode conceituar o bairro como lugar. Sendo assim, tratar-se-á o Cidade de Águeda, ainda, como espaço.

A estrutura do bairro compreende moradores posseiros, que se estabeleceram ilegalmente no local em meados do ano de 1993; moradores do PSH (Programa de Subsídio à Habitação), criado para atender pessoas compatíveis com os quesitos mínimos de possuir baixa renda de até um salário e ter família

constituída a partir de dois filhos; e do Morar Melhor, destinado à remoção de moradores que residiam em áreas avaliadas como de “risco” pela Prefeitura, não levando em conta os quesitos citados para o PSH.

O Morar Melhor, conforme informações no *site* da Caixa Econômica Federal[8], “é um programa voltado à promoção de melhores condições de habitação e infra-estrutura urbana.” Sendo assim, tem por objetivo:

> Promover ações integradas de desenvolvimento urbano nas regiões de maior concentração de pobreza do país, contribuindo para a universalização da cobertura dos serviços de saneamento básico e ambiental, ampliando a oferta de habitações e promovendo a melhoria das condições de habitabilidade e da infra-estrutura urbana, destinando-se a áreas com frágil base econômica.
> O Programa é operado com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, que são repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com as etapas do empreendimento executadas e comprovadas. Os recursos são depositados em conta específica, aberta em uma agência da CAIXA, exclusivamente para movimentação de valores relativos à execução do objeto do contrato assinado.

Este programa atende as pessoas da Vila Dom Bosquinho, do Bairro Santa Tereza e da Rua Primeiro de Maio. Em função da complexidade do processo de formação do espaço ao qual se pretende analisar, devido ao tempo para execução desta tarefa, o objeto foi delimitado da seguinte forma: município do Rio Grande; Bairro Cidade de Águeda; Projeto Morar Melhor; ex-moradores da Vila Dom Bosquinho.

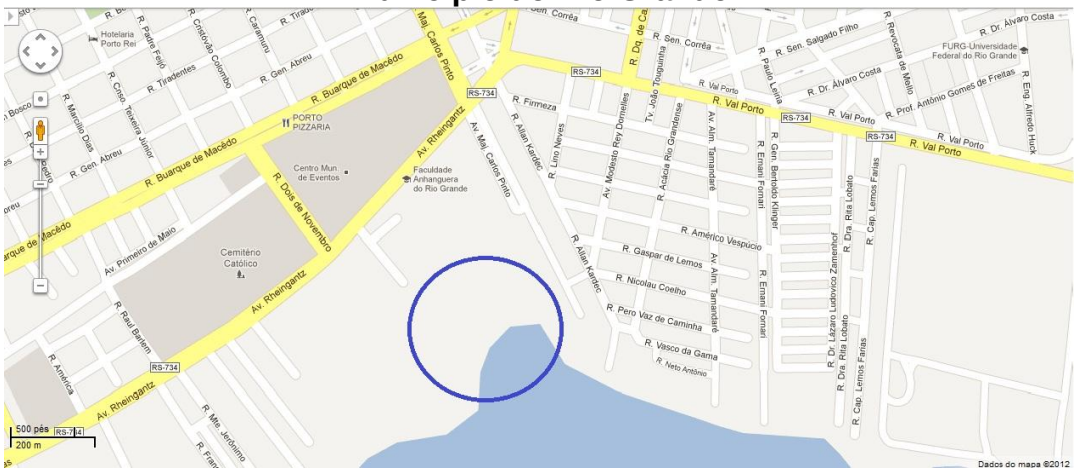
A Vila[9] Dom Bosquinho, situada na Avenida Major Carlos Pinto, recebeu este nome devido “à ajuda que os moradores recebiam dos padres da ordem de Dom Bosco, do Colégio Salesianos” (SILVA, 2005, p.13). O auxílio vinha em função das baixas condições salariais das pessoas que ali se instalaram por causa da migração interna dos trabalhadores das fábricas e indústrias, sendo a fábrica Rheingantz e o frigorífico Swift exemplares desta etapa de crescimento econômico de Rio Grande.

---

[8] http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/morar_melhor. Acesso em 23 de abril de 2012.

[9] No livro de Eva Alterman Blay sobre vilas operárias na cidade de São Paulo, encontra-se a seguinte definição para vila que pode ser aplicada ao caso da Dom Bosquinho: “conjunto de casas construídas no interior de um terreno, o qual contém uma entrada que comunica a via pública à via interna para qual as casas estão voltadas” (BLAY, 1985, p.7).

Figura 3 – Localização da Vila Dom Bosquinho (no círculo em azul) no município do Rio Grande



Fonte: “Google Maps”. Acesso em 18 de junho de 2012.

Segundo Silva (2005, p.13), “o processo de industrialização provocou um importante fluxo migratório com operariado industrial de baixa renda e pouca instrução, que favoreceu o processo de marginalização social.” O fato é que, no final do século XX, muitas outras fábricas passaram a compor o espaço citadino, diversificando a produção industrial. Eram produzidos charutos, calçados, enlatados e biscoitos, através da instalação de plantas industriais de origens alemã e italiana[10], porém, a partir da década de 1960, “ocorre uma mudança no perfil de industrialização com a criação do Superporto e do distrito industrial, além do polo pesqueiro que era responsável por 50% da capacidade de produção de pescado do país” (MARTINS, 2006, p.18).

O recorte temporal da análise deste trabalho se estende entre anos de 2004 a 2012. Dois mil e quatro, por ser o ano que foram noticiados os casos iniciais de protestos contra a remoção da vila[11]. Já 2012, por se tratar do prazo final para a conclusão da pesquisa, tendo em vista que tal empreitada de seleção, coleta, análise e interpretação dos dados é um processo que se manifesta por meio de uma dinâmica intensa e ao mesmo tempo vagarosa, sujeita a sucessivas mutações ao longo do caminho; situação que se apresenta comumente ao pesquisador imerso no mundo de possibilidades interpretativas que lhe proporciona o objeto de seu interesse.

[10] MARTINS, 2006.
[11] Informações obtidas através do Jornal *Agora* do município do Rio Grande: “Moradores protestam contra remoção”. Terça-feira, 22 de junho de 2004. Acervo do próprio jornal.

O investigador que almeja realizar um trabalho de qualidade, logo, compreensível a um determinado público alvo, seus pares acadêmicos ou não, deve estar ciente dos acordos estabelecidos ao longo do percurso e de suas eventuais consequências ou contribuições à produção final de sua obra. Assim, se buscou apoio em outros trabalhos, que pela característica de possuírem temas semelhantes, venham a somar forças na elaboração desta proposta.

Levando em conta as especificidades de cada análise e as respectivas áreas de formação dos investigadores, se elencou os seguintes trabalhos: do sudeste cita-se dois focos distintos, um de São Paulo e outro do Rio de Janeiro. O primeiro trabalho, de uma arquiteta e urbanista paulista[12], aborda a trajetória, as dificuldades e as lutas travadas por moradores de dois bairros que nascem em função de interesses políticos e econômicos em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. O outro, de uma historiadora carioca[13], relata as etapas do surgimento de um bairro que sofre pelo estigma de favela. Também analisa e reflete sobre a construção de identidades sociais neste local. Estes trabalhos contribuíram para um melhor embasamento temático, já que o primeiro apresenta um evento semelhante ao deste estudo, de remoção de moradores, e o outro trata de estigmatização, de disseminação de uma visão unilateral, preconceituosa.

No Águeda, conforme será abordado mais adiante, se verá que algumas notícias veiculadas pelo *Agora* (jornal riograndino), podem ter contribuído para que se propagasse uma visão igualmente estigmatizada deste bairro. Neste sentido, Tânia de Luca em seu texto “História dos, nos e por meio dos periódicos” [14] acerca da reconfiguração que os periódicos assumiram com o advento do século XX, salienta que ao mesmo tempo em que os mesmos buscavam a profissionalização, não perdiam “o caráter opinativo e de intervenção da vida pública.” (PINSKY, 2008, p. 137). Sem dúvida, quanto mais se conhece acerca das origens do jornal, a quem pertence, quem são os seus patrocinadores e a que vertente política defende, permite que, de certa forma, se obtenha maior clareza na leitura e na compreensão do conteúdo repassado aos seus leitores. Infelizmente, no decorrer das pesquisas poucas foram as informações encontradas acerca da fundação do jornal e de sua

[12] FIX, 2003.
[13] SILVA, 2006.
[14] LUCA in PINSKY, 2008.

linha editorial, pois até o momento não há investigações acadêmicas da história "do periódico" Jornal *Agora*.

Já na região sul, pode-se citar trabalhos que têm como foco principal abordar aspectos da formação de bairros gaúchos. Eles serviram como exemplos de como estruturar uma pesquisa sobre bairros no Estado e, especialmente, que contemplam metodologia correlata, a História Oral. É o caso dos projetos: *Memória dos Bairros*[15] e *Canoas – Para lembrar quem nós somos*[16]. Em contrapartida, apesar de ainda não ser abordado a partir de parâmetros acadêmicos[17], pode-se citar a questão da transferência dos moradores da Vila do Chocolatão em Porto Alegre, situada anteriormente no centro da capital, próxima ao Rio Guaíba, para a Avenida Protásio Alves, 9.099, no Morro Santana. O Loteamento Nova Chocolatão teve sua construção finalizada em maio de 2011, pela antiga área ser considerado como de "risco", ou seja, local de concentração de sujeira, onde a população ali residente estava vulnerável e suscetível à contaminação de doenças e à ocorrência de outros transtornos, como os incêndios que eram frequentes.

Referente ao município do Rio Grande alude-se à obra do professor Edgar Gandra[18] que relata a construção das casas dos portuários no Bairro Getúlio Vargas, e a pesquisa, recém finalizada, do mestre em Ciências Sociais[19], Ticiano Pedroso acerca do Bairro Cidade Nova[20]. Especificamente a respeito do Bairro Cidade de Águeda, menciona-se os trabalhos de conclusão de curso dos geógrafos Denis Mendonça Silva[21] e William Martins Rocha[22]. Por fim, também se elenca o trabalho da geógrafa Berenice Mendes de Pinho[23], que trata sobre o perfil socioeconômico dos moradores do Bairro Cidade de Águeda.

---

[15] BARCELLOS; NUNES; VILARIANO, 1993.
FERNANDEZ; KRAWCZYK; PAZ, 1994.
ABRÃO; COUTINHO; NUNES, 1991.
[16] PENNA (coord.) e outros, 1997.
_____, 2000.
[17] Informações obtidas através de reportagem especial intitulada "Fim da Chocolatão. O final feliz para uma história triste" realizada pelo Jornal *ZERO HORA* em 12 de maio de 2011. Edição impressa. Acervo pessoal.
[18] GANDRA, 1999.
[19] Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas.
[20] PEDROSO, 2012.
[21] SILVA, 2005.
[22] ROCHA, 2009.
[23] PINHO, 2004.

Os saberes produzidos através destas pesquisas em bairros, loteamentos ou vilas proporcionam uma maior reflexão do papel, que tanto as universidades quanto os cidadãos, ou por que não ambos, têm a cumprir diante da complexidade da "selva de pedras". Indubitavelmente, todos os autores citados compartilham a ideia de que estudar a cidade não evoca unicamente a sua estética material, mas a parcela que lhe completa, lhe dá vida e sentido: seus habitantes. Corroborando com esta perspectiva, o objetivo deste trabalho é reconstruir aspectos da história da transferência dos moradores da Vila Dom Bosquinho para o Bairro Cidade de Águeda, a partir dos relatos orais, devidamente registrados, das lembranças e representações que os moradores guardam deste processo. Com esta perspectiva, se pretende analisar práticas e condutas que ajudarão a reconhecer e interpretar comportamentos que permitam verificar a existência ou não de identificação com o novo espaço habitado.

Neste sentido, a contextualização historiográfica convém como um norte para a direção dos passos que se pretende galgar, logo após a delimitação do objeto e do recorte temporal, mencionados anteriormente. Este trabalho situa-se na perspectiva de uma pesquisa em História do Tempo Presente. Ela é uma construção recente, um método novo de se perceber e escrever a história. Assim, apresenta duas amplas tendências quanto à referência que delimita o marco inicial do presente: da Modernidade e da Pós-modernidade. A primeira propõe a perspectiva de uma história total, através de um ponto de vista universalista, elegendo a Segunda Guerra Mundial para distinguir o passado do presente. A segunda ignora a noção de passado e presente quando se refere à escolha de seus objetos de estudo. A prioridade está centrada no objeto e na solução das problemáticas que a ele se impõe e não no tempo em si[24].

[24] PÔRTO (org.), 2007.

O Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), criado nos anos 1970 na França, surgido a partir de historiadores simpáticos à primeira tendência, e divulgador da HTP, preocupou-se não mais em analisar o passado, mas sim em reter o que há de mais significativo deste passado para o presente, pois

> Não existe um passado porque tal ou qual fato aconteceu em [...], mas sim porque construímos uma identidade temporal ao trabalharmos determinada questão. Nesse sentido, a História do Tempo Presente coloca-se como prática contemporânea do historiador que se posiciona como tal, ao construir um passado a ser por ele narrado a partir de uma problemática também por ele criada. As fontes a serem trabalhadas nesse processo não estão dadas, prontas para resgatar um passado, mas são escolhidas para resgatar algo que estava perdido, para responder a um problema. O estudo do passado emerge, assim, não como um fim em si, mas como meio de iluminar nosso olhar sobre o presente, vindo assim a contribuir, de alguma maneira, para a discussão e, quem sabe, solução de problemas nossos contemporâneos (MULLER, 2007, p.28-29)[25].

Os estudos do IHTP voltam-se, portanto, a acontecimentos onde os historiadores ainda são capazes de intervir. Logo, a principal

> [...] característica da História do Tempo Presente consistiria naquilo que se pode chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e do que ele estuda. O historiador é contemporâneo dos acontecimentos que ele estuda em um sentimento distinto daquele da coabitação física com as testemunhas (LAGROU, 2007, p.36)[26].

Justamente pela proximidade existente entre o acontecimento e o pesquisador, é que a História do Tempo Presente, a partir dos primeiros estudos realizados pelo IHTP, tem priorizado como metodologia a História Oral.[27] Por este motivo, também divide a opinião dos historiadores quanto à viabilidade de seu método. Para alguns, a crítica está pautada na inexistência de um marco capaz de realizar a separação entre passado e presente, já que a cada nova ruptura (a mais recente o 11 de setembro de 2001)[28], um novo presente se instaura, tornando o evento do marco anterior, consequentemente, passado. Outros adeptos da HTP ressaltam sua pertinência quanto à consciência que propicia ao historiador sobre suas possibilidades e limites acerca de seu papel na construção de suas análises.

---

[25] MULLER in PÔRTO (org.), 2007.
[26] LAGROU in PÔRTO, 2007.
[27] Metodologia que igualmente será empregada nesta pesquisa e que será tratada mais detalhadamente ao longo da exposição.
[28] Antes dos supostos atentados terroristas as torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono estadunidense, as grandes rupturas que marcaram o tempo presente foram a Segunda Guerra Mundial e a queda do muro de Berlim em 1989.

A história é aqui concebida como “a ciência que estuda o desenvolvimento do homem no tempo.” [29] Entretanto, uma ciência[30] que se encontra às margens de um tênue limite com a literatura, já que o único meio possível para que o historiador apresente os resultados de suas pesquisas é através da escrita de textos, cada qual com suas especificidades[31]. Segundo Roger Chartier (2002, p.85), “a tomada de consciência dos historiadores de que seu discurso, seja qual a forma, é sempre uma narrativa” contribuiu para que antigas certezas[32] fossem abaladas. O fato é que a narrativa vale-se da palavra. E a palavra é ambígua e incompleta. É a linguagem[33] escrita que mostra, representa[34], já que a história

> [...] é uma imitação da presença, um discurso que luta contra a corrupção do tempo, que cria a habitabilidade do presente. Ela é uma técnica particular entre várias que têm o mesmo objetivo: produzir narrativas que explicam o que se passa, superando as rupturas com uma linguagem de sentido. Ela cria uma referência comum entre homens separados pelo tempo. A história fabrica o real (REIS, 2010, p.27).

Em função disto, o ser humano é um animal dotado de palavra, de uma palavra “que nos muestra que todo aquello que hacemos lo hacemos en un contexto, en una tradición, en una cultura, en un tiempo y en un espacio.” (MÉLICH, 2002, p.17). De acordo com Silva (2000, p.78), “ocorre que a linguagem entendida aqui de forma mais geral como sistema de significação[35] é, ela própria, uma estrutura instável. [...] A linguagem vacila.” Logo, quando um texto é tido como concluído por seu autor e passa às mãos dos leitores está sujeito a sofrer com a imprecisão da linguagem, o que pode propiciar interpretações distorcidas da intenção original por ele almejada. Eis a importância do cuidado na seleção das

---

[29] Disponível no dicionário online de história, em http://www.sohistoria.com.br/dicionario/#. Acesso em 13 de dezembro de 2011.

[30] A objetividade, ou seja, a intenção do historiador em produzir conhecimentos que tenham uma profunda ligação com o mundo material e não unicamente com o seu imaginário, através do emprego de um método nas fontes com o objetivo de dar respostas aos problemas por ele suscitado para seu objeto, conferem o *status* científico à pesquisa.

[31] Artigos, resenhas, papers, monografias, dissertações e teses.

[32] As antigas certezas a que o autor se refere, estão relacionadas a uma vertente histórica surgida no século XIX a partir da filosofia e da aspiração científica do alemão Augusto Comte. Conhecida como Positivismo (do latim *positivus:* certo, real), reduz o conhecimento do universo unicamente aos fenômenos estudados mediante a experiência. Fato que inviabiliza, portanto, com a possibilidade de se produzir uma história total. (TÉTART, 2000).

[33] “Conjunto de sinais falados (glótica), escritos (gráfica) ou gesticulados (mímica), de que se serve o homem para exprimir suas ideias e sentimentos”. Fonte: Dicionário Michaelis Online. Disponível em http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

[34] “A história surgiu e continuou se legitimando como luta contra fábulas, lendas, mitos, falsos testemunhos. O seu esforço é o de representar adequadamente o real, [...].” (REIS, 2010, p.17).

[35] Sistema de significação para o autor está relacionado a: “**1.** O que as coisas querem dizer ou representam. **2.** O sentido da palavra, significado.” Fonte: *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ª edição revista e ampliada. Curitiba: Posigraf, 2004.

palavras e das possíveis afirmações feitas ao longo da escrita deste trabalho, que almeja o *status* científico, justamente para tentar amenizar essas distorções que podem aparecer aos historiadores em geral, e ao historiador do Tempo Presente, que se utiliza metodologicamente da História Oral e das vacilações da memória.

A História Oral é um procedimento metodológico que surgiu no século XX nos Estados Unidos, após a invenção do gravador a fita. Chegou ao Brasil por volta da década de 1970 e

> [...] consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado[36] e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2008, p.155).

Busca, portanto, perpetuar impressões, vivências e lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e, desta forma, permitir um conhecimento do vivido muito mais rico e dinâmico de situações que, de outra forma, não se poderia conhecer. Logo, se considera que nem sempre as fontes escritas contribuem de forma significativa para a compreensão de diferentes visões que tratam de questões referentes ao imaginário e à memória dos sujeitos sobre determinado processo histórico[37]. Em função disto, é importante advertir que se deve estar consciente do trabalho que se faz, pois "não importa o quanto falemos sobre nós mesmos como historiadores orais, a própria tecnologia do nosso trabalho é transformar o oral em palavra escrita, congelar material fluido em um momento arbitrário no tempo" (PORTELLI, 1996, p.300).

Paul Thompson argumenta que nenhuma fonte[38] está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual, e pode ser insuficiente, ambígua ou até mesmo manipulada. Apesar da subjetividade a qual a fonte oral está sujeita, em seu livro *A Voz do Passado*, ele a defende dizendo que "[...] a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história [...] transformando os 'objetos' de estudo em 'sujeitos' [...]" (THOMPSON, 1992, p.137). Desta forma, a

---

[36] José Carlos Meihy e Fabíola Holanda sustentam que a História Oral é sempre uma História do Tempo Presente, por isso que também é conhecida como história viva. (MEIHY e HOLANDA, 2007).

[37] GILL e LONER. Disponível em: http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/37.37.pdf. Acesso em 02 de janeiro de 2010.

[38] Os tipos de fontes conhecidos são: documentais, arqueológicas, impressas, orais, biográficas e audiovisuais. (PINSKY, 2005).

metodologia utilizada neste trabalho será aquela que norteia os passos em uma pesquisa oral, do tipo temática híbrida, tendo em vista que

> a história oral temática é a solução que mais se aproxima das expectativas acadêmicas que confundem história oral com documentação convencional. [...] Também é o mais considerado por jornalistas e demais pessoas que se valem de entrevistas como forma dialógica de promover discussões em torno de um assunto específico. [...] Mesmo abrigando índices de subjetividade, a história oral temática é mais passível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes e situações. [...] Em geral, a história oral temática é usada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático precisado no projeto, torna-se um meio de busca de esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias. A exteriorização do tema, sempre dado *a priori,* organiza a entrevista que deve se render ao alvo proposto. Então, o grau de atuação do entrevistado como condutor dos trabalhos fica muito mais explícito e é orientado pelos recursos dados pela sequência de perguntas que devem levar ao esclarecimento (MEIHY e HOLANDA, 2007, p.38-39).

Neste sentido, vale-se da aplicação de um roteiro básico de entrevistas, com perguntas pré-formuladas, mas permitindo um espaço para um diálogo mais livre sobre o tema por parte dos narradores[39]. "No caso da história oral híbrida preza-se o poder da 'conversa', contatos ou diálogos com outros documentos, sejam iconográficos ou escritos como: historiográficos, filosóficos ou literários" (MEIHY e HOLANDA, 2007, p.129). Em consequência, vale-se da pesquisa realizada em outras fontes, como documentos da Prefeitura, relatórios do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e reportagens do Jornal *Agora*, previamente selecionadas de 07 de fevereiro de 2003 (entrega das primeiras casas populares) a 16 de dezembro de 2007 (momento da inauguração da única unidade de saúde do bairro).[40] Isto permite ao investigador comparar informações, aprofundar questionamentos e/ou confirmar, talvez, hipóteses suscitadas na fase inicial do planejamento de seu projeto de pesquisa.

As pessoas escolhidas para relatar suas lembranças referentes ao processo de transferência da Vila Dom Bosquinho para o Bairro Cidade de Águeda apresentam como característica essencial terem vivido e/ou presenciado este evento. São, portanto, colaboradoras desta proposta, pois todas as informações recolhidas ocorreram com os seus consentimentos, e transcritas a partir de uma

[39] Neste trabalho os narradores pré-selecionados que se pretende entrevistar são os ex-moradores da Vila Dom Bosquinho e que atualmente residem no Bairro Cidade de Águeda, e os moradores que retornaram à vila, deixando o bairro. Igualmente entrevistou-se o presidente da Associação de Moradores do Águeda para buscar maiores esclarecimentos sobre o tema.

[40] Igualmente recorreu-se ao acervo *online* do mesmo jornal do período de 2010 a 2012, a fim de complementar as pesquisas sobre o bairro, tendo em vista que se trata de uma pesquisa em História do Tempo Presente.

liberação assinada por elas. Devido à improbabilidade de se encontrar no local as pessoas que tenham se mudado da Dom Bosquinho para o Águeda sem nenhuma espécie de referência, já que se trata de um espaço amplo, recorreu-se às informações fornecidas pelo Jornal *Agora* (que se analisará em outro subcapítulo) sobre elas. Desta forma, delimitou-se o primeiro grupo de colaboradores, os que aparecem nas reportagens do jornal dentro do recorte temporal estipulado. Já, o segundo, pelo tempo de convivência no Cidade Águeda, que pode ser bastante significativo para a construção do trabalho, sendo os moradores mais antigos que presenciaram a chegada dos moradores da vila no bairro. E, o terceiro e último, o grupo dos moradores que retornaram do bairro para a vila.

Quadro 1 – Delimitação dos grupos de colabores a serem entrevistados (Rede)

Grupo	Colaboradores
1º	Moradores que aparecem em reportagens do Jornal *Agora* (2004-2007).
2º	Moradores mais antigos do Cidade de Águeda que presenciaram a chegada dos moradores da vila no bairro.
3º	Moradores que realizaram o seguinte itinerário: Vila Dom Bosquinho → Bairro Cidade de Águeda → Vila Dom Bosquinho.

Fonte: Elaborado pela autora, 2012

Quadro 2 – Processo de redução das fontes orais neste trabalho

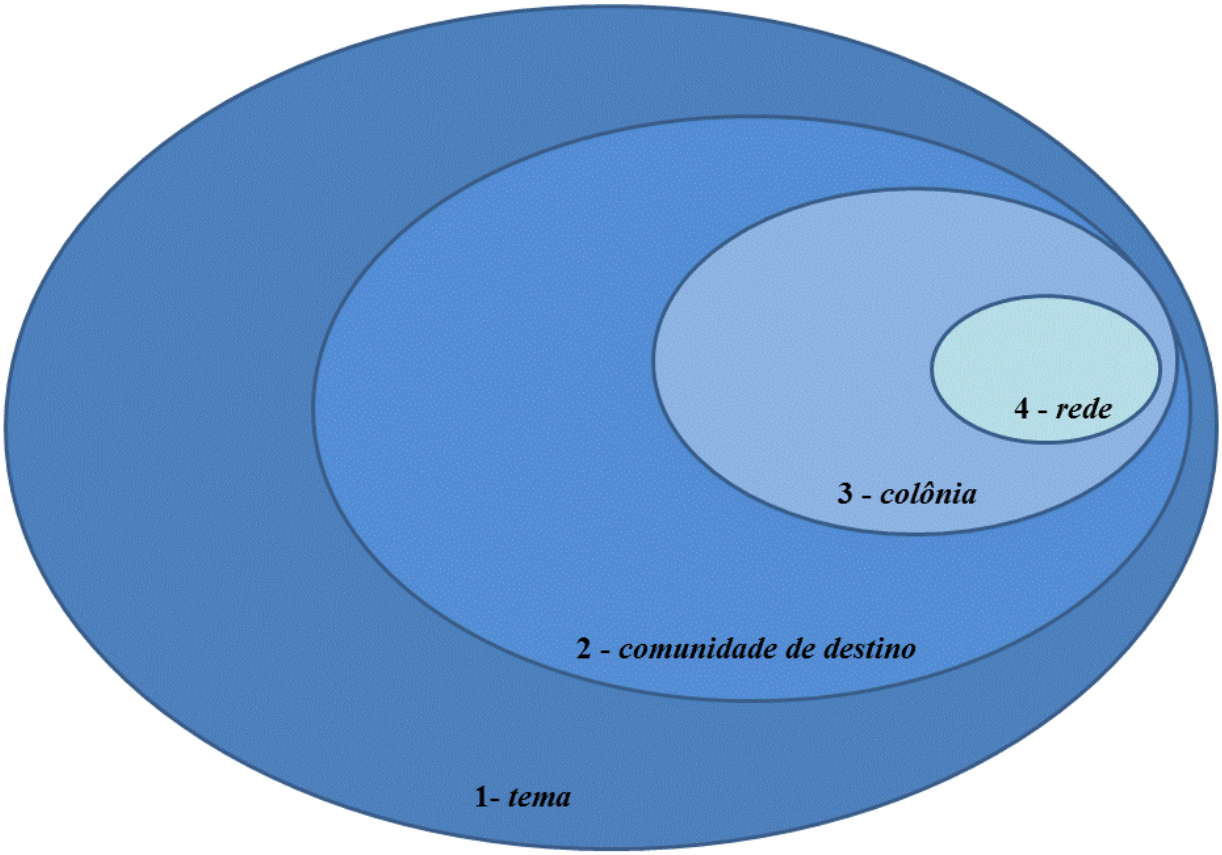
Comunidade de destino	Moradores do Bairro Cidade de Águeda.
Colônia	Moradores da Vila Dom Bosquinho que foram transferidos para o Bairro Cidade de Águeda.
Rede	1) Moradores que aparecem em reportagens do Jornal *Agora*; 2) Moradores mais antigos do Cidade de Águeda e que presenciaram a chegada dos moradores da vila no bairro; 3) Moradores que realizaram o itinerário vila → bairro → vila.

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Os grupos de colaboradores que se acabou de elencar constituem as etapas do processo de redução da seleção das fontes orais. A primeira, mais ampla, a

comunidade de destino, de forma simplificada pode ser percebida como a primeira decisão que o pesquisador toma de quem ele deve entrevistar para responder as problemáticas impostas por seu objeto de análise. A *comunidade de destino* desta proposta trata-se dos moradores do Bairro Cidade de Águeda. Após, a segunda etapa, trata-se da *colônia*. Aqui, a *colônia* são os moradores da Vila Dom Bosquinho que foram transferidos para o Bairro Cidade de Águeda. Já a menor parcela, ou o último refino da tarefa de seleção das fontes, constituem a *rede.* Para melhor compreensão, segue o esquema:

Figura 4 – Esquema do processo de seleção das fontes orais



Fonte: Elaborada pela autora, 2012.

Logo, a sequência do processo de seleção das fontes orais segue, comumente[41], a lógica do esquema presente na Figura 4, pois facilita o direcionamento do pesquisador na busca por seus possíveis colaboradores.

[41] Esquema embasado nas informações fornecidas no livro *História Oral: como fazer, como pensar.* (MEIHY e HOLANDA, 2007).

1.2 O bairro através da mídia

O arquiteto e urbanista Carlos Mario Yori (2002) defende que as mudanças ocorridas nas cidades e na vida das pessoas, com o advento do século XXI, estão associadas a processos de desconstrução e profundas mudanças. Inevitavelmente, se vive em uma época onde preponderam os computadores, a mídia e as imagens. Para Yori, deve-se aprender a habitar com as imagens e a realidade ficcional, já que a princípio não há reversibilidade. Logo, vive-se em um mundo de contradições e línguas diferentes.

Interessante que a visão de Yori concorda e também explica parte fundamental do que trata a utilização da História Oral enquanto metodologia. Diferentes visões, contradições, "línguas diferentes", se apresentarão ao pesquisador durante a coleta de informações, ou seja, ao longo das entrevistas. No caso em questão, não só os moradores do Águeda apresentam versões variadas sobre o mesmo tema, como também as demais fontes analisadas, como o Jornal *Agora,* por exemplo.

A problemática da imagem e da mídia e da não reversibilidade destes elementos é crucial para a compreensão das dinâmicas identificatórias dentro do bairro. De modo que a imagem está associada à percepção dos moradores: da vila de onde vieram, do bairro onde estão e do processo de remoção como um todo, com seus prós e contras. Esta imagem defendida por Yori, ainda que de forma genérica, está intimamente ligada à representação que mais adiante será abordada. No momento, o que cabe mencionar rapidamente é que esta se trata, segundo Howard Becker (1999, p.31), "de algo que se diz ou imagina acerca de alguma coisa, pessoa ou lugar". Logo, tanto o ato de falar como, logicamente, o de lembrar, estão associados a imagens mentais. No que se refere à irreversibilidade citada por Yori, não significa que as imagens ou no caso as representações sejam imutáveis, mas sim que são essenciais à existência do homem enquanto ser social, cercado por múltiplas relações interpessoais e com o meio. Não há como fugir destas imagens mentais, destas representações, já que independente da forma de sua manifestação impõem aos homens a sua presença.

A mídia, outro ponto abordado, contribui significativamente para esta supremacia da imagem, já que também inventa e dissipa as suas criações, suas próprias imagens ou as que melhor lhe convém. Preza-se com isto que o Jornal

Agora, outra fonte utilizada aqui, seja visto de forma crítica, a partir deste viés que se analisou e interpretou da obra de Yori. Quanto à irreversibilidade no quesito mídia, se apresentam duas possibilidades. A constatação de que se está em uma época indubitavelmente dominada por ela, e/ou que seus efeitos produzidos são tão marcantes, que chegam a quase impossibilidade de serem revertidos. Salienta-se "a quase impossibilidade", pois em se tratando de relações e comportamentos humanos, a previsibilidade torna-se ineficaz.

O Jornal *Agora* foi o meio de comunicação impresso local que mais noticiou acerca do Bairro Cidade de Águeda. O jornal, segundo informações extraídas do histórico *online*[42] do mesmo,

> [...] foi fundado em 20 de setembro de 1975, é uma publicação de propriedade das Organizações Risul Editora Gráfica Ltda. Tem como área de abrangência Rio Grande, São José do Norte e região. Circula de segunda-feira a sábado, com o foco principal em matérias locais e regionais (HISTÓRICO *ONLINE* DO JORNAL *AGORA).*

Figura 5 – Organizações Risul Ltda. em 1958[43]

Fonte: Histórico *Online* do Jornal *Agora.* Acesso em 08 de outubro de 2012.

Ainda, segundo o histórico, algumas características do periódico são mencionadas como principais. Entre elas "sua linha editorial, que busca a integração da comunidade, com informação precisa, responsável e imparcial." (HISTÓRICO *ONLINE* DO JORNAL *AGORA*) Sobre a pretensa imparcialidade dos jornais, Tânia

[42] Histórico *online* do Jornal *Agora*, disponível em www.jornalagora.com.br/site/content/o_jornal. Acesso em 27 de agosto de 2012.

[43] As Organizações Risul Ltda., iniciou suas atividades no ano de 1958, no ramo da montagem de pneus e, posteriormente como gráfica e editora. (HISTÓRICO *ONLINE* DO JORNAL *AGORA*). Mais informações em www.jornalagora.com.br. Acesso em 27 de agosto de 2012.

de Luca[44] suscita uma discussão que há muito tempo causa polêmicas em torno "do estatuto do que se publica na imprensa periódica [...]: há objetividade e neutralidade? É possível distinguir notícia e interpretação?" (PINSKY, 2008, p. 139) De fato, são questões complexas e inquietantes. A maneira que se tem, pelo menos por hora, para solucionar parte deste impasse, está embasada em três premissas. A primeira é de que a objetividade é sempre parcial em função das pretensões que se busca atingir com determinada informação que é publicada. A segunda, de que a neutralidade não está associada à isenção de opinião, ao contrário, a opção de não se posicionar, não citar determinado evento e/ou os atores nele envolvidos, expressa uma postura; reflete juízos de valor. E a terceira, de que talvez não haja a necessidade de distinguir notícia e interpretação, tendo em vista de que são conceitos imbricados e que a interpretação ocorre simultaneamente, por vezes, inconsciente aos fatos. Logo, não há notícias de processos, eventos, fatos e agentes destes, se não submetidos à crivagem interpretativa de outrem.

Figura 6 – Inauguração da nova sede das Organizações Risul[45]

Fonte: Histórico *Online* do Jornal *Agora.* Acesso em 08 de outubro de 2012.

[44] LUCA in PINSKY, 2008.

[45] Nova sede inaugurada em 29 de maio de 1997, no prédio situado à Rua Aquidaban, 695, onde funciona até os dias atuais a revenda de pneus e o Jornal *Agora.* (HISTÓRICO *ONLINE* DO JORNAL *AGORA*). Informações disponíveis em www.jornalagora.com.br/site/content/o_jornal. Acessado em 27 de agosto de 2012.

As reportagens[46] do Jornal *Agora* abordam as diferentes esferas da realidade do Cidade de Águeda. Neste sentido, narram as situações mais adversas, como a entrega das casas, os momentos comemorativos, as reivindicações e as precariedades, além dos casos policiais. A maioria apresenta fotografias ilustrativas e se baseiam nos depoimentos dos moradores para ratificar suas afirmações. Desta forma, o jornal se utilizando da oralidade recorre às memórias dos moradores como possibilidade de (re) contar suas experiências, ou seja, parte de suas "histórias". Tencionando a mencionada "imparcialidade", apresenta também os relatos de autoridades locais (o Prefeito, secretários, vereadores, policiais, líderes comunitários, entre outros). Ao longo do período selecionado, foram contabilizadas mais de quarenta entrevistas.

Selecionaram-se para análise as reportagens de 7 de fevereiro de 2003 (data de entrega das primeiras casas populares) a 16 de dezembro de 2007 (momento da inauguração da única unidade de saúde no bairro)[47]. Estas primeiras casas entregues aos moradores do Águeda pertenciam ao Programa de Subsídio Habitacional (PSH), e não ao Programa Morar Melhor. Cada casa do PSH,

> terá um custo de R$ 6,5 mil e o terreno custará R$ 1,5 mil. O subsídio oferecido pelo Governo Federal é de R$ 4,5 mil por família. O restante o Município disponibiliza e depois os beneficiados pagam em 180 prestações mensais de aproximadamente R$ 19,80, valor que será ajustado anualmente pela URM[48]. As casas serão construídas em terrenos de 6x20 metros, tendo 28 metros quadrados cada, divididos em quarto, sala/cozinha e banheiro, mais uma estrutura pronta para a construção de outro quarto, se a família desejar (JORNAL *AGORA*[49], 11 fevereiro de 2003, p.3).

Na mesma época da construção das primeiras casas do PSH que beneficiariam 210 famílias, a Prefeitura já estava com a licitação do Programa Morar Melhor em andamento. Este seria realizado

> [...] com a utilização de R$ 1,3 milhão disponibilizado pelo Orçamento Geral da União e 20% de contrapartida do Município, que se dará parte em infra-estrutura e parte em recursos. Será um projeto para re-assentamento e melhoria das condições de moradia das pessoas que moram em subabitações. Irá beneficiar moradores da Vila da Naba e da Dom

[46] Todas as reportagens apresentam referência, sendo os nomes que aparecem os de Mônica Caldeira e Carmem Ziebell.
[47] A seleção mencionada refere-se às reportagens impressas do jornal que tem um arquivo em sua própria sede. Tendo em vista que o trabalho se estende até 2012, achou-se conveniente continuar as pesquisas com esta fonte. As reportagens do jornal a partir do ano de 2010, já se encontram disponível *online* no site www.jornalagora.com.br.
[48] Unidade de Referência Municipal.
[49] Reportagem intitulada *"Construção de Casas pelo PSH deve iniciar segunda"*. In: JORNAL *AGORA* de 11 de fevereiro de 2003.

> Bosquinho. [...] Serão construídas casas parecidas com as do PSH, também no Cidade de Águeda, para as quais eles irão mudar-se (JORNAL *AGORA*, 11 de fevereiro de 2003, p.3).

É necessária a abordagem do bairro como um todo e não só a partir do recorte do Morar Melhor, já que o Águeda apresenta múltiplas redes de relações que interferem nas dinâmicas e representações locais.

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM)[50], liderado por Gilmar Xavier Ávila, questionou em março de 2003 a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal, acerca de alguns pontos ainda nebulosos do PSH. Primeiramente, os contratos individuais assinados entre as famílias com a Prefeitura e com a Caixa, não se encontravam com elas. Segundo Gilmar, a atitude não é correta, pois "os contratos individuais devem estar com as pessoas interessadas." (JORNAL *AGORA*, 8 e 9 de março de 2003, p.3). Além disto, o líder do Movimento salienta que não foram analisadas outras propostas (além da Serial Engenharia e Estrutura Ltda., empresa aprovada). Assim, foram apresentados únicos modelos de casa e orçamento de custos.

A resposta do superintendente em exercício da Caixa Econômica Federal, Mauro Bom, sobre a não entrega dos contratos aos moradores, foi de que alguns ainda necessitavam da assinatura conjunta da Caixa e da Prefeitura. Tendo em vista que cerca de 200 pessoas se encontravam na fila de espera pelas assinaturas, a Caixa se comprometia em atendê-las o mais breve possível. No que diz respeito à empresa aprovada, Bom mencionou ao jornal que não é a Caixa quem escolhe as formas de construção, mas sim as parcerias que se formam ao longo do processo de negociação. Tipos de programas como o PSH e o Morar Melhor poderiam ser realizados de quatro formas: construtoras (como o caso de Rio Grande), mutirão (cooperativas, associações...), por autoconstrução (a pessoa constrói a sua casa) e através das Prefeituras quando possuem equipes de trabalho para a construção civil (serventes, pedreiros, engenheiros...).

[50] O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) foi criado em julho de 1990, no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 13 estados. Materializou-se depois das grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais mos centros urbanos, deflagrados principalmente na década de 80. [...] O movimento está organizado em 15 estados: Pará, Acre, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Tocantins, Paraná, Paraíba e Rio Grande do Sul. Informações obtidas in http://mnlm-rs.blogspot.com.br. Acesso em 27 de outubro de 2012.

Em 22 de junho de 2004, foram noticiados os primeiros protestos contra a remoção da Vila Dom Bosquinho[51]. Os moradores reivindicavam na frente da Prefeitura, para que suas residências na vila fossem legalizadas. Segundo o jornal

> As pessoas que protestavam em frente à Prefeitura reclamavam que já procuraram legalizar suas moradias, mas o Município não aceitou. Eles reconhecem tratar-se de uma área que foi ocupada, porém argumentaram que alguns estão no local há mais de 20 anos (JORNAL *AGORA*, 2004, p.3).

O principal motivo do protesto para que não ocorresse a mudança das primeiras 44 famílias para o Bairro Cidade de Águeda, era a distância em relação ao centro da cidade, onde muitas pessoas trabalhavam. A moradora Ione Almeida, 27 anos, relatou ao *Agora* em 2004 que

> [...] além disso, muitos estudam na FURG e terão mais dificuldade para se deslocar se forem transferidos para o Cidade de Águeda. 'Estamos sendo obrigados a sair. Queremos alguém que nos ouça', explicou Ione. Ela observou ainda que as casas do bairro para onde querem levá-los são pequenas e eles terão que pagar por elas quando já têm as suas. (JORNAL *AGORA*, 2004, p.3)

A Polícia Militar acompanhou a equipe da SMHAD, responsável pela retirada das pessoas de modo a evitar tumultos. Segundo o vice-prefeito na época, Juarez Torronteguy,

> [...] a distância do Bairro Cidade de Águeda decorre da geografia da cidade. 'Não tínhamos como implantar um projeto grande em uma área próxima', argumentou. No entanto, destacou que ninguém será retirado à força da vila. (JORNAL *AGORA*, 2004, p.3)

Ainda, de acordo com ele, como as construções da Dom Bosquinho eram irregulares, a Prefeitura pretendia abrir o Canalete (localizado na Rua Major Carlos Pinto) naquela área, para dar sequência a um antigo projeto para o escoamento pluvial. Este projeto até hoje (2012), não foi posto em prática.

Um ano depois (2005) o *Agora* com a reportagem *"Entre a água e o Águeda"* de 26 de outubro, narrava a situação dificultosa na qual se encontravam dois irmãos moradores da Dom Bosquinho. Ambos haviam sido autuados pela Prefeitura, pois se negavam a sair da vila. Alexandre Araújo narrava que

> [...] 'há dois meses colocou aterro sob um lixão e construiu uma pequena casa. Este local era totalmente abandonado e sujo e atraía muitos ratos. Era possível encontrar até lixo hospitalar. Por isso coloquei aterro e ergui minha casa, mas já recebi uma autuação da Prefeitura para deixar o local. Mas eu

[51] "*Remoção de moradores gera protesto"*. In: JORNAL *AGORA*. Reportagem de 22 de junho de 2004. Acervo do próprio jornal.

> não quero ir para Águeda pela falta de segurança', diz. (JORNAL *AGORA*, 2005, p.03)

Já seu irmão, Volmir Araújo, dizia que morava irregularmente na vila há dez anos. Para ele, o lixo os impedia também de pescar, pois eles não conseguiam chegar até a água. Depois do aterro, eles construíram um atracador para facilitar a atividade pesqueira. Juarez Torronteguy (vice-prefeito em 2005) declarou ao *Agora* que a única medida para solucionar o problema dos irmãos e demais moradores que ainda passavam dificuldades, na Dom Bosquinho, seria a realização do cadastramento em algum programa governamental e a remoção para o Águeda. Torronteguy defendia enfaticamente a remoção "primeiro por ser zonas perigosas e de risco e depois pelo acordo fechado entre o Município e o Governo Federal através do Projeto Orla.[52]" (JORNAL *AGORA*, 2005, p.3). Acrescentou ainda que a Prefeitura jamais permitiria os aterros realizados, pois aquelas áreas são de proteção ambiental.

Uma reportagem em especial chama muita atenção. Segunda, 19 de novembro de 2007, a relatora nacional de Direitos Humanos da ONU conhece as habitações do Cidade de Águeda e mostra-se chocada. Lúcia Moraes afirma que a renda da maioria das famílias que lá se encontram estava consolidada próxima aos antigos bairros. Ela lembra que além de ter acesso à moradia, "a comunidade tem direito à cidade, ou seja, infra estrutura e serviços básicos como saúde, educação e segurança", itens que os moradores não possuíam. Na íntegra:

> Ao visitar o bairro Cidade de Águeda – citado pelos moradores atingidos pela expansão como um local violento, para o qual eles não querem ser transferidos – a relatora da ONU se espantou ao ver a qualidade e o projeto das futuras 300 casas que estão sendo construídas naquele bairro. 'Como arquiteta, posso notar que estas habitações não possuem qualquer tecnologia. São casas muito pequenas que não comportam uma família. Sem falar no bairro que não conta com infra-estrutura: posto policial, de saúde, além da escola que disponibiliza vagas somente até a 4ª série', argumentou Lúcia.
>
> 'Já visitei muitas cidades, ocasião em que pude conhecer de perto vários projetos de habitação popular. E posso dizer que Rio Grande disponibiliza um dos piores planos de habitação do País. Não entendo, inclusive, como os projetos da Prefeitura Municipal foram aprovados pela Caixa Econômica Federal (CEF)', lamentou. (JORNAL *AGORA*, 2007, p.3)

[52] Projeto governamental de proteção e preservação ambiental das áreas de marinha do município, entre elas o Saco da Mangueira, onde a Vila Dom Bosquinho está localizada.

Segundo o jornal, Lúcia Moraes defende a permanência das pessoas em seus bairros originais, já que entende ser a transferência desnecessária e, de certa forma, prejudicial.

Nas matérias, o bairro que se encontra entre uma das zonas mais pobres da cidade aparece estigmatizado, como um local de muita marginalidade[53]. Igualmente, é apresentado como um ambiente onde ocorrem intensas lutas em prol de mudanças e condições mínimas para a existência de habitações dignas. São expoentes destas ações as figuras dos presidentes locais (primeiramente Erotildes Souza Borba e depois Elton Veiga) e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). Por intermédio deles, com muitas dificuldades, foi possível que se conseguisse a instalação de luz elétrica e água, e a criação da escola e do posto de saúde.

Apesar das conquistas, alguns transtornos que foram noticiados em anos anteriores podem ser verificados no bairro e divulgados pelo *site* do jornal até hoje. Entre eles a falta de rede de esgoto adequada (2004[54]) e as rachaduras nas casas que facilitam a entrada da água nos cômodos e estragam móveis e aparelhos eletrônicos (2005[55]).

Acerca dos esgotos, a reclamação dos moradores era unânime devido ao mau cheiro e à proliferação de insetos. Para algumas famílias a situação se encontrava ainda mais complexa, já que "o problema já é de saúde pública, pois algumas casas têm água servida ou mesmo fezes escorrendo pela beira da rua e até saindo por boxes de banheiro, caixas de gordura e tanques de lavar roupas" (JORNAL *AGORA*, 2004, p.7). O *Agora* menciona que a saída encontrada pela construtora para contornar a situação foi o conserto das fossas (que estavam

---

[53] *"Cidade de Águeda – Dois casos de arrombamento à residência"*, reportagem de 12 de maio de 2005. Acervo do próprio Jornal *Agora.*
"Cidade de Águeda – BM [Brigada Militar] apreende eletrônicos sem procedência", reportagem de 16 de setembro de 2005. Acervo do próprio Jornal *Agora.*
"Cidade de Águeda – Brigada Militar localiza foragido de Camaquã", reportagem de 05 de outubro de 2005. Acervo do próprio Jornal *Agora.*
"BM prende assaltantes no Cidade de Águeda", reportagem de 08 de novembro de 2005. Acervo do próprio Jornal *Agora.*
"Cidade de Águeda – Polícia Civil prende suspeitos de tráfico de drogas", reportagem de 03 de outubro de 2006. (Caderno Polícia) Acervo do próprio Jornal *Agora.*
"Porte ilegal de arma no Cidade de Águeda", reportagem de 24 de junho de 2012. Acervo *online*, disponível em www.jornalagora.com.br. Acesso em 28 de setembro de 2012.

[54] *"Esgotos causam transtornos a moradores".* Reportagem de 27 e 28 de março de 2004. In: JORNAL *AGORA*.

[55] *"Casas com rachaduras preocupam moradores do Cidade de Águeda".* Reportagem de 20 e 21 de setembro de 2005. In: JORNAL *AGORA*.

entupidas com areia e brita das ruas), porém, os trabalhadores que atuavam nos consertos, “apesar dos dejetos de esgoto cloacal, não usavam luvas, botas ou outro material de proteção.” E continua: “Fomos procurar o responsável pela empresa Serial, que faz as obras no Cidade de Águeda, mas ele não quis receber a reportagem.” (JORNAL *AGORA*, 2004, p.7). Já sobre as rachaduras a Prefeitura declarou ao *Agora* que sabia do fato e estava providenciando soluções, pois reconhecia que as primeiras casas entregues eram bastante precárias. Desta forma, os moradores poderiam se mudar para casas novas, logo que as construções destas estivessem concluídas.

Em 8 de agosto de 2011, o “Caderno Bairros” foi dedicado ao Águeda com o título: “*Cidade de Águeda, um bairro que luta e supera dificuldades*.” Na íntegra a introdução do texto:

> Cidade de Águeda. Um bairro criado há poucos anos. Conhecido por sua extrema pobreza, tráfico de drogas e outros problemas sociais graves. Hoje, começa a levantar-se e dar lição de como uma comunidade pode conquistar melhorias. Muitas das carências continuam lá, como a baixa renda e a completa falta de saneamento básico (JORNAL *AGORA*, 08 de agosto de 2011, acervo *online*).

Seis linhas de abordagem podem ser distinguidas nesta matéria: lixo e esgoto; saneamento básico; saúde; área de lazer, segurança e educação.

Lixo e esgoto: Causas da maioria das reclamações por parte dos moradores. As ruas e valetas estão sujas devido ao acúmulo de sacolas plásticas, garrafas PET, restos de lixo orgânico e entulhos. Nas áreas baldias a concentração destes materiais é ainda maior. Nas ruas o esgoto sai das casas e vai para uma vala que corre a céu aberto. As fossas transbordam e ocasionam mau cheiro, obrigando alguns moradores a limpar as valetas em frente às suas casas. Luciglei San Martim, moradora do bairro, menciona que “o lixeiro passa diariamente, mas tem gente que não aprende e joga o lixo nas ruas e valetas. Uma coisa é não ter dinheiro. Outra é não ter educação.” (JORNAL *AGORA*, 8 de agosto de 2011, acervo *online*) Por este motivo, a Associação de Moradores na época, pensava em instalar uma cooperativa de reciclagem de lixo no bairro. Luciglei ressaltava que “a maior parte dos moradores é coletora de lixo e também recicla. Se houvesse uma cooperativa, as mães poderiam trabalhar e incrementar a renda da família, ainda mais que temos uma creche que cuida dos pequenos” (JORNAL *AGORA*, 8 de agosto de 2011, acervo *online*).

Figura 7 – Terreno do Águeda com construções inacabadas em meio ao lixo

Fonte: JORNAL *AGORA ONLINE*. Acesso em 08 de agosto de 2011.

Figura 8 – Trabalhadores da Prefeitura recolhem lixo das ruas do bairro

Fonte: JORNAL *AGORA ONLINE*. Acesso em 08 de agosto de 2011.

Outro motivo de transtorno é o número elevado de cachorros soltos nas ruas, que também são responsáveis pelo lixo espalhado. Muitas pessoas saem do Águeda e deixam seus animais para trás. Além disto, pessoas de outros bairros vão ao Águeda somente para abandonar seus cães, diz Luciglei.

Figura 9 – Cachorros soltos transitando pelas ruas do Águeda

Fonte: JORNAL *AGORA ONLINE*. Acesso em 08 de agosto de 2011.

Saneamento básico: Não há sistema de saneamento de esgoto no bairro. Devido à falta de pavimentação das ruas, quando chove há o entupimento das valetas e a água invade ruas e casas. A moradora Jurema das Neves relata que “é impossível circular pelas ruas. É muito buraco e água empoçada. O pior é o esgoto, que acaba se misturando com a água da chuva e alagando as ruas. É horrível viver assim”. (JORNAL *AGORA*, 8 de agosto de 2011, acervo *online*).

Figura 10 – Esgoto a céu aberto no Bairro Cidade de Águeda

Fonte: JORNAL *AGORA ONLINE*. Acesso em 08 de agosto de 2011.

Figura 11 – Rua com lama no Bairro Cidade de Águeda

Fonte: JORNAL *AGORA ONLINE*. Acesso em 08 de agosto de 2011.

No ano de 2012, o jornal apresentou uma reportagem[56] acerca do suposto crime ambiental cometido pelo ex-prefeito (Janir Branco) e o atual Prefeito (Fábio Branco), no Loteamento Cidade de Águeda. Logo, o descumprimento dos cuidados sanitários e ambientais são anteriores à formação do espaço enquanto bairro. A ação

> [...] foi movida pelo Ministério Público Estadual, que acusa o prefeito atual e o anterior de terem deixado de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental (artigo 68 da Lei de crimes ambientais). Segundo o MP [Ministério Público], os dois mandatários seriam responsáveis pela liberação do Loteamento Cidade de Águeda, inclusive com venda de lotes a diversas famílias, sem a devida regularização do escoamento do terreno, tanto do esgoto sanitário, como das águas da chuva, obrigações impostas por lei a quem realiza loteamento para fins residenciais (JORNAL *AGORA*, 03 de abril de 2012, acervo *online*).

O relator e desembargador, Constantino Lisboa de Azevedo, menciona a existência de um parecer da FEPAM[57], no qual

> [...] a direção técnica indicava a necessidade de um esgoto sanitário no local, que deveria ser interligado à estação de Tratamento de Esgotos, para evitar que o esgoto doméstico gerado por aquelas residências não contaminasse o lençol freático. (JORNAL *AGORA*, 03 de abril de 2012, acervo *online*)

[56] *"Prefeito e ex-prefeito vão responder por suposto crime ambiental."* In: JORNAL *AGORA ONLINE*. Disponível em www.jornalagora.com.br.
[57] Fundação Estadual de Proteção Ambiental.

Com base nestas informações, o Tribunal Judiciário recebeu a denúncia por unanimidade e abriu o processo contra Janir e Fábio Branco, para apurar se há ou não crime ambiental[58].

Figura 12 – Inundação de rua do Cidade de Águeda pela água da chuva

Fonte: JORNAL *AGORA ONLINE*. Acesso em 03 de abril de 2012.

A defesa dos acusados caberá ao advogado Giovani Bartolini, que alega que o "caso não representa violação a um bem jurídico relevante e de interesse da sociedade" (JORNAL *AGORA*, 3 de abril de 2012, acervo *online*). Bartolini pediu a rejeição da denúncia, "alegando que o Loteamento Cidade de Águeda não é um loteamento, e sim mera regulamentação fundiária". (JORNAL *AGORA*, 3 de abril de 2012, acervo *online*).

Saúde*:* O atendimento no posto médico também foi motivo de queixas. Jurema Neves disse que "Às vezes, não tem médico para atender. E, quando ele está, é tanta gente e tão poucas as fichas que se a gente precisar mesmo de atendimento acaba indo de ônibus para o pronto-socorro no centro." (JORNAL *AGORA*, 08 de agosto de 2011, acervo *online*). Silvia Xavier mencionou que sempre que precisou o médico estava lá, porém "o que está faltando é um posto médico 24 horas e uma ambulância para o deslocamento de quem precisar." (JORNAL *AGORA*, 08 de agosto de 2011, acervo *online*) A supervisora de urgência e emergência da Secretaria Municipal de Saúde, Patrícia Santos, informou que há atendimentos todos os dias. São distribuídas oito fichas e duas para retorno. Ela

[58] Desde a publicação da reportagem do dia 3 de abril de 2012 no Jornal *Agora*, a mídia local (impressa e televisiva), não divulgou mais nenhuma informação a respeito da ação movida contra Janir e Fábio Branco.

orienta que sempre que a população precisar é só se ir à unidade de saúde, que sofrerá a triagem da equipe de enfermagem e o encaminhamento ao médico de plantão.

Área de lazer: Apesar dos diversos terrenos baldios do Cidade de Águeda, até então não há nenhuma área de lazer para a população. A reivindicação dos moradores é para a construção de uma praça com bancos e espaço para as crianças brincarem. "[...] seria ótimo para a gente se encontrar em uma roda de chimarrão, principalmente nos finais de semana, declara Luciglei San Martim" (JORNAL *AGORA*, 8 de agosto de 2011, acervo *online*). Jair Rizzo, secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano, mencionou que o projeto existe e que se posto em prática, a praça ficará localizada perto da rua 04. Para os moradores o local ideal para a construção da praça seria próximo à escola Zelly Pereira Esmeraldo, pois se trata de uma área mais central; ao alcance de todos. A execução do projeto da praça conta atualmente (2012) com o incentivo financeiro das empresas ECOVIX/ENGEVIX construções oceânicas[59].

Segurança: Segundo as declarações dos moradores ao jornal, a segurança tem melhorado progressivamente, pois à época em que se mudaram a situação era calamitosa devido à falta de policiamento no bairro. "A violência era grande. Não tinha nem como deixar as crianças saírem para brincar. Hoje, não, a gente pode ficar mais tranqüila, enfatiza Luciglei" (JORNAL *AGORA*, 8 de agosto de 2011, acervo *online*). Para ela a violência ainda existe, mas em pontos isolados e em menor escala. "Mudou muito, mas enfrentamos, como vários outros bairros, o problema das drogas" (JORNAL *AGORA*, 8 de agosto de 2011, acervo *online*). Por isto, a Associação de Moradores, solicitou a permanência de um posto policial no bairro.

Educação: Segundo o *Agora*, muitas mães apontaram a educação como um ponto positivo no bairro. De acordo com a diretora da escola Cledi Teles Sousa, "O crescimento do bairro se espelha no crescimento da escola. No início, eram quatro

[59] A ECOVIX – ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S/A foi criada em março de 2010 como subsidiária da ENGEVIX ENGENHARIA S/A para executar para a Petrobrás dois contratos de construção de oito cascos de plataformas de exploração de petróleo (FPSO na sigla em inglês) na camada do pré-sal. Para atender à demanda destes contratos e às futuras encomendas do mercado de construção naval no Brasil foi adquirido o estaleiro construído no Porto de Rio Grande (RS). [...] A empresa entra para um setor com potencial para movimentar US$ 300 bilhões em contratos nos próximos dez anos. O objetivo é conquistar participação de mercado por meio da produção de cascos, módulos, navios-sonda, embarcações de apoio e outras embarcações. In: http://www.ecovix.com/sobre-a-ecovix/Paginas/perfil.aspx. Acesso em 29 de outubro de 2012.

salas de aula. Hoje, são 13. E, a cada ano, a procura por matrículas é muito grande, diz a diretora" (JORNAL *AGORA*, 8 de agosto de 2011, acervo *online*). O que as mães pediam era a construção de um muro em volta da escola (Zelly Pereira Esmeraldo), pois a tela de proteção já fora retirada muitas vezes por atos de vandalismo. Atendendo esta vontade, Cledi solicitou à Secretaria Municipal de Educação às devidas providências para que o muro fosse erguido. Igualmente, requereu que a área lateral do prédio fosse fechada, para que em dias de chuva pudesse ser utilizada pelos alunos.

1.3 Considerações sobre a Co-Irmandade Rio Grande e Águeda, Portugal

A Águeda portuguesa possui 49.912 habitantes e compreende um território com 335,3 km² de área, subdivididos em vinte freguesias.[60] Foi elevada à categoria de cidade pela lei nº 30 de 14 de agosto de 1935. O forte da economia da cidade se concentra na área de metalomecânica, embora obtenha sucesso também no setor agrícola com a produção de milho, frutas, vinho e madeira.[61]

Curiosamente a cidade de Águeda em Portugal não possui só Co-Irmandade (geminação) com Rio Grande. Outros locais também estão presentes como: Bissau em Guiné-Bissau (desde 10 de março de 1995), Ferrol na Espanha (desde 26 de agosto de 1999) e Saint-Gillis-Waas na Bélgica (desde 25 de agosto de 2000).

Atenta-se ao fato de que a data oficial que consta da assinatura da Co-Irmandade com Rio Grande em Portugal é de 16 de novembro de 1993, portanto, um mês após a assinatura da lei no município gaúcho (21 de setembro do mesmo ano). Os motivos do desencontro das datas são incertos e duas hipóteses surgiram neste sentido, talvez não antagônicas, mas complementares entre si. A primeira supõe que a burocracia do país europeu tenha propiciado o atraso na assinatura da lei. A segunda que teria ocorrido alguma (re) avaliação acerca da viabilidade de criar vínculos com a cidade gaúcha. Entretanto, a questão mais proeminente em relação

[60] As freguesias são: Agadão, Aguada de Baixo, Aguada de Cima, Águeda (freguesia), Barrô, Belazaima do Chão, Borralha, Castanheira do Vouga, Espinhel, Fermentelos, Lamas do Vouga, Macieira de Alcoba, Macinhata do Vouga, Óis da Ribeira, Préstimo, Recardães, Segadães, Travassô, Trofa, Valongo do Vouga. Informações retiradas do site da Câmara Municipal de Águeda, Portugal. In: http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=33234. Acesso em 4 de junho de 2012.

[61] Disponível em http://www.memoriaportuguesa.com/agueda. Acesso em 4 de junho de 2012.

a tudo isto, se relaciona ao interesse de Rio Grande em estreitar vínculos de cunho "econômico, artístico e cultural" justamente com Águeda. A justificativa para o ato remete "às semelhanças e afinidades que ambas as cidades possuem", entre estas a evidente colonização riograndina advinda das bandas lusitanas. O fato de conhecimento histórico consiste na possibilidade de que o município do Rio Grande provém de origens portuguesas bem específicas, açorianas:

> Na Vila do Rio Grande de São Pedro, assim denominada administrativamente, a partir de 1751, os açorianos tiveram um papel colonizatório essencial para o seu desenvolvimento urbano, demográfico e econômico. (TORRES[62], 2011, p.11)

Figura 13 – Mural existente no calçadão da Rua Luiz Lorea em Rio Grande. Homenagem à Cidade de Águeda em Aveiro, Portugal[63]

Fonte: Elaborado pela autora, 06 de junho de 2012.

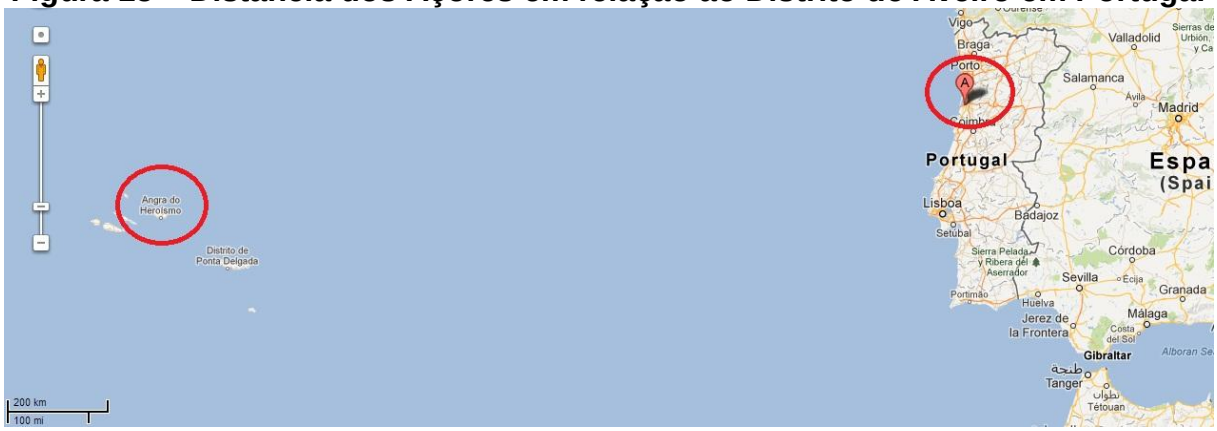
[62] TORRES in SCHIAVON; KIVANSKI; SILVA (org.), 2011.
[63] Pintura em azulejos. O mural, intitulado "Noras de Águeda", retrata uma cena típica da paisagem da cidade portuguesa onde as noras movem as águas de um dos rios locais.

Figura 14 – Mural que retrata lavadeiras às margens de um rio que move Noras na Cidade de Águeda, Portugal

Fonte: Vitor Oliveira. “Google Imagens”. Acesso em 06 de junho de 2012.

Sendo os Açores um arquipélago, logo apresenta peculiaridades em relação às demais localidades portuguesas no continente. Nota-se, a seguir, no mapa a distância dos Açores (vermelho) em relação ao Distrito de Aveiro (azul), onde se encontra a cidade de Águeda em Portugal.

Figura 15 – Distância dos Açores em relação ao Distrito de Aveiro em Portugal

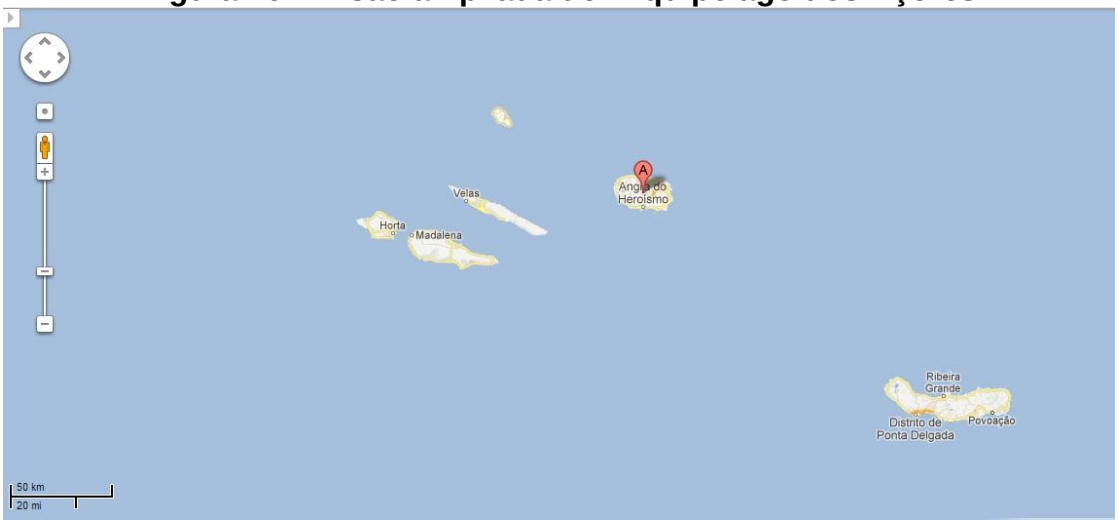


Fonte: “Google Maps”. Acesso em 05 de junho de 2012.

Anna Lucia Dias Morrison de Azevedo[64], sobre o Arquipélago dos Açores, informa que:

> Foi povoado por três etnias – portugueses, flamengos e árabes (mouros). Houve um processo de miscigenação e aculturação entre essas etnias e, pelo isolamento forçado das ilhas, vieram a construir uma raça típica. A laboriosa classe baixa que rumou para Rio Grande dedicava-se à agricultura e à vida do mar, e deixou seu solo natal porque este lhe era pouco propício. [...] As ilhas hoje constituem a Região Autônoma dos Açores, a qual adquiriu autonomia administrativa. Diferentemente dos portugueses continentais, que vinham ao Brasil com o intuito de enriquecer (e, para tanto, não se faziam acompanhar de suas famílias), e depois retornavam à pátria; os açorianos vieram para se fixar em definitivo (AZEVEDO, 2011, p.34).

Figura 16 – Visão ampliada do Arquipélago dos Açores



Fonte: “Google Maps”. Acesso em 05 de junho de 2012.

Assim, as referidas afinidades artísticas e culturais, presentes na lei, não se apresentam tão evidentes a ponto de propiciar a união de ambas as cidades. Mesmo porque a Águeda portuguesa apresenta características, costumes e tradições que não se relacionam diretamente aos de Rio Grande. Um exemplo disto é a gastronomia, onde o prato típico de maior sucesso é o “Leitão assado à Bairrada”, bem destoante da tradicional “Anchova assada” riograndina[65]. Sobre a Co-Irmandade (geminação), o Jornal *Agora* esclarece:

[64] AZEVEDO in SCHIAVON; KIVANSKI; SILVA (org.), 2011.

[65] Não se sabe ao certo em que momento a anchova passou a ser considerada como um prato tradicional de Rio Grande, município voltado à atividade pesqueira. Entretanto, atenta-se ao fato de que foi através da “Festa do Mar”, comemoração realizada anualmente e que terá em 2013 sua 15ª edição, que o prato adquiriu maior destaque. Durante a festa, uma grande quantidade do pescado é consumida por moradores locais e visitantes.

> A geminação de cidades é um conceito antigo que tem como objetivo criar relações e mecanismos protocolares essencialmente em nível espacial, econômico e cultural, através dos quais cidades de áreas geográficas ou políticas distintas estabelecem laços de cooperação. Estes acordos levam ao estabelecimento de intercâmbio cultural, partilha de conhecimento, ensino (estudantes) e políticas empresariais, entre outras atividades. É um conceito que assemelha-se à prática da correspondência na rede mundial. Geralmente as cidades gêmeas, embora distantes, têm características semelhantes ou pontos de referências históricas comuns ou grande volume migratório, como é o caso de Águeda, em Portugal, e a nossa cidade do Rio Grande. (JORNAL *AGORA ONLINE*[66], 2012).

A questão econômica, que inclusive aparece em primeiro lugar na ordem dos quesitos em grau de importância para a Co-Irmandade, adquire neste contexto um foco especial. Rio Grande, em 2012, assumiu posição importante como um dos pólos navais brasileiros para a construção e reparos de cascos de navios de grande porte. Segundo a pesquisa realizada no Jornal *Agora*, não há nenhuma menção relacionada à associação da remoção dos moradores da Vila Dom Bosquinho para o Bairro Cidade Águeda, em função dos futuros investimentos e do desenvolvimento do polo naval.

Não se pode precisar qual a relação existente entre a assinatura da lei (Anexo 1), a remoção dos moradores da vila e os investimentos no polo naval. O que fica bem nítido, a partir dos dados que se obteve, é que havia planos e perspectivas de expansão econômica para o município e a iniciativa da Prefeitura de Rio Grande em assinar a lei 4.810/93 (da Co-Irmandade) aponta para este caminho. Lembrando que a economia da Águeda portuguesa se concentra na metalomecânica, mais especificamente na área da construção civil, o quebra-cabeça começa a adquirir forma. As demais Co-Irmandades que foram estabelecidas pela cidade portuguesa com outras partes do globo demonstram o quanto havia interesse dos lusitanos em expandir igualmente os seus negócios; trocar benefícios em longo prazo.

Logo, Rio Grande não seria a exceção dos exemplos de outras localidades onde o desenvolvimento, o dito “progresso” da área central, fomenta e distancia cada vez mais as áreas periféricas. Alude-se que tanto a lei 4.810/93 como o Projeto Morar Melhor foram assinados sob a mesma gestão. A primeira pelo vice-prefeito

[66] VALÉRIO, Pedro A. “Galho de Urtiga”. In: Jornal *Agora* Online, matéria de 16 de julho de 2012. Disponível em: http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/print.php?id=27169. Acessado em 16 de julho de 2012.

Adilson Troca e a segunda pelo Prefeito Wilson Mattos Branco. Assim, o interesse central da união entre as cidades seriam as possíveis vantagens econômicas advindas deste "acordo de cooperação mútua". Tanto que, visitas regulares ocorreram entre os prefeitos e demais representantes políticos de ambos os lados. Em 2012, ano de consolidação do polo naval, o prefeito Gil Nadais visitou Rio Grande no mês de abril.[67] Sobre a visita, o prefeito em exercício de Rio Grande, Fábio Branco, mencionou:

> Temos uma relação muito boa com Águeda e por isso pretendemos intensificar a aproximação e a integração entre as cidades. Rio Grande está vivendo um momento importante de desenvolvimento e o intercâmbio com Águeda faz parte do nosso projeto de valorização do potencial dessa geminação (JORNAL *AGORA,* 4 de abril de 2012, acervo *online*.).

O desenvolvimento citado na fala do prefeito apresenta aspectos complexos para se qualificar. Sendo o processo recente e ainda em andamento, só uma avaliação posterior talvez dê conta de mensurar os ganhos e as perdas significativas do município e da população.

No ano de 2011 representantes da empresa portuguesa Vamaro S.A., da área da construção civil, estiveram em Rio Grande. Eles demonstraram um grande interesse pela cidade em função das "demandas geradas para o setor pelos investimentos no pólo naval do município." (JORNAL *AGORA* ONLINE[68]*,* 2011) De acordo com a entrevista do Presidente do Conselho Administrativo da Vamaro de Portugal e Angola, Francisco Rodrigues Vaz, "outros lugares do país já foram visitados, mas Rio Grande é o mais cotado para receber o empreendimento. [...] o município tem bastante potencial devido ao crescimento que está registrando." O jornal ressalta que em Angola, a Vamaro tem parceria com uma empresa chinesa, a GHCB, também da construção civil e que igualmente demonstrou interesse por Rio Grande. Em 2012, esta intenção se tornou mais consistente com a apresentação dos empresários chineses ao Executivo Municipal, através dos representantes da Vamaro S.A. entre eles, Francisco Vaz. Segundo a reportagem:

---

[67] Reportagem de 2 de abril de 2012 intitulada "Presidente da Câmara de Águeda visita Rio Grande", retirada do Jornal *Agora* online. In: http://www.jornalagora.com.br. Presidente da Câmara corresponde ao cargo de Prefeito no Brasil.

[68] ZIEBELL, Carmem. "Demanda em construção civil atrai interesse de empresa portuguesa". Reportagem de 14 de dezembro de 2011. In: JORNAL *AGORA ONLINE*. Disponível em: http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=21483. Acesso em 16 de julho de 2012.

> Os chineses manifestaram o interesse de atuar na construção de casas populares pré-moldadas. A ideia é trazer os pré-moldados da China e montar em Rio Grande. O secretário municipal de Coordenação e Planejamento, Paulo Renato Cuchiara, informou que 17 mil unidades habitacionais estão previstas para Rio Grande e que ainda há necessidade de novas construções (JORNAL *AGORA* ONLINE[69], 2012)

Igualmente o suposto crescimento de Rio Grande chamou a atenção de Pelotas, município vizinho (distante 56 km), que anunciou em 2012 a iniciativa de se tornar a segunda Co-Irmã de Rio Grande. Tendo em vista que pelo valor elevado dos imóveis, muitos dos trabalhadores, que vêm para suprir a carência de mão-de-obra especializada no polo naval riograndino, residem em Pelotas. Com isto, o trânsito de pessoas e turistas, entre as cidades, aumentou consideravelmente, o que ocasiona a geração de renda, pelo aumento concomitante do consumo. Novamente, a questão econômica se destaca para a assinatura de mais uma provável[70] Co-Irmandade com Rio Grande.

[69] Reportagem de 13 de julho de 2012, intitulada “Chineses têm interesse em investir na construção civil”. In: Jornal *Agora Online*. Disponível em http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=30853 Acesso em 14 de julho de 2012.

[70] Até o momento da escrita deste trabalho não se obtiveram informações sobre a assinatura da Co-Irmandade, mas o interesse e a iniciativa pelotense, já haviam sido anunciados pela imprensa televisiva local.

2 ELEMENTOS RELEVANTES À CONSTITUIÇÃO DO BAIRRO

2.1 O Centro de Referência e Assistência Social

O Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), órgão representante da Prefeitura, iniciou suas atividades no Bairro Cidade de Águeda em 22 de novembro de 2006. Na época, este foi o primeiro centro assistencial instaurado no município[71]. Foi construído

> com cerca de R$ 65 mil aprovados pelo Legislativo em agosto deste ano [2006] e fará parte do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que é o principal programa de Proteção Básica, do Sistema Único de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (JORNAL *AGORA*, 2006, p.06)

Entrou-se em contato com as conselheiras do local no ano de 2010, através de conversa informal para obter maiores informações acerca do bairro. Nesta ocasião, se ficou ciente das dificuldades as quais os moradores enfrentavam e da resistência de grande parte destes para com as atividades promovidas pelo CRAS.

No dia 16 de agosto de 2012 um novo encontro ocorreu, através de prévio agendamento por telefone. Aí, conversou-se com a coordenadora do centro, a Assistente Social Cristina Reissig Soares Vitola. Através dela, obteve-se a permissão para analisar os relatórios anuais de atividade desta instituição. Segundo Cristina Vitola, que se encontra nesta função desde 2006, a elaboração dos relatórios não é obrigatória, mas como representam a Prefeitura e entram em contato com verbas públicas advindas do Governo Federal, optou-se por confeccioná-los. Por possuírem o principal objetivo de prestar contas à comunidade, os relatórios que datam de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 não possuem uma estrutura regular, padronizada. Da mesma forma, não detalham a autoria dos mesmos, apenas induzindo o leitor à ciência de que o CRAS, ou seja, a instituição é a responsável pelas informações contidas nos relatórios. Optou-se por focar as

[71] Outro centro foi instaurado no Município do Rio Grande no ano de 2012, no Bairro Hidráulica. O CRAS Hidráulica, segundo reportagem do Jornal *Agora* "atenderá o território que vai da rua Domingos de Almeida, até a avenida Argentina e da 1° de maio até a rua Henrique Pancada. O cadastro das famílias que serão beneficiadas está sendo realizado por uma equipe de assistentes sociais que está percorrendo o local desde o último mês de abril. Até o momento, cerca de 500 famílias estão registradas e já são atendidas pelo Centro que possui dois técnicos de serviço social e um técnico de psicologia que trabalham com o principal objetivo de criar alternativas de geração de renda para as pessoas e, nesse sentido, promovem oficinas de culinária, tecelagem, corte e costura e artesanato, entre outras." Reportagem intitulada "Município inaugura mais um CRAS nesta segunda-feira", de 03 de abril de 2012.

atenções nos relatórios de 2007 e 2011 (o primeiro e o mais recente), de modo a perceber as continuidades e descontinuidades das ações do centro na comunidade entre o espaço de 4 anos.

O objetivo principal do centro

> [...] é ser uma referência local de assistência social a fim de concretizar os direitos sócio assistenciais, ofertando e coordenando em rede os serviços, os programas e os projetos que previnam situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários [...] (RELATÓRIO ATIVIDADES CRAS, 2007, p.4).

O CRAS, sendo parte integrante do Sistema Único de Assistência Social, promove serviços de proteção básica, com caráter preventivo e processador de inclusão social. "Destina-se aos segmentos da população que vive em condição de vulnerabilidade social[72]: decorrentes da pobreza, privação e ou fragilização dos vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social" (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.5). O centro foi para o Cidade de Águeda em 2006 para atender através do PAIF (Programa de Atenção Integral à Família), mil famílias por ano.

O PAIF atende, preferencialmente, as famílias que recebem benefícios do Governo Federal. O não pertencimento aos programas de auxílio do governo, não é um empecilho ao atendimento destas famílias pelo CRAS. Algumas famílias, de acordo com o relatório de 2007, não estão cadastradas nos programas ou projetos assistenciais por falta de conhecimento acerca desta possibilidade, falta de documentação mínima exigida ou dificuldade de locomoção até os locais onde o Cadastro Único é realizado. Para aumentar o número de famílias que possuem ficha cadastral, portanto, a possibilidade de receber o amparo social do Governo, o CRAS tem oportunizado instruções acerca deste processo e passagens de ônibus aos moradores.

A abrangência do trabalho social se estende também para os bairros Santa Rosa, Cohab IV e Castelo Branco I. "Embora sua inauguração tenha sido em novembro de 2006, o trabalho na comunidade começou em setembro, com visitas

[72] Para saber mais sobre o conceito de vulnerabilidade social ver: MONTEIRO, Simone R. da R. Pires. *O Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social. III SEPOME – Seminário de Política Social no MERCOSUL* Temas Emergentes e perspectivas para o Futuro. Universidade Católica de Pelotas – Mestrado em Política Social. 27 a 29 de abril de 2011. Acesso 27 de abril de 2011.

domiciliares e preenchimento de formulários.” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.5).

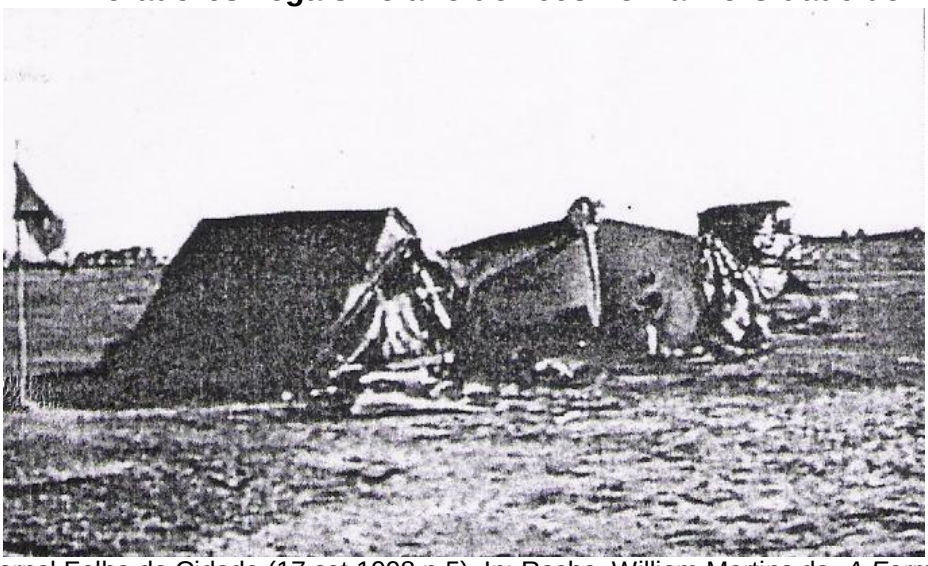
O relatório de atividades do CRAS do ano de 2007 apresenta um histórico de formação do Bairro Cidade de Águeda de relevância para o entendimento deste local. Os organizadores do material tratam o local como bairro, desde as primeiras ocupações ilegais datadas do início de fevereiro de 1993, “quando um número significativo de famílias colocaram barracas como forma de demarcar espaço nos loteamentos do bairro” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.6). As famílias que ocupavam o Águeda, nesta época, passavam por extremas dificuldades, pois ao se instalar no então loteamento careciam de infraestrutura adequada. A distância em relação ao centro da cidade é mencionada no relatório, mas não é vista como um transtorno a esses primeiros moradores.

O documento menciona que o Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento, Eduardo Lawson, mesmo tendo conhecimento das problemáticas existentes em relação à moradia no município, somente daria preferência ao assentamento de pessoas no bairro que estivessem com seus nomes em fichas cadastrais. Assim, os moradores ilegais, “posseiros”, não teriam oportunidade de permanecer no Águeda. Segundo levantamento realizado pela SMHAD em 1997, 44 famílias moravam no bairro. Em 1998,

> [...] o bairro tinha como previsão a construção de 400 lotes, dos 3.000 que constitui o bairro Cidade de Águeda, com custo de 1 milhão. O primeiro passo era o arruamento (demarcação de ruas e avenidas), depois a rede elétrica e instalação de água. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.06)

Sobre as ocupações ilegais, William Rocha, em seu trabalho sobre a *Formação do Loteamento Cidade de Águeda*, demonstra que em 1998 aqueles moradores ainda permaneciam no Águeda desde 1993. A imagem a seguir ilustra o aspecto destas barracas que abrigavam cerca de cem pessoas. Acredita-se que a contagem dos moradores das barracas tenha sido feita pela SMHAD e que estas cem pessoas fossem os componentes das 44 famílias que aparecem no relatório. Estas famílias não foram registradas na Secretaria Municipal de Habitação, pois a intenção era removê-las do local.

Figura 17 – Moradores ilegais no ano de 1998 no Bairro Cidade de Águeda



Fonte: Jornal Folha da Cidade (17 set.1998.p.5). In: Rocha, William Martins da. *A Formação do Loteamento Cidade de Águeda no Município do Rio Grande – RS,* 2010, p.33.

No ano seguinte, 1999, o Cidade de Águeda era considerado como um dos locais do município mais afetados pela miséria, mesmo ano em que o Prefeito Wilson Mattos Branco iniciou a seleção das primeiras sessenta famílias para a ocupação oficial do futuro bairro. Somente em 2000, a rede elétrica chegou ao local, favorecendo 150 famílias; ano em que se inicia a parceria da Prefeitura (ainda sob o mandato de Wilson Mattos Branco) com a Caixa Econômica Federal para a construção de mais casas. O fornecimento da água ainda não estava efetivado em 2000, mas havia negociações por parte do Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento, Eduardo Lawson, com a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) para que a instalação hidráulica ocorresse. Até então, os moradores obtinham água através de uma "bica pública" instalada em 1999. "O pequeno cano abastecia a comunidade por meio de mangueiras no chão. Nilza Martinha, presidente do bairro na época, explicou que devido à grande demanda sofrida, o cano não suportava o consumo" (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.7).

No ano de 2001, a precariedade, o desemprego e a miserabilidade tornaram-se questões apontadas como relevantes, que necessitam ser solucionadas no bairro. No mesmo ano a Prefeitura conseguiu através do Plano Plurianual o orçamento para a construção da escola de ensino fundamental no Águeda.

Em 2007 o bairro era composto por 530 famílias, sendo 900 moradores crianças, estimativa realizada pela Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SMHADU. Estas famílias "vinham de áreas de risco e vulnerabilidade social como a Vila Dom Bosquinho, NABA – Santa Teresa, Roberto Socowiski e 1º de Maio" (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.7). O documento deixa bem claro que a estrutura das casas onde estas pessoas estavam morando não era adequada para abrigá-las de forma digna.[73] Na época, havia muita inadimplência no pagamento das habitações, de água e luz, pois as famílias eram (e continuam) dependentes de auxílios governamentais como o Bolsa Família ou BPC (Benefício de Prestação Continuada).

A rotatividade de pessoas que passavam pelo bairro era intensa, principalmente pela questão da falta de escolas que atendessem a comunidade,assim como a distância em relação ao centro da cidade, que demandava muitos gastos com passagens de ônibus da linha Cotista (única que atende o Águeda até hoje). A entrega de cartas e encomendas aos moradores também é apontada no relatório de 2007, como não satisfatória. A justificativa dos Correios delegava à culpa do fato a Prefeitura, por nomear através de portarias apenas algumas ruas, impossibilitando-os de colocar os CEP's indispensáveis às entregas das correspondências. Igualmente menciona a parceria realizada com o Jornal *Agora* que doou alguns de seus exemplares, sediados no CRAS, para a consulta e informação da comunidade.

Em outro ponto do relatório, os organizadores realizam uma reflexão acerca da imagem negativa que o local já possuía, naquele mesmo ano. Esta representação é justificada por haver "muita criminalidade, falta de segurança, [...] assaltos, roubo de fios da rede elétrica e arrombamentos" (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.7).

> A percepção sobre determinados bairros, como violentos, leva a exclusões imediatas, fechando também as possibilidades de trabalho. A distinção entre ser honesto ou marginal é simplificada e esta relacionada ao local de moradia, de maneira que uma sociedade excludente classifica como "marginais" os pobres. (CASTRO, 2001 apud RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO CRAS, 2007, p.07)

[73] As casas, segundo o relatório, são de estrutura pré-montada com sala, cozinha, banheiro e quarto. Ver Relatório de Atividades do CRAS, 2007.

A análise que a equipe do CRAS realiza acerca do pré-conceito estabelecido em relação a alguns bairros, baseados no trabalho de Castro[74], demonstra a clareza destes profissionais para com a realidade a qual aquelas pessoas se encontravam (e ainda se encontram) submetidas. Para tentar amenizar as dificuldades, os moradores se uniram para fazer segurança no local, criando o Programa da Guarda Solidária. Esta se tratava de um mutirão de revezamento que os moradores do bairro faziam para obter maior proteção.

O Cidade de Águeda é dividido em três blocos: o PSH, o Morar Melhor e a Ocupação (os moradores "posseiros", que estavam ilegalmente no bairro). A seguir têm-se trechos extraídos do Relatório de Atividades do CRAS de 2007:

PSH – Programa de Subsídio Habitacional: são as famílias que se cadastraram na SMHADU para adquirir um local para morar que fosse de baixo custo. A maioria dos moradores paga uma taxa entre R$ 20, 00 e R$ 25, 00 mensal, mas não pela casa e sim pelo terreno. (2007, p.08).

Morar Melhor: neste bloco moram as famílias que estavam em situação de vulnerabilidade social, porém moravam próximas do centro da cidade o que possibilitava o acesso ao trabalho, tais como reciclagem, faxinas, além da facilidade dos serviços de saúde, educação, justiça, entre outros. São pessoas vindas dos bairros: NABA, Dom Bosquinho, 1º de Maio e Roberto Sokowiski[75]. (2007, p.09).

Ocupação: na ocupação residem as 130 famílias que apossaram dos terrenos. Estes não estão regularizados, somente os primeiros moradores que tem um registro provisório feito pela SMHADU. (2007, p.09).

No bairro estão atuando:

SMEC (Secretaria Municipal de Ensino e Cultura): com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Zelly Pereira Esmeraldo, atendendo crianças da pré-escola até a 4ª [série][76], no total de 323 alunos. Estas crianças do bairro são absorvidas também pelas E.E.E.M. Prof. Carlos Loréa Pinto, localizada no bairro COHAB IV,

[74] CASTRO, Mary Garcia. Mais em *Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências.* Disponível *online* em: http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14402.pdf. Acessado em 21 de agosto de 2012.

[75] OS moradores do Bairro Santa Tereza, apesar de não citados nesta parte do relatório, também são assistidos pelo Programa Morar Melhor.

[76] Segundo Cristina Vitola, a escola atualmente já adquiriu a 8ª série.

que possui Fundamental e Médio; E.E.E.F. Assis Brasil, localizada no bairro Santa Rosa e o CAIC[77] com Ensino Fundamental. (2007, p.09 e 10).

SMS (Secretaria Municipal de Saúde): com a Unidade Básica de Saúde – PSF (Programa de Saúde da Família), no bairro Santa Rosa, prestando atendimento provisório até a inauguração do Posto no bairro Cidade de Águeda, previsto para o final deste ano [2007]. O Programa Saúde da Família (PSF) foi implantado na localidade no ano de 2003 com o objetivo de reformular a atenção primária aos moradores das proximidades. Através de ações: Pré-Natal, Puericultura[78], Prevenção e promoção da saúde das famílias. (2007, p.10).

SMCAS (Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social): com o Centro de Referência e Assistência Social – CRAS. (2007, p.10).

SMHADU (Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano): com o Centro de Atendimento Social – CAS. Este atende as famílias contempladas com as casas, proporcionando orientações em relação à nova moradia e a saúde. Ele [o CAS] é uma descentralização dos serviços prestados pela SMHADU, facilitando, para a população, o contato com esta Secretaria. Neste centro atua a Assistente Social Nádia Folha (2007, p.10).

A Associação dos Moradores do Bairro Cidade de Águeda (Anexo 2), conta como atual Presidente do Bairro o senhor Elton Veiga[79]. A Associação não possui sede própria, utiliza a estrutura do CRAS, inclusive para correspondências e reuniões. (2007, p.11).

A Comunidade Católica Nossa Senhora Aparecida – Pastoral da Criança: faz o acompanhamento de crianças de zero a seis anos, através da pesagem e doações de alimentos. (2007, p.11).

O histórico do bairro no relatório de 2007 reconhece a diferença existente entre o Cidade de Águeda e demais bairros do município, pois o considera como fruto de um projeto inovador “que dispõe de estrutura física e recursos institucionais que outros bairros da cidade não possuem”. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.08). Entretanto, encerra com a conclusão de que ainda há muito a

[77] Centro de Atenção Integral à Criança. Localizada no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande – Furg.

[78] Puericultura: **1.** Conjunto de meios médico-sociais adequados à procriação, nascimento e desenvolvimento de crianças sãs e vigorosas. **2.** Educação cuidada das crianças. Disponível no Dicionário Michaelis *Online* de Língua Portuguesa. In: http://michaelis.uol.com.br. Acesso em 23 de dezembro de 2012.

[79] Elton ainda assume esta posição, pois não houveram outras chapas dispostas a entrar na disputa das eleições para a Presidência do Bairro.

ser feito em prol daquela comunidade, desde que haja mobilizações político-sociais dos moradores na busca por mais investimentos públicos no local.

O relatório de 2011 traz a caracterização dos bairros abrangidos pelo CRAS: Castelo Branco I e II, Cohab IV, Santa Rosa e Cidade de Águeda. Nesse ano, o Águeda era composto por 541 domicílios, com 737 famílias que recebiam o Programa Bolsa Família e 43 beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), “sendo nove moradores idosos e 34 pessoas portadoras de necessidades especiais.” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2011, p.06) No documento não são informadas as fontes destes dados.

Através da conversa com a coordenadora do CRAS, Cristina Vitola, outras informações foram repassadas à autora deste trabalho. Segundo Cristina, estas provém da última contagem realizada pela SMHAD (Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento) por conta da fiscalização do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). No centro atuam diversos profissionais[80] que visam atender assistencialmente, de forma abrangente, a suprir as carências das 710 famílias que se encontram no bairro. Acerca da distribuição dos moradores no Águeda, tomou-se conhecimento de que:

- 142 residências do bairro não pertencem a nenhum programa habitacional;
- 179 residências fazem parte do Programa Morar Melhor 01;
- 30 residências fazem parte do Programa Morar Melhor 02;
- 210 residências pertencem ao Programa de Subsídio e Habitação (PSH) 01;
- 10 residências pertencem ao Programa de Subsídio e Habitação (PSH) 02;
- 139 residências foram adquiridas através de Carta de Crédito fornecida pela Caixa Econômica Federal.

Acerca da subdivisão dos programas em 01 e 02, Cristina Vitola não soube esclarecer o porquê desta ocorrência. Não se acredita que estas numerações estejam relacionadas à entrega de lotes de casas, pois há moradores, por exemplo, que receberam o terceiro lote de casas do PSH, portanto, não há nenhuma correspondência numérica com a dos dados fornecidos pela SMHAD. Acredita-se que façam alusão à implementação dos projetos em si, com duas etapas de

[80] Entre eles psicólogos, assistentes sociais, médicos, professores, artesãos, cozinheiros e outros que ministram palestras educativas e cursos profissionalizantes a comunidade.

abrangência. Assim, se entenderia que houve dois Programas Morar Melhor e dois Programas de Subsídios à Habitação (PSH).

Percebe-se, a partir dos dados, que a maioria dos moradores se encontra residindo no bairro de forma aleatória, o que acarreta prejuízos ao trabalho do CRAS, pois a informalidade dificulta o monitoramento e um melhor acompanhamento dos programas e projetos a serem atendidos. No dia da visita ao bairro, presenciou-se a atuação da Brigada Militar na remoção de uma família[81]. Esta estava ocupando ilegalmente uma casa cedida por um conhecido, porém a casa já possuía registro de propriedade na SMHAD. Sabendo da situação, o verdadeiro dono entrou com uma ação para a retirada da família do local. Cristina Vitola tomou conhecimento do fato através do Oficial de Justiça que havia notificado os moradores acerca de sua saída. Não havia nada que pudesse ser feito por ela, já que a ordem era legal. Além disto, a mãe estava sofrendo por medo de perder os filhos, que poderiam ser encaminhados ao Conselho Tutelar, pois seu marido estava envolvido com drogas, e para agravar a situação, agora não tinham mais onde morar.

Em sua fala, Cristina fez questão de salientar que não entende porque alguns moradores agem de maneira a não pensar ou planejar suas vidas em situações vindouras, como no caso citado acima da casa emprestada. A coordenadora acredita que se possa associar estes comportamentos à "cultura imediatista" destas pessoas, onde o hoje se encontra constantemente na lista de suas prioridades.

Jean Baudrillard, em seu livro *A Sociedade de Consumo*, discute acerca deste tema: "a cultura imediatista" das sociedades contemporâneas erguidas sob os modelos da lógica de consumo capitalista. Neste sentido, o crescimento do poder aquisitivo dos bens materiais traz igualmente prejuízos[82], entre eles disparidades sociais, já que há uma parcela da população que não é capaz de acompanhar o ritmo frenético do consumo. Segundo ele, "todo o discurso sobre as necessidades assenta numa antropologia ingênua: a da propensão natural para a felicidade." (BAUDRILLARD, 2007, p.47). As necessidades as quais se refere o filósofo francês

[81] Assunto que virou reportagem no Jornal *Agora* do dia 16 de agosto de 2012: "Sem lugar para morar. Casal e quatro filhos foram retirados de terreno no bairro Cidade de Águeda". Disponível in www.jornalagora.com.br. Acesso em 27 de setembro de 2012.

[82] Instabilidade no mercado de trabalho, poluição, sensação de insegurança e desperdício.

estão diretamente associadas aos bens materiais, aos quais se pode incluir igualmente os bens alimentícios. Logo, se acredita necessitar de “alguma coisa” para ter que consumi-la. O ato de consumir, de suprir uma suposta necessidade, que é inventada, propicia a felicidade das pessoas na contemporaneidade. É justamente neste processo que se encontra a ingenuidade prevista por Baudrillard, já que novas felicidades serão continuamente inventadas para que haja mais objetos de desejo a serem consumidos, propiciando cada vez mais felicidades. Nota-se, logicamente, felicidades efêmeras.

É fato que se quer viver, morar e comer bem; condições que não estão disponíveis a uma parcela significativa de moradores do bairro. O elemento diferencial entre eles e as demais pessoas pertencentes ativamente aos esquemas das lógicas consumistas é que as necessidades, as quais enfrentam, são reais, não inventadas e se referem aos mais variados tipos possíveis (habitação, alimentação, saúde, educação, transporte, lazer...). Em tal contexto, para estes moradores que se encontram em posição de desvantagem frente ao suprimento de suas necessidades básicas de subsistência, como no caso mencionado por Cristina Vitola, nada mais natural do que a preocupação com o tempo imediato, com o aqui e o agora. Procura-se com isto, confirmar outra premissa levantada em *A Sociedade de Consumo*: que o tempo nas sociedades contemporâneas adquire igualmente o *status* de mercadoria, já que é precioso e está submetido às leis do valor de troca. Os moradores, que na visão de Cristina estão imersos em uma “cultura imediatista”, estão diariamente “lutando contra o tempo” na busca por meios de subsistir. Estão empenhando seu tempo ou, nas palavras de Baudrillard, “trocando seu tempo”, que é precioso, em prol da resolução dos problemas mais próximos de si e que exijam medidas rápidas, como a alimentação por exemplo. Assim, fica claro com a postura assumida pela coordenadora, acerca de seu julgamento, que ela e os moradores possuem pensamentos e lógicas de vida diferentes uns dos outros.

Os moradores ainda mantêm o comportamento que ela relatou em 2010, dificuldade de interagir com as assistentes sociais, de frequentar o CRAS e de participar das palestras e cursos. Acredita-se que isto aconteça, pela questão do próprio tempo disponível e que é otimizado em atividades que proporcionem retornos imediatos ou no mínimo mais próximos. Não significa que não vejam importância nas atividades realizadas pelo centro, apenas que não se encontram em sua lista de prioridades na atual situação em que se encontram.

Especificamente em relação às mulheres a resistência se faz presente na participação das reuniões e estudos voltados à capacitação profissional e ao aumento da renda familiar. O padrão comportamental existente no bairro é o do homem como o chefe, o mantenedor da família. Sabe-se igualmente das dificuldades que estes homens encontram pela falta de qualificação em outras atividades que não somente as de catadores, recicladores de lixo e carroceiros. Salienta-se que os mercados das atividades citadas são deficientes no Águeda para atender a intensa demanda de mão-de-obra. Apesar desta realidade, Cristina percebe que as famílias não chegam a um consenso acerca da atuação das mulheres no mercado de trabalho. O que ela não compreende é a posição enfática destes chefes de família que, apesar das dificuldades que enfrentam no sustento do lar, não permitem ou não incentivam a participação de suas mulheres em eventos fomentados pelo CRAS para o aumento da renda.

As mulheres que trabalham (através da permissão do marido e/ou na falta deste, pela necessidade de sustento) atuam basicamente em uma Cooperativa de separação de lixo no Bairro Profilurb. Cristina mencionou que ao conversar com elas, soube que algumas já estão pensando em sair deste emprego. Os motivos são os baixos salários (em torno de R$ 160,00 reais por mês) e a falta de equipamentos de maior proteção à contaminação.

Sobre as crianças, Cristina salienta que muitas se autogovernam no bairro, pois as mães, por acomodação ou falta de conhecimento, não assumem uma postura mais protecionista em relação a elas, fato que é verificado no horário avançado à noite, em que as crianças ficam brincando nas ruas. Também na falta de controle da assiduidade dos pequenos na escola, o que auxilia nos índices de desistência escolar. A coordenadora mencionou que já tentou inúmeras vezes alertar os responsáveis sobre estas situações, mas a resposta que comumente recebe "é que não há tempo para isto, pois necessitam trabalhar". Ela crê que através da construção de uma praça no bairro, talvez mães e filhos possam interagir mais, já que atualmente o bairro não dispõe de espaços para isto. O projeto de criação da praça por parte da Prefeitura data do ano de 2003 (Anexo 3), mas devido à necessidade de investimentos terceirizados, até então, não saiu do papel. Em 2007, outro projeto foi criado também pela Prefeitura para criação de outra praça em outro espaço do bairro. Este segundo projeto igualmente não se concretizou (Anexo 4). Segundo Cristina Vitola, em 2012, a ECOVIX - ENGEVIX Construções Oceânicas mostrou interesse na execução do projeto da praça, através do suporte econômico da Lei Rouanet[83] de incentivo à cultura.

Um dos principais desejos de Cristina em relação ao bairro é que ocorra um maior entrosamento entre as secretarias e os órgãos que lá atuam. Para ela, as reuniões destes agentes acontecem de forma isolada, exceto nas vezes em que o CRAS as promove prezando sua integração. Entende-se a ansiedade da coordenadora, pois, logicamente, se a teoria (o planejamento) surge deficitária, a prática tenderá ao insucesso pela falta de coerência e otimização das potencialidades nas ações.

O CRAS mantém, desde 2007, três eixos de atuação típicos dos serviços sócio-assistenciais:

[83] "A Lei de Incentivo à Cultura, popularmente chamada de Lei Rouanet, é conhecida principalmente por sua política de incentivos fiscais. Esse mecanismo possibilita que cidadãos (pessoa física) e empresas (pessoa jurídica) apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais. Assim, além de ter benefícios fiscais sobre o valor do incentivo, esses apoiadores fortalecem iniciativas culturais que não se enquadram em programas do Ministério da Cultura (MinC)." Informações retiradas do *site* do Ministério da Cultura, disponível em http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/Regulamentacao-e-incentivo/lei-rouanet. Acessado em 23 de agosto de 2012.

1- Serviço de Proteção Social Básica;

1.1 Grupo Terapêutico de Mulheres: realizam encontros para discutir questões relacionadas a temas do cotidiano e demais assuntos de ordem pessoal desde que se sintam à vontade para compartilhar com as colegas nas reuniões.

1.2 Plantão Social: “Serviço de atendimento social às famílias e indivíduos que, em situação emergencial, buscam auxílio material ou em espécie e orientação. O objetivo do plantão é possibilitar a satisfação de necessidades básicas em caráter emergencial.” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.17).

1.3 Grupo de Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada: realizam reuniões para esclarecer dúvidas sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC); DST’s (com assistentes sociais); Síndrome de Down –esclarecimento de dúvidas enfrentadas pelos pais, diagnósticos e principais problemas enfrentados pelos indivíduos com esta Síndrome (com a psicóloga do CRAS); doenças do coração – sintomas, cuidados e prevenção (com médicos); Psicose – sintomas mais frequentes e tratamentos (com psicólogos).

2- Serviço de Proteção Integral à Família;

2.1 Visitas Domiciliares: “A visita domiciliar é uma atenção sistematizada prestada na unidade domiciliar, que visa possibilitar a compreensão, registro e análise de dados sobre a dinâmica da vida familiar, suas vulnerabilidades e potencialidades.” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.17).

2.2 Grupos de geração de rendas: “Os grupos de geração de renda vem para o bairro com o objetivo de potencializar as habilidades das famílias e aumentar a renda familiar. Além destes propósitos, o grupo funciona como uma terapia, pois os integrantes acabam criando um vínculo, trocando idéias, informações e experiências de vida” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2007, p.20). O grupo atende preferencialmente os beneficiários do auxílio do Bolsa Família, porém não exclui nenhum morador interessado em participar dos cursos (customização, crochê, pintura em tecido, bijuteria, culinária, costura, tecelagem).

3- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Crianças de 0 a 06 anos; Adolescentes de 15 a 18 anos; Idosos).

3.1 Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Crianças de 0 a 06 anos: participaram de festas comemorativas (Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Natal, entre outras); assistiram a peças de teatro no CRAS e no Teatro Municipal; realizaram passeios a museus e outros pontos da cidade; viajaram a Pelotas e Porto Alegre para atividades culturais e participaram de campeonatos esportivos (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2011, p.11 e 12).

3.2 Convivência e Fortalecimento de Vínculos Adolescentes de 15 a 18 anos: participaram de passeios; assistiram filmes; tiveram palestras com assistentes sociais, médicos e outros profissionais, sobre os temas “abuso sexual”, “Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST’s”, “direito dos homossexuais e respeito às diversidades”, “cuidados com os idosos” e realizaram cursos de capacitação profissional no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2011, p.13-17)

3.3 Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Idosos (Grupos de Idosos do CRAS do Cidade de Águeda “Laços de Felicidade”): participaram de “palestras voltadas à prevenção da saúde dos idosos, passeios para lazer, encaminhamentos, acompanhamentos, passeios em espaços culturais, festas em datas comemorativas e fisioterapia com estagiários da Faculdade Anhanguera [...].” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CRAS, 2011, p.18)

Verificou-se através dos relatórios de 2007 e 2011 que as atividades disponibilizadas à comunidade se mantiveram as mesmas, porém visando ao aperfeiçoamento da qualidade do serviço ofertado e a maior adesão do número de moradores. Além das ações mencionadas acima, o CRAS ainda disponibiliza, há 4 anos, as aulas de teatro e dança (*Street Dance* e de salão).

2.2 O Projeto Orla

O Projeto Orla (Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima) criado entre os dias 5 e 9 de julho de 2004 apresenta como objetivo principal:

> Promover a gestão integrada desse espaço [orla marítima do município] na perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando-se a expansão urbana e as características ambientais, através da ação conjugada entre as três esferas governamentais (União, Estado e Município) e a sociedade civil (Projeto Orla, 2012, p.4).

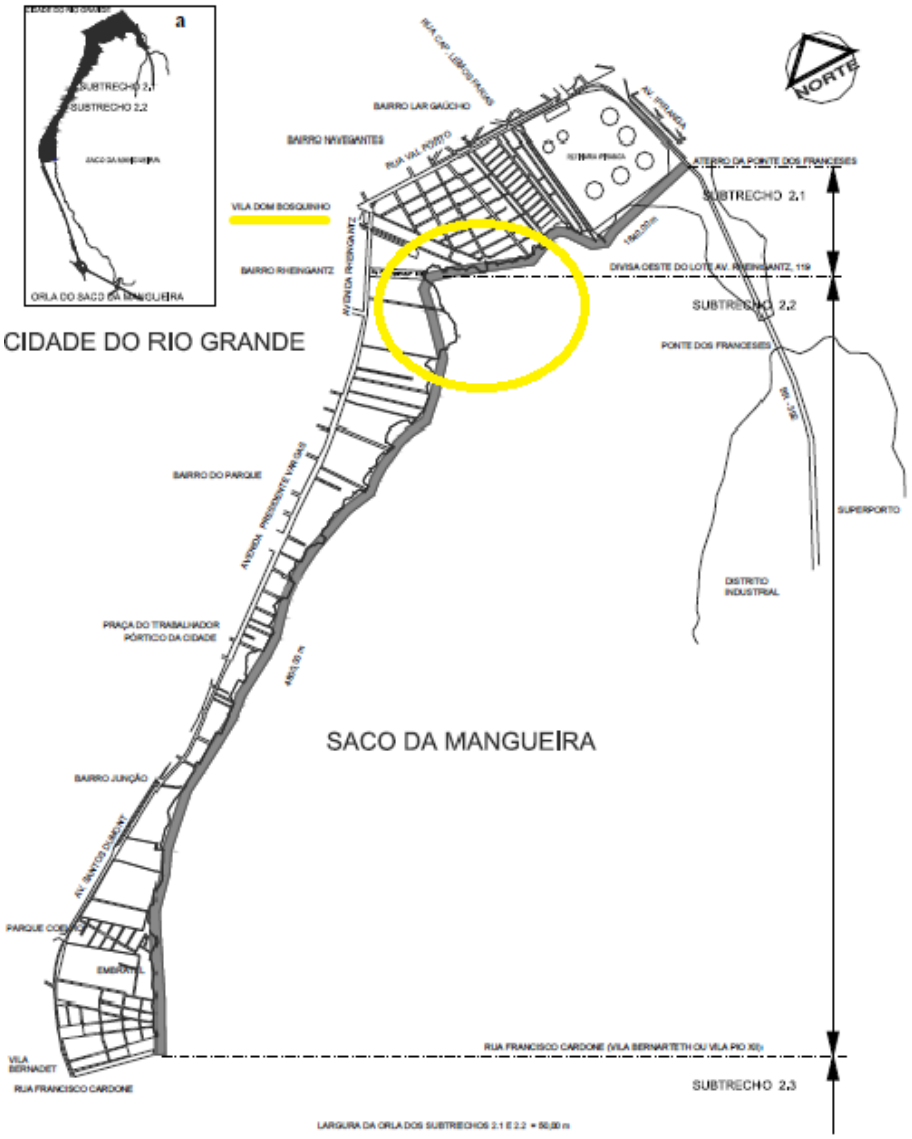
Ressalta-se a referência acerca do crescimento do município e da busca por um desenvolvimento sustentável citado acima, que já, em 2004, demonstrava ser motivo de preocupação e cuidado na busca por frear e/ou retardar possíveis danos e transtornos futuros. Assim sendo, os objetivos específicos apontam claramente para a previsão de um aumento populacional eminente e da perspectiva de revitalização das áreas ribeirinhas ocupadas pelos habitantes de baixa renda. Na época da escrita do projeto (2004), as informações contidas neste, datavam do censo mais recente até então realizado pelo IBGE, dos anos 2000. Nele mencionava que Rio Grande, na referida data, possuía uma população de 186. 544 habitantes. Nota-se que no censo de 2010 do IBGE, o número da população riograndina saltou para 197. 228 habitantes, ou seja, em dez anos a taxa populacional aumentou em cerca de 10. 680 habitantes, cerca de mil habitantes por ano. O que devidamente explica a perspectiva prevista de que atualmente, em 2012, Rio Grande atinja a faixa dos 200. 000 habitantes.

Entre os objetivos específicos pode-se mencionar como os mais significativos:

> Identificar os problemas e potencialidades da orla do Município e a repercussão dos mesmos sobre a dinâmica de uso e ocupação deste trecho no território municipal; Impedir ou minimizar o crescimento da urbanização desordenada sobre as áreas de espelho d'àgua e a degradação dos sistemas ambientais adjacentes, através de normas e regramentos de ocupação da orla; Manter o caráter público da orla como espaço urbano para recreação, circulação e conservação, bem como recuperar os ambientes naturais, objetivando a valorização da orla como elemento paisagístico e cultural; [...] (Projeto Orla, 2004, p.6).

Os objetivos específicos mencionam claramente a abrangência desta proposta, pois embora sua análise seja pertinente para a compreensão da remoção dos moradores da Vila Dom Bosquinho para o Bairro Cidade de Águeda, suas pretensões vão além do espaço da Orla do Saco da Mangueira, onde a vila está localizada.

Figura 18 – Localização da Vila Dom Bosquinho (em amarelo) ao longo da orla do Saco da Mangueira



Fonte: Projeto Orla, 2004, p. 17.

O executor deste projeto é a Prefeitura Municipal do Rio Grande[84], tendo como co-executores[85]: a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), a Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento (SMCP), a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento (SMHAD), a Secretaria Especial do Cassino (SEC), a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU), a Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), a Secretaria Municipal de Cidadania e Ação Social (SMCAS), a Secretaria de Educação e Cultura (SMEC), a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SMAP) e a Secretaria Municipal dos Transportes (SMT). A sociedade civil[86] também possui participação no que cabe a elaboração do Plano de Ação deste projeto, ou seja, a busca da melhor forma de executá-lo, tendo em vista que "sua estrutura segue o roteiro estabelecido pelo Manual de Gestão do Projeto Orla." (2004, p.05).

O projeto completo é composto por 76 páginas, subdivididas em Apresentação, Introdução e seis capítulos: 1) Objetivos; 2) Identificação do executor; 3) A área de ação e o contexto em que se insere; 4) Síntese do diagnóstico/ classificação; 5) Cenários de usos desejados para a orla; 6) Perfis da orla. Baseando-se no fato de que já se sintetizou nas páginas anteriores os objetivos e a identificação do executor do projeto, partir-se-á para a análise dos aspectos mais relevantes dos demais subcapítulos.

A contextualização histórica narra a fundação da cidade e a importância do mar e do porto na ocupação dos espaços e geração de renda dos riograndinos. O município registra a presença de açorianos como colonizadores desde o século

[84] O Prefeito na época era o atual prefeito re-eleito em 2008, Fábio de Oliveira Branco. O Vice-Prefeito era Juarez Vasconcelos Torronteguy. O projeto recebeu apoio da Gerência Regional do Patrimônio da União do Estado do Rio Grande do Sul (GRPU-RS), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG, Projeto ECOSUD), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), da Capitania dos Portos, do Ministério da Defesa e do Comando da Marinha.

[85] Secretários Municipais envolvidos na elaboração do Projeto Orla: Norton Mattos Gianuca (Secretário do Meio Ambiente); Neverton Moraes (Secretário de Coordenação e Planejamento); Stella Maria Ferreira Simões (Procura Jurídica); Abdo Nader (Secretário de Habitação e Desenvolvimento); Eduardo Lawson (Secretário Especial do Cassino); Renato Albuquerque (Secretário de Serviços Urbanos); Paulo Arrieche (Secretário de Obras e Viação); Doris Coberllini (Secretária de Cidadania e Ação Social); Sonia Tissot (Secretária de Educação e Cultura); Rosicler Correa (Secretária de Agricultura e Pesca) e Rubia Mara Rodrigues (Secretária dos Transportes).

[86] A sociedade civil presente na elaboração do Plano de Ação do projeto é composta por Celso Elias Corradi (Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG); Antônio Izair Dionello Branco (Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAM); Suzel Magali Vanzellotti Leite (Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos de Rio Grande – SEARG) e Ronaldo Costa (Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA).

XVIII. A partir de 1824, Rio Grande passa a receber mais imigrantes de origem alemã, italiana, polonesa, entre outras. Segundo o projeto:

> O interesse dessas imigrações pela terra voltava-se para o "porto marítimo". Assim o porto do Rio Grande, serviu de base para os colonizadores, de ponto geopoliticamente estratégico na luta contra os espanhóis, de ponto comercial importante por onde eram comercializadas mercadorias, as quais renovavam o imigrante de idéias e esperanças. (Projeto Orla, 2004, p.11)

A estrutura socioeconômica que inicialmente encontrava o seu expoente na pecuária, a partir do século XIX encontra concorrência na burguesia que obtinha o seu sustento das atividades comerciais (principalmente o comércio de importação e exportação, que se tornou a base predominante das atividades econômicas do Rio Grande de 1850 a 1920[87]). Neste período, um processo lento de industrialização se inicia no município na área de fiação e tecelagem (destacando-se a Cia União Fabril: Fábrica Rheigantz, 1874).

> Em 1937, continuando o processo de instalação de atividades industriais na cidade, foi construída a Cia de Petróleo Ipiranga, na desembocadura do Saco da Mangueira e próximo ao Frigorífico Swift do Brasil (1917), ampliando a migração de operários. A partir daí, com a execução de obras vitais, como ampliações portuárias, porto novo, superporto e instalação do distrito industrial, Rio Grande transforma-se em um pólo industrial portuário (Projeto Orla, 2004, p.11).

Devido à crise da década de 1950, indústrias têxteis e frigoríficas fecharam. O crescimento urbano e econômico somente foi retomado da década de 1970, impulsionado pela instalação do Distrito Industrial e construção do Superporto. Com isto,

> [...] o grande contingente populacional externo atraído por este crescimento materializou-se também na expansão de grande número de áreas de sub-habitações, instaladas nas margens d'água, em terrenos de marinha e localizadas nas proximidades das indústrias e área portuária. Assim, a intensificação do processo de industrialização com a instalação de indústrias de grande porte ocorrida na metade do século XX também culminaram em alterações socioambientais, como o início do aterramento das margens e o lançamento de efluentes na atmosfera nos recursos hídricos (Projeto Orla, 2004, p.11).

Especificamente sobre a Orla do Saco da Mangueira, o projeto destaca que a ocupação desta área, "ocasionou dentre outros problemas, o fechamento do acesso público às margens, além do uso indevido de terrenos de marinha. [...]." (Projeto Orla, 2004, p.11).

[87] Informações extraídas do Projeto Orla do Município do Rio Grande do ano de 2004, p.11.

A seguir, percebe-se o mapeamento dos Trechos da Matriz Urbana abordados pelo projeto, entre eles o Trecho 2 da Orla do Saco da Mangueira, onde a Vila Dom Bosquinho está situada.

Figura 19 – Trechos da Matriz Urbana abrangidos pelo Projeto Orla

Fonte: Projeto Orla, 2004, p.14.

Sobre as ações locais, o documento informa que várias ações municipais estão sendo executadas e planejadas e que estas “repercutem de forma direta ou indireta sobre a faixa de orla.” (Projeto Orla, 2004, p.21) Dentre elas, destacam-se no próprio projeto:

- Projeto Papareia I: objetiva a desfavelização de uma ocupação irregular às margens do Canal do Norte ao longo da Rua Comendador Henrique Pancada, bem como, da recente urbanização dessa artéria, com áreas de lazer, como medida preventiva a evitar novas invasões;

- Projeto Rincão da Cebola: visa a urbanização de uma área às margens do Canal do Norte, ao longo da Rua Francisco Campello, que está sob gerência da Superintendência do Porto do Rio Grande, em um local com atrativos turísticos, culturais e de lazer;

- Programa Morar Melhor: visa remanejar populações de baixa renda ocupantes de áreas de risco e precárias habitações para núcleos habitacionais dotados de infraestrutura, saneamento básico, acompanhamento técnico-social e desenvolvimento de projetos de geração de emprego e renda. Num primeiro momento o programa abrangeu as localidades da Vila Xavier (“Vila da Naba”) e Vila Dom Bosquinho, ambas situadas em faixa de orla estuarina. O programa iniciado em

Junho de 2003 ainda abrangerá outras localidades[88] com características de ocupação e moradia semelhantes às vilas acima citadas;

No âmbito universitário, também são desenvolvidos projetos relacionados à área de ação estabelecida no Projeto Orla (2004, p.21), dentre eles:

- Projeto Saco da Mangueira (Departamento Oceanografia, 1999): iniciativa que visa estabelecer as bases técnicas e científicas para a recuperação da enseada do Saco da Mangueira;

- Programa de Manejo Integrado para o Estuário da Lagoa dos Patos (Departamento Oceanografia, 2000): objetiva estabelecer as condições de base para viabilizar, em longo prazo, um processo endógeno de desenvolvimento social e econômico na região sul da costa do estado do Rio Grande do Sul, orientado para a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural, contribuindo para a restauração da qualidade ambiental e produtividade da pesca no Estuário da Lagoa dos Patos (Rio Grande Sul);

- Projeto "Estuaries and Coastal Areas. Basis and Tools for a more Sustainable Development" *(*ECOSUD - Departamento Oceanografia, 2002): tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre os diferentes processos ambientais e econômicos envolvidos no uso e degradação das águas do estuário (tendo o Saco da Mangueira como foco principal de estudo), através da elaboração de modelos preditivos (econômicos e de qualidade da água) que permitirão a simulação de diferentes cenários, os quais auxiliarão as tomadas de decisões de gestão ambiental.

Acerca do diagnóstico e a classificação da orla riograndina, o projeto atenta para os seguintes parâmetros adotados (Projeto Orla, 2004, p.24):

Classe A: A orla classe A possui baixíssima ocupação, possuindo paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde a preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas.

Classe B: Orlas enquadradas na classe B possuem correlação com os tipos que apresentam de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas[89]

[88] Entre elas o Bairro Santa Tereza.

[89] Área antropizada - área cujas características originais (solo, vegetação, relevo e regime hídrico) foram alteradas por conseqüência de atividade humana. Disponível em

e médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos do litoral onde os usos são compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e aqueles que trouxerem baixo potencial de impacto devem ser estimulados.

Classe C: Orlas classe C apresentam médio e alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética, sonora e/ou visual, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde os usos não podem ser exigentes quanto aos padrões de qualidade, sendo, portanto, locais com alto potencial impactante, inclusive para seus entornos.

No quadro abaixo se percebe que a Matriz Urbana 2, que abrange o Canal do Norte e o Saco da Mangueira, possui orla mista, pois sua categorização concentra-se nas *Classes B* e *C*. Da mesma forma, nota-se como tem se dado o uso das orlas mencionadas (configuração local/tipos de uso), qual o impacto ambiental gerado por estes usos (problemas – conflito) e qual a intenção do projeto acerca da reutilização destes espaços (potencial).

Quadro 3 – Caracterização da Orla da Matriz Urbana 2

Unidade	Configuração local / tipos de uso	Problemas - conflito	Potencial	Classe
2 **Matriz Urbana** (Canal do Norte – Saco da Mangueira)	- área de interesse ecológico (APP), - área do porto organizado destinada a terminais privativos, - porto público, - atividades portuárias, - existência ocupação urbana, - zona urbana: área totalmente ocupada, - clubes náuticos, - estaleiro, - órgãos militares, - tráfego marítimo - dragagem - posto de combustível	- cargas perigosas, - vazamentos diversos, - lançamento de efluentes líquidos, - resíduos sólidos, - restrição do acesso à orla, - lençol freático superficial, - emissão de efluentes gasosos - conflito de atividade portuária x residencial, - lançamento de efluentes líquidos - loteamento desordenado e irregular - poluição - acompanhamento s/	- desenvolvimento econômico, - turismo ecológico, - turismo portuário, - instalação parques e áreas de conservação públicas. - uso cultural, - atividades náuticas, - pesca, - transporte, - regularização do ordenamento urbano - coleta e disposição de efluentes - infra-estrutura para camping e praia - refúgio para barcos de laser	C

http://www.profrios.kit.net/html/informacoes/glossario_m_amb.htm. Acesso em 15 de setembro de 2012.

	- presença de marismas, - pesca esportiva, - estrada, - refinaria	estrutura s/ infraestrutura (apoio turístico) - risco ambiental ou vazamento combustível - adensamento de ocupação - trânsito sazonal - geração de efluentes (doméstico, industrial, militar) -erosão da orla - ressuspensão de sedimentos poluição aérea, efluentes, acesso viário, cargas perigosas, aterro de margem.	desenvolvimento econômico (manutenção do nível de emprego e fiscal).	
	- zona urbana - presença de indústrias	- acesso restrito à orla - lançamento de efluentes líquidos - lixão municipal - degradação da margem - alagamentos/ inundações - pesca desordenada - aterramento de margens dunas	- atividades turísticas - pesca - lazer e contemplação - atividades náuticas	
	- orla industrial do saco da mangueira	-grande lançamento de efluentes, -restrição do acesso à orla, - degradação da margem.	- preservação - ecoturismo - atividades de lazer, recreação e contemplação	
	- lagoa verde/APA (projeto) - área de preservação - árvores de mata nativa - loteamentos, clubes sociais - Estação Tratamento Água -bacia de decantação (lodo) - sítio arqueológico - atividades de pecuária, agricultura, - eucaliptos - estrada	- expansão imobiliária, - crescimento desordenado e irregular impactos na lagoa verde - risco de impacto do lodo em enxurradas - impacto antropocêntrico - perda do patrimônio cultural - risco de acidentes c/ - cargas perigosas - RS 734 poluição sonora, estrada muito estreita para o fluxo	- ecoturismo - relevância ecológica - aprovação do projeto da APA - turismo ecológico - proteção de fauna e flora - pesquisas arqueológicas	B

Fonte: Projeto Orla, 2004, p.26-27.

O projeto, a seguir, realiza a descrição e a caracterização dos subtrechos da orla riograndina. A Orla do Saco da Mangueira,

> [...] caracteriza-se como uma orla estuarina abrigada de águas rasas inseridas na zona urbana com alto potencial pesqueiro, horizontal, apresentando subtrechos de orla em processo de urbanização formal e informal de poucos acessos à orla devido seu caráter urbanístico. Apresenta

> em seus aspectos mais relevantes, subtrechos com características bem diferenciadas em relação à paisagem, as condições ambientais e socioeconômicas. [...] Embora apresente diferentes graus de urbanização, toda orla em estudo encontra-se em faixa de domínio da União. (Projeto Orla, 2004, p.34)

O Saco da Mangueira recebeu 4 subtrechos de abrangência no Projeto Orla, de acordo com o documento (2004, p. 34 - 37), são eles:

Subtrecho 2.1: compreendido entre o aterro da Ponte dos Franceses até o limite oeste do lote da Av. Rheingantz nº 119. Configura-se como *Classe C*, totalmente ocupada com habitações irregulares (favela), paisagem antropizada, multiplicidades de uso, isenta de vegetação nativa, degradada urbanisticamente e socialmente. Orla de caráter industrial (refinaria de petróleo), alta ocupação irregular por população de baixa renda, com atividades características como catação de lixo, pesca artesanal e comércio de bares irregulares, não possuindo atividade turística devido à favelização deste subtrecho. Apresenta alto potencial de poluição visual, estética e sanitária, destacando- se a presença de efluentes industriais e cloacais, o aterro das margens com lixo e a disposição inadequada de resíduos sólidos. Este subtrecho compreende a Vila Dom Bosquinho, local de interesse a análise deste trabalho.

Figura 20 – Processo inicial do aterramento das margens

Fonte: Projeto Orla, 2004, p.34.

Subtrecho 2.2: compreendido entre o limite oeste do lote da Av. Rheigantz nº 119 até a Rua Francisco Cardone (Vila Bernadeth). Configura-se como *Classe C*, totalmente ocupada com loteamentos, ocupações regulares (classe média/alta) e irregulares (de população de baixa renda), aterros, presença de estruturas de

contenção da orla e fragmentos de vegetação nativa. Destaca-se pela presença de indústrias (pesca e gelo), hospital (Centro Clínico), corredor comercial nas vias paralelas a este, presença de comércio de materiais de construção civil, mobiliário, alimentício, veículos, motéis e intensa especulação imobiliária. Apresenta, ainda, pesca artesanal, atividade de catação de lixo, porém também carece de estrutura turística e acessos públicos à orla. Assim como no subtrecho anterior, a orla apresenta-se degradada pela presença de efluentes industriais e cloacais, o aterramento das margens com lixo; disposição inadequada de resíduos sólidos.

Figura 21 – Vista aérea do subtrecho 2.2 (observa-se a presença de vazios urbanos e construções de médio porte)

Fonte: Projeto Orla, 2004, p.35.

Subtrecho 2.3: limitado entre a Rua Francisco Cardone (Vila Bernadeth) a lado oeste do Condomínio Waldemar Duarte. Configurado como *Classe C*, apresentando processo de transformação devido ao aumento gradativo da urbanização. Destaca-se pela existência de sítios arqueológicos, dunas e vegetação nativa ainda em bom estado de conservação, com uma faixa de 150m de preservação conforme Plano Diretor. De características predominantes horizontais, apresenta vazios urbanos, loteamentos, atividade de pesca artesanal e empreendimentos diversificados (especulação imobiliária, comércio de materiais de construção, veículos, distribuição de alimentos, postos de combustíveis, clubes de recreação). Como principais impactos podem ser destacados: processo inicial de aterramento das margens, lançamento de efluentes cloacais, extração irregular de areia das dunas e acesso à orla impedido.

Figura 22 – Processo de aterramento das margens com pneus e fragmentos de marismas

Fonte: Projeto Orla, 2004, p.36.

Subtrecho 2.4: situa-se entre o lado oeste do Condomínio Waldemar Duarte até a Ponte Preta, na BR-392. Configura-se como *Classe A*, não urbanizada, com baixíssimo grau de urbanização. Apresenta paisagem rústica composta por áreas verdes, banhados, vegetação nativa, marismas e área de preservação ambiental de 150m e de uso rarefeito, conforme Plano Diretor do município. Área de atividades socioeconômicas pouco desenvolvidas, mas com alto potencial turístico e pesqueiro, sujeito à expansão da especulação imobiliária e inexistência de acessos públicos a orla. Como principais impactos pode-se citar o tráfego de veículos sobre a BR 392 e o lançamento de efluentes mistos.

Figura 23 – Parte da BR 392 ao lado do ambiente de marismas

Fonte: Projeto Orla, 2004, p.37.

O projeto, além de mapear e identificar a orla que envolve parte do município, também detalha os cenários desejados para cada trecho e seus respectivos subtrechos “no que diz respeito aos parâmetros ambientais, sociais e econômicos, como através da elaboração de perfis” (Projeto Orla, 2004, p.41).

Quadro 4 – Parâmetros ambientais, sociais e econômicos da Orla do Saco da Mangueira (Trecho 2)

TRECHO 2: Saco da Mangueira			
Parâmetros Ambientais	Atual	Tendência	Desejado
1. Cobertura vegetal nativa (%)	C	C+	B
2. Valores cênicos	C	C+	B
3. Integridade dos ecossistemas	B	C	A
4. Fragilidade dos ecossistemas	B	C	A
5. Presença de Unidade de Conservação	C	C+	B
6. Condição de balneabilidade	C	C	B
7. Degradação ambiental	C	C	A
8. Presença de efluentes (línguas negras)	C	C	A
9. Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	C	C+	A
10. Presença de construções irregulares	C	C+	A
11. Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
12. Aptidão agrícola	-	-	-
13. Potencial de extração vegetal	-	-	-
14. Potencial pesqueiro	C	C	A
15. Aptidão para maricultura	C	C	A
Parâmetros Sociais	Atual	Tendência	Desejado
16. Presença de comunidades tradicionais	B	C	B
17. Concentração de domicílios de Veraneio	-	-	-
18. Infraestrutura de lazer/turismo	-	-	- (C)
19. Cobertura urbana ou urbanização	C	C+	B
20. Domicílios servidos por água (%)	C	C	C
21. Domicílios com serviço de esgoto (%)	A	A	C
22. Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	C	C	C
23. Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
24. Formas de acesso	B	B	C
Parâmetros Econômicos	Atual	Tendência	Desejado
25. Pressão imobiliária	B	B	C
26. Uso agrícola	C	C	C
27. Uso para extração vegetal	C	C	C
28. Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
29. Uso para maricultura	C	C+	B
30. Uso para tráfego aquaviário ou portuário	A	A	A
31. Uso industrial	B	B	A
32. Aproveitamento mineral	-	-	-
33. Atividades petrolíferas	A	A	A
34. Atividades turísticas	-	-	B
Reavaliação da Classe Genérica do Trecho	C	C	A

Fonte: Projeto Orla, 2004, p.46.

Sobre este trecho o projeto (2004, p. 47 - 48), menciona especificamente a *situação atual*, a *tendência* e a *situação desejada.* Desta forma:

Situação Atual: Na Área Urbana de Ocupação Intensiva (AUOI, trecho compreendido entre a Ponte dos Franceses e o limite sul do bairro Vila Bernadeth) do entorno do Saco da Mangueira observa-se a ocupação desordenada e avanço sobre o espelho d'água provocado por aterros irregulares (maioria a partir de lixo), desde a implantação de condomínios horizontais de classe média e alta, indústrias, empresas comerciais e prestação de serviços com predominância da sub-habitação. É também constatada a presença do lançamento de efluentes industriais pós-tratamento primário, além de efluentes pluviais e domésticos, estes últimos *in natura.*

Figura 24 – Situação atual da Orla do Saco da Mangueira

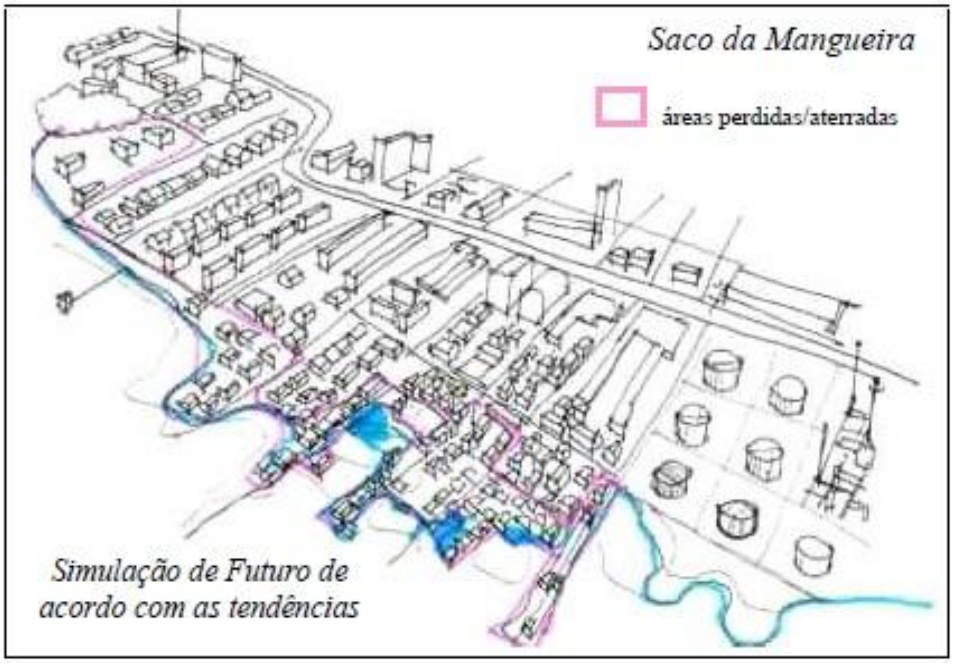
Fonte: Projeto Orla, 2004, p.47.

Tendência: Esta área estará futuramente sujeita às ocupações de vazios urbanos (principalmente nas AUOR[90]) e áreas naturais remanescentes, principalmente por ocupação de baixa renda (favelas), ocorrendo o aumento dos aterros marginais, redução da área de espelho d'água e áreas de marismas e, de uma forma geral, a degradação da qualidade da água com riscos à saúde humana. Também poderá ocorrer redução da potencialidade pesqueira e da qualidade dos recursos naturais, inviabilizando o uso turístico da área. A comunidade pesqueira

[90] Área Urbana de Ocupação Rarefeita.

atual tende a ser substituída em decorrência da pressão imobiliária. A orla tenderá a possuir um caráter cada vez mais privativo e com inexistência de acessos pública a ela.

Figura 25 – Tendência da futura situação da Orla do Saco da Mangueira



Fonte: Projeto Orla, 2004, p.47.

Figura 26 – Futuro planejado para a Orla do Saco da Mangueira

Fonte: Projeto Orla, 2004, p.48.

Situação Desejada: O cenário desejado para esta área é a paisagem com padrão equilibrado entre os elementos culturais e naturais, sendo as marismas remanescentes preservadas e ampliadas em determinados pontos. Também deverá ocorrer a eliminação dos pontos de lançamento de efluentes e dos depósitos de resíduos sólidos. Área reservada à alta produtividade pesqueira e atividades de aqüicultura, tendo também a invasão das margens contida, e assegurado o acesso público à orla. Socialmente, deverá ocorrer a manutenção da comunidade pesqueira tradicional já existente, com a presença de infraestrutura de lazer diversificada, incluindo uma via pública contornando a orla; presença de quadras poliesportivas, ciclovias, marinas, atividades comerciais e serviços, com mais vias de acessos públicos à orla.

2.3 Julio Martins: o vereador contrário à remoção

Julio Martins, riograndino de 53 anos é advogado, vereador há 5 mandatos consecutivos. Em 2012 concorreu à Prefeitura de Rio Grande pelo Partido Comunista do Brasil (o PCdoB).

Figura 27 – Julio Martins em seu ambiente de trabalho

Fonte: *Site* do Partido Comunista do Brasil. In: www.pcdob.blogspot.com. Acesso em 3 de outubro de 2012.

Martins foi um dos vereadores que na época posicionou-se em Tribuna, contrário à remoção da Vila Dom Bosquinho para o Bairro Cidade de Águeda, embora a iniciativa da Prefeitura não tenha ido para votação na Câmara[91]. Assumiu esta postura, porque o distanciamento em relação ao centro da cidade acabaria tirando o meio de sustento das pessoas. Logo, a transferência não deveria se consolidar, pois acreditava que as pessoas iriam retornar às antigas condições de habitação, o que, efetivamente, em grande parte, aconteceu. A entrevista (Apêndice 1) com duração de 37 minutos ocorreu em 17 de setembro de 2012 na Câmara de Vereadores, após contatos através de redes sociais e por telefone.

Julio tomou conhecimento acerca do processo de remoção através dos próprios moradores que foram notificados pela Prefeitura. O mote da empreitada, "se não me engano" salienta o entrevistado, era o Projeto Orla. Este projeto abrangeria a Vila Santa Tereza, "o pessoal das casas pretas[92]"; a Vila da Naba, "uma das vilas mais pobres do município e o pessoal morava até em palafitas[93]" e da Dom Bosquinho, "onde também haviam palafitas". Julio garante que acompanhou de perto a situação em que as pessoas das localidades citadas se encontravam. A "extrema pobreza" e a preocupação com o meio de subsistência foram itens acentuados na fala do narrador quando relacionadas à transferência daqueles moradores. Anteriormente, quando localizados próximos ao centro da cidade, trabalhavam como catadores de lixo e carroceiros. Para tanto, tinham seus cavalos. No Cidade de Águeda, o vereador comenta que as pessoas "encontraram outra forma de habitação",

> [...] que pros cavalos passar, tu tens que tirar [eles] pra parte detrás da habitação, os cavalos ficam na rua, tu não tem onde botar os cavalos, a carroça fica na calçada. Além disso, tiraram o sustento deles, porque não tem como vir lá do Cidade de Águeda pro centro da cidade pra fazer catação de lixo. Então foi um problema sério, muito sério, muitos acabaram voltando pras outras áreas, não se fixando, porque foi uma coisa assim ó, foi o Ministério Público com a Prefeitura e eles tão junto nisso aí, no Projeto Orla, agora mesmo tá tramitando aqui na Câmara [de Vereadores], um projeto de 1 milhão e 700 mil [reais] pra fazer um estudo da lagoa pro Projeto Orla e do Saco da Mangueira. Então a gente tá [...] a gente vem acompanhando isso.

Ainda sobre o Projeto Orla, esclarece que se trata da recuperação das margens da lagoa; para tanto a remoção era necessária para a instalação de

[91] Questões administrativas são resolvidas diretamente pelo Poder Executivo Municipal.
[92] As casas mais antigas da Vila ou Bairro Santa Tereza realmente possuíam uma cor escura, preta. Não se sabe ao certo o motivo, mas está certamente relacionado ao material empregado em suas construções.
[93] Palafita: Estacaria que sustenta as habitações lacustres. In: www.michaelis.uol.com.br. Acesso em 03 de outubro de 2012.

investimentos. A ideia seria fazer “uma espécie de cinturão, uma grande avenida na margem da lagoa. Isso é um projeto que já se fala aqui em Rio Grande desde lá a década de 90”. A iniciativa de notificar os moradores das áreas ribeirinhas partiu do Ministério Público em associação com alguns órgãos da Prefeitura. O fato é que depois do processo de varredura efetuado no local, o projeto não foi posto em prática, mas sim ocorreu a instalação da Empresa QUIP[94], relacionada aos empreendimentos do polo naval.

> A QUIP hoje ocupa parte daquela área onde as pessoas moravam e ainda vão fazer um cais ali daquele lado, aí pode! Então [risos com tom irônico], é confuso [...] é que toda vez que eles falam em limpar as margens é pra tirar pobre, não é pra realmente arrumar as margens. Eles querem arrumar a visão da margem, pra que um ou outro empreendedor assuma aquilo ali [...] a orla. É isso que nós estamos falando, eles notificaram todas as pessoas aqui do fundo do Lar Gaúcho também, notificaram as pessoas [...], notificaram as pessoas lá da Dom Bosquinho [...] a Ipiranga[95] que eu saiba não foi notificada.

Neste ponto o colaborador nitidamente demonstra sua indignação acerca do crescimento da cidade, do dito “progresso”, no que ele garante ser em cima dos pobres. E continua,

> [...] esse Projeto Orla, só cresce em cima dos pobres e das ocupações, por exemplo, a Ipiranga [...] A Ipiranga ocupou muito mais terras do que toda a Vila da Naba e o pessoal que mora aqui na área do fundo do Lar Gaúcho e ninguém fala de tirar a Ipiranga de onde ela ocupou.

Sobre o Projeto Orla, Julio complementa que “eles querem que se faça uma grande faixa litorânea ali pela beira do Saco da Mangueira e que as pessoas possam usufruir; olhar a paisagem. Estilo Florianópolis, Rio de janeiro.” Para ele, as remoções da Dom Bosquinho e de outras partes do território riograndino, ocorreram, não só pelo Projeto Orla, mas para atender aos interesses de grandes investidores que pretendiam se instalar em pontos estratégicos para suas atividades.

> Ali [na Dom Bosquinho] tem alguns especuladores que tem áreas ali [...], áreas grandes e aí não querem ver pobre. Que é o mesmo caso, lá do outro lado do Saco da Mangueira, que é o da Henrique Pancada, a Henrique Pancada assim, agora a gente tá em campanha eleitoral [...] então os guris falam em revitalizar a Henrique Pancada. E eu já sei o que é! Toda vez que se fala em revitalizar a Henrique Pancada é tirar os pobres de lá. No geral assim, esse discurso de revitalização, eles acham que pobre enfeia as

[94] “Criada em 2005, a QUIP foi inicialmente formada como uma sociedade entre as empresas: Construtora Queiroz Galvão, UTC Engenharia e IESA Oleo e Gas. Por reunir conhecimento e experiência em um dos setores mais tecnicamente exigentes da economia brasileira (ÓLEO e GÁS), a empresa iniciou suas atividades com um desafio: a construção da plataforma de petróleo offshore P-53, para a Petrobras”. Trecho extraído do *site* da empresa QUIP S/A. In: http://www.quip.com.br/site_2011. Acesso em 06 de novembro de 2012.

[95] Antiga designação da atual Refinaria de Petróleo Riograndense.

> coisas. Claro e o cara tem um terreno ali, com uma baita vista do pôr do sol bem de frente pra lagoa [...].

Em função disto, perguntou-se ao entrevistado se haveria outras possibilidades na época da remoção, para que as pessoas permanecessem, no mínimo, próximas ao centro. A resposta obtida é que seriam pouquíssimos os espaços habitáveis nestas condições. Um campo na Santa Tereza seria uma alternativa, mas lá já se encontravam muitos moradores que também estavam nos planos de remoção do projeto. Uma solução viável aos moradores da Vila Dom Bosquinho, para Julio Martins, seria que a Prefeitura trabalhasse as áreas de marinha que foram acrescidas (através de aterros) ao longo dos anos,

> [...] porque o que é acrescido do terreno de marinha não é do proprietário [...], porque o camarada tem uma escritura lá com o registro do patrimônio da União, por exemplo, um terreno com 50m de comprimento, hoje ele tem 100m de comprimento. Esse 50 a mais é acrescido de marinha. Aquilo ali não é dele é do patrimônio da União. O município pode trabalhar isso, porque essas terras são do município e a maneira como essas [pessoas] dali estão morando hoje [...] e tem pessoas que estão ali há 30 anos em palafitas.

Referente a estas condições em que se encontram os moradores da vila e sobre o retorno de outros que foram transferidos para o Águeda, obteve-se a ciência de que não há nenhuma espécie de fiscalização por parte da Prefeitura. O vereador afirma que se deve ter em mente que uma coisa é o Projeto Orla e outra são os projetos habitacionais em voga no município. Ele explica que a Prefeitura entende como de sua competência apenas proporcionar as casas às pessoas, pois “tu vai morar de graça[96] ou tu vai pagar as prestações, ou tu vai entrar no arrendamento, ou tu vai morar numa espécie de condomínio, a Prefeitura vê bem assim ‘não tenho mais nada haver com isso’.” Isto explica, como defende o entrevistado, o fato de as pessoas retornarem às antigas habitações, alugando ou trocando as casas por bicicletas e celulares. Ele menciona que sempre “brigou” junto à Prefeitura para que houvesse um cadastro e um acompanhamento mensal ou a cada dois meses, dos moradores que passaram a habitar o Cidade de Águeda. “Bater na porta e verificar se a pessoa é mesmo o proprietário que consta no cadastro, caso não o seja, dever-se-ia despejá-lo, para que sirva de exemplo para que outros não o façam.” Antes da adesão aos projetos habitacionais, seria conveniente “conversar com os envolvidos

[96] Ao longo das pesquisas não se teve conhecimento de casas doadas no Bairro Cidade de Águeda. Todas as casas, independente do projeto habitacional (PSH ou Morar Melhor) ao qual pertençam, foram financiadas aos moradores.

de modo a esclarecer todas as etapas do processo, inteirá-los do evento ao qual estarão sujeitos".

Julio Martins, nesta etapa da entrevista, passa a realizar um paralelo da situação vivida pelos moradores removidos com a sua própria trajetória de vida.

> Eu me criei sempre em casa com terreno com pátio. Ah era bagunçado? Era, mas ali a gente criava galinha, a vó criava galinha, criava pato, criava porco [risos] e tinha às vezes cavalo no pátio [...] e ela se acostumou assim, a gente se acostumou com cachorro, bicho. Aí seguinte, quando eu me casei eu fui morar num apartamento, aí eu não aguentei, eu não aguentava morar num apartamento, porque assim ó, o vizinho de baixo me incomodava, o de cima me incomodava também. Certamente eu incomodava os dois. Eu botava o som [...]. E essas pessoas de projetos habitacionais, a gente pode olhar o Cidade de Águeda, o Lar [...] como é que é? Aquele lá da Cohab IV é [...] Lar de [...] bom, daqui há pouco eu consigo lembrar o nome [...]. [*Champagnat*, o nome do outro bloco habitacional. Julio se lembrou do nome, só depois de quase meia hora de conversa], aquele tipo de casas plásticas que são coladas umas nas outras, a maioria daquelas pessoas elas nunca viveram assim, num espaço apertado, é outro tipo de habitação. Então tu tens que saber que antes de levar as pessoas pra lá, tu tens que conversar a possibilidade de adaptação. Então de repente o camarada é carroceiro, como é que ele vai morar num lugar que ele não pode ter nem o cavalo, nem a carroça? É bom fazer isso [conversar com as pessoas antes].

Mais adiante as ocorrências das comparações continuam, quando se mencionou o fato de a Prefeitura alegar que os habitantes do Cidade de Águeda não sabiam cuidar das casas que recebiam, pois estavam rachadas, quebradas e por vezes sujas.

> É que assim, eu já morei em vila quando era guri. A minha casa, o meu pai era ferroviário, não era tão crítica a situação como a deles. Mas assim ó, a cerca entre uma casa e outra era desta altura assim [Júlio sentado na cadeira elevou os braços até a altura de seu pescoço] e no pátio, tu ouvia as brigas lá do outro lado, mas era pátio separado, tinha cerca. Lá o que eles fizeram [no Cidade de Águeda]? A pessoa está dentro de casa e se ela der um arroto na cozinha dela o camarada na outra, escuta na sala.

Nota-se que Julio Martins sustenta que a convivência interpessoal é tarefa demasiadamente complexa e delicada. Segundo ele, as ações humanas são imprevisíveis, já que "às vezes tu olha pra uma pessoa e 'já não gostei dessa pessoa' e aí ela vai morar do teu lado." Aqui ele se refere à situação do Águeda e enfatiza que, por causa disto, "aí qualquer coisinha que acontece lá, tu já te irrita e a outra [pessoa, o vizinho] se irrita contigo. E aí já gera uma série de problemas." Entre eles, menciona novamente a questão dos cavalos, já que as casas não possuem espaço para mantê-los confortáveis e seguros dos ladrões. Também cita a grande quantidade de crianças que se mudaram para o bairro, para ele possível motivo de desentendimento entre vizinhos pelas brincadeiras até tarde nas ruas e

pelo excesso de barulho. Outro ponto mencionado são os desempregados, pois ficam “o dia inteiro sem ter o que fazer”, aumentando à irritabilidade daquelas pessoas, e ainda há a situação de

> [...] miséria, fome, tudo junto. E aí querem [a Prefeitura] que as pessoas saibam morar. Os caras roubavam as casas e os cavalos pra vender no açougue. Então assim, tu tens um cavalo que é o teu meio de sobrevivência. Tu vai cuidar, né? Eu que tenho as minhas motos, to sempre cuidando. Se tu tem um carro, tu não bota na garagem? E o cavalo tu vai deixar na rua?

Martins entende o posicionamento da Prefeitura de que as pessoas não sabem morar como uma “visão preconceituosa”. E mais, caracteriza este pré-conceito não só como proveniente por parte do governo, mas sim “nosso”, ou seja, referindo-se aos demais moradores de outros bairros da cidade. Para o vereador, o preconceito mais enraizado é o que se estabelece em relação aos pobres, pois para alguns “o pobre tem que ser sujo, uma série de coisas, mas não se colocam no lugar daquela pessoa.” A única maneira de haver empatia entre o pobre e o rico, “é se o último se por no lugar no primeiro, assim não haverá preconceito, nem estigmatização”, diz Julio. E ele prossegue com as menções a sua própria vida, dizendo que

> [...] claro, eu tenho a minha casa boa, a minha televisão, tá legal a minha casa, mas o camarada lá, o que ele tinha antes? ‘Ah ele morava numa casa de papelão, sim, mas ele tinha uma cocheira pro cavalo dele, tinha lá [...] passava a necessidade dele, mas ele juntava [...], catava lixo e reciclava, tinha dinheiro para comprar o leite para as crianças ou pra comprar comida. Amizade com os vizinhos, pois já ficaram ali em função de amizade, que é uma ocupação [a Vila Dom Bosquinho], aí o pessoal cria um vínculo. [...] Tchê, o cara morava numa casa de papelão, agora tá morando numa casa de alvenaria e tá reclamando? Aí?! [risos irônicos] não tem onde colocar o cavalo, não tem onde acomodar todos os filhos. Não tem meio de renda pra sobreviver. Aí não tem os vínculos estes de amizade com os vizinhos.

Nada mais natural que o colaborador sinta a necessidade de mostrar que está ciente dos percalços pelos quais passam os moradores alvo do estudo em questão. Primeiro, por ser riograndino e uma pessoa pública, envolvida com a política há muitos anos. E, segundo, porque demonstra certa identificação entre a sua trajetória de vida e daquelas pessoas. Liliana Barela em *Algunos apuntes sobre historia oral y cómo abordarla*, menciona que

> Los informantes, testigos presenciales que cuentan el relato de sus vidas, lo hacen em su doble calidad de indivíduos singulares y de sujetos colectivos. Cada uno de ellos es único, pero en el camino de construcción de su subjetividad han sufrido la influencia familiar, barrial, social, socieconómica, cultural del médio em que han vivido o viven. (BARELA, 2012, p.13)

Desta maneira, através da citação de Barela, se pode perceber que as aproximações de vida, realizadas por Julio Martins, se manifestam por esta dupla qualidade de indivíduo singular e sujeito coletivo. Apesar de não ter passado por processos semelhantes aos quais os moradores da Vila Dom Bosquinho foram submetidos, outros aspectos – como a vida simples em meio à criação de animais e a convivência familiar com os vizinhos de vila – propiciam a identificação do entrevistado com o tema. Julio Martins compara constantemente aspectos da sua trajetória pessoal com a dos moradores removidos. Sua fala, neste sentido, é repleta de exemplos, de ilustrações. Este processo (o de trabalho da memória) surge através dos questionamentos da entrevistadora, mas é igualmente alimentado pelo narrador que rememora; que se reporta a outra época. Uma época que se apresenta como prazerosa (já que se trata da infância) e ao mesmo tempo saudosista (pela lembrança da avó, ente querido que já faleceu).

Sobre os vínculos de amizade e vizinhança que os moradores possuíam na vila, o vereador comenta que na ida ao Águeda, alguns foram perdidos, pois enfraqueceram pela ausência da convivência cotidiana. Com isto, ele questiona: “Com que olhos que tu olha?” Novamente referindo-se ao preconceito sofrido por moradores que se sentem insatisfeitos no Águeda ou que estavam no bairro e que optaram por retornar as antigas condições na vila.

A burocracia e a falta de entrosamento entre os agentes públicos foi outro ponto mencionado. Julio Martins salienta que isto não é só “culpa” da atual administração municipal. Ele atribui o fenômeno

> [...] à ditadura militar, porque aqui em Rio Grande em função da ditadura militar de 64 até 85 nós não elegemos prefeito, os prefeitos eram nomeados. Então aquele que era amigo do Golbery era nomeado prefeito, Interventor [...] mas o outro era amigo do ‘Coronel não sei das quantas’, o cara ligava pro Interventor e dizia assim ‘Tchê, nomeia o meu amigo aqui Secretário de Obras’ ou ‘nomeia o meu amigo pra isso ou pra aquilo’ e o que acontecia? O camarada não tinha compromisso com o Interventor, o compromisso dele era com quem nomeou ele [...], então cada secretaria e até hoje é assim, funciona como uma Prefeitura estanque.

Em função disto, Julio Martins declara que não observa pontos positivos nestes projetos habitacionais, logo, no próprio processo de remoção. Os motivos que incentivam seu posicionamento são o fato de não haver um acompanhamento do estado das casas e dos próprios moradores removidos, não só da Dom Bosquinho, mas de outras tantas localidades do município. Ele crê que a adesão da Prefeitura aos projetos foi precipitada. A questão das remoções, para o colaborador,

está associada diretamente à busca de uma estética melhor para a cidade, um embelezamento. Segundo Julio, o fato de a cidade ser uma península, favorece o interesse dos investidores, já que "estamos cercados por água e raramente enxergamos a água, pois a maioria dos lugares, principalmente aqui pelo centro desse lado do Saco da Mangueira, todas as áreas são fechadas." Ele salienta que não é contra os projetos habitacionais nem ao Projeto Orla, mas não acha correta a forma como ambos vem sendo executados, em suas palavras, "em cima dos pobres."

2.4 Memória. Lembranças... Identidade(s)?

O leitor talvez se pergunte sobre a viabilidade de uma historiadora se interessar por estudos que se voltem à cidade. Como já se ressaltou, percebe-se a história como a ciência que estuda o desenvolvimento dos homens ao longo do tempo. Com esta lógica, que local mais apropriado para se perceber e refletir acerca destas transformações do que a cidade? Raquel Rolnik propõe que esta pode ser caracterizada como um imã, "um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens" (1988, p.12). A cidade se apresenta, então, como um ponto de convergência para os homens e em uma fonte rica para se buscar uma aproximação com a ação dos sujeitos, tanto no passado como na contemporaneidade, já que "[...] ser habitante na cidade é estar ao mesmo tempo protegido e reprimido por suas muralhas." (ROLNIK, 1988, p.18). Assim, se percebe que a busca e o interesse pelas identidades se revela numa preocupação contemporânea, que se manifesta na procura dos sujeitos de entender qual o seu lugar no mundo, tendo em vista que estão em uma época onde preponderam o individualismo e as incertezas.[97]

Ambos os fatores estão ligados ao esfacelamento do Estado-nação, que não mais é capaz de subsidiar[98] e proteger os indivíduos e, por fim, o sentido de coletividade. Igualmente, compõem o processo de transição do que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2007), chama de "fase sólida" para a "fase líquida". Uma época onde nem a noção temporal, os objetos e as relações humanas de diferentes

[97] BAUMAN, 2007.
[98] Segundo a Constituição Federal: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (ANGHER, 2008, p.39).

esferas subsistem em longo prazo. O mundo moderno se caracteriza como fugaz e o aparecimento da sensação de insegurança torna-se inevitável. A globalização contribui significativamente para isto, pois as soluções locais não resolvem todos os problemas enfrentados pelas pessoas, que se sentem impotentes frente às injustiças. Portanto, ele discute sobre a bipolarização social e a quem compete ser agente político nos "tempos líquidos". Nesta conjuntura, aparece o papel das utopias, pois Bauman (2007) crê que atualmente exista um forte desejo de mudança no contexto social, porém, se busca soluções para problemas mal conhecidos, o que gera muita frustração. Por tais razões, realiza em sua obra um forte apelo à implementação de políticas públicas eficientes, capazes de propiciar o suprimento das necessidades básicas dos cidadãos[99].

Em função do objeto, buscam-se, aqui, aportes teóricos em outras disciplinas para dar conta de analisá-lo e compreendê-lo. Acredita-se que o diálogo com outras áreas, como a geografia, a arquitetura e o urbanismo, a sociologia, a filosofia, entre outras, permite ao historiador que se interessa sobre as problemáticas citadinas, um embasamento mais profícuo sobre o tema. Isto não significa que a proposta do ponto vista historiográfico esteja inviabilizada, pelo contrário. O que se tem em mente é que apesar das possíveis contradições existentes ao trabalho do historiador, o conhecimento se faz possível a partir da associação de três elementos que se entrecruzam no fazer histórico: a seleção das fontes, a descrição teórico-metodológica e a análise sistemática dos dados[100]. Neste sentido, apesar da multilateralidade do objeto a que se busca conhecer, a combinação dos elementos citados permite ao outro (o leitor) percorrer e revisar tal processo realizado.

Busca-se compreender o processo de transferência dos moradores da Vila Dom Bosquinho para o Bairro Cidade de Águeda, a partir dos relatos das pessoas do bairro. Para tanto, recorrer à memória e às suas lembranças se faz necessário[101]. Segundo Joël Candau, a memória humana,

> [...] no es una memoria que replique, como la memória electrónica de una computadora, sino que és dinâmica: a causa de este hecho impreciso, no es nunca la copia exacta del objeto memorizado, sino que modifica con cada nueva experiencia su propio esquema de organización, procede por

[99] "Cidadãos no singular Cidadão: **1.** Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. **2.** *Pop.* Indivíduo, sujeito". Informações retiradas do *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*.
[100] REIS, 2010.
[101] "A memória é no singular, as lembranças são múltiplas, plurais. Os velhos têm mais lembranças e menos memória. As lembranças se implantam no solo da memória, são como "cachos de memória". A memória é como a parede de uma galeria de arte, onde estão pendurados quadros-lembranças que emocionam, que causam mais ou menos sofrimento ou alegria" (REIS, 2010, p.34).

> asociación, generalización y de manera probabilística. [...] Em suma, la memoria es plástica, flexible, fluctuante, lábil, está dotada de ubicuidad, de una gran capacidad adaptativa y varía de un individuo al outro (CANDAU, 2002, p.13).

Logo, está associada à natureza do homem e não à cultura, já que sua origem se encontra nos "diez mil millones de neuronas y el millón de miles de millones de conexiones de las seis capas interconectadas que constituyen el córtex cerebral" (CANDAU, 2002, p.11). A origem da memória está associada diretamente a processos neurobiológicos. Isto não significa que a cultura não defina determinadas memórias no jogo das disputas sociais. Assim, para Candau, a memória pode ser percebida em contínua reorganização, o que se entende como o próprio "trabalho da memória". Por isto, ele a distingue em três diferentes manifestações, subdivididas em duas categorias. As manifestações são: *memória de baixo nível* ou *protomemória*[102]; *memória propriamente dita* ou *de alto nível*; e, *metamemória*[103].

Para Candau, a *memória propriamente dita* ou de *alto nível* (2011, p.23) trata-se da memória evocada de forma involuntária ou não "de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc)." Neste trabalho é esta memória que se pretende alcançar com as entrevistas realizadas com os moradores que se dispuseram a contribuir nas entrevistas com suas lembranças.

As subdivisões da memória são a curto e em longo prazo. Na primeira, o processamento da informação é rápido, fiel, mas o vestígio mnemônico é evanescente e não favorece a um processamento profundo da informação, já que a codificação semântica pode ser muito curta (menos de um segundo). Na outra, a informação se processa de forma profunda, o vestígio mnemônico está consolidado e é duradouro, o que permite um verdadeiro "trabalho de memória" e, em especial, a atribuição de sentido produzida pela categorização das sensações e percepções com o passar do tempo. Em outras palavras,

> [...] el recuerdo se define aqui como uma elaboración novelada del pasado, tejida por los afectos o las fantasias, cuyo valor, esencialmente subjetivo, se estabelece a la medida de las necesidades y deseos presentes del sujeto.

[102] Associada ao hábito de comportamentos (como falar, caminhar, se portar) que os humanos realizam praticamente de forma automática como um saber herdado, imperceptível, pois surge sem a tomada de consciência por parte do sujeito. Para Candau (2002) esta memória é muito semelhante à memória repetitiva de que tratou Bergson.

[103] A metamemória caracteriza-se pela representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, ou seja, o que diz dela. Somente válida para as memórias individuais.

> Por lo tanto, no puede ser concebida como un testimonio fiel del pasado (CANDAU, 2002, p.18).

A lembrança é aqui entendida como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos deste mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. O que explica, portanto, a existência de inúmeros conflitos em torno da memória, já que determinados grupos buscam impor certas lembranças como verdadeiras. Para Michel Pollak, a memória e o discurso se estabelecem como objetos de disputas de poder. Igualmente, ressalta que

> [...] a *memória é seletiva*. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada (POLLAK, 1992. p.04).

Pollak, quando cita a memória coletiva, remete ao conceito defendido por Maurice Halbwachs[104], para o qual as lembranças precisam fazer sentido aos sujeitos para que não desapareçam. Logo, se fazem necessárias testemunhas que lhes permitam organizar e afirmar os diferentes *flashes* de lembranças que possuem. Na opinião de Candau, afirmar isto significa reconhecer e aprender a lidar com o esquecimento, já que ele "pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios" (CANDAU, 2011, p.127). Por conseguinte, esquecer é tolerável[105] e por vezes necessário, pois de outra maneira viver em sociedade seria uma árdua tarefa.

É pela existência das diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social, que se emprega, aqui, o conceito de representação. Especificamente relacionado ao tema, busca-se verificar se a representação que os moradores têm de sua antiga moradia, a Vila Dom Bosquinho, interfere ou não e em que medida na formação de uma identidade no bairro em que se encontram atualmente, o Cidade de Águeda. Para Chartier, o conceito surge na obra de Marin, primeiramente para dar conta

---

[104] CANDAU (2002) reelaborou o conceito de Halbwachs, definindo os "quadros sociais". Segundo ele, não são todas as memórias coletivas que são marcantes, mas determinados eventos ou acontecimentos presenciados no convívio social.

[105] Diz-se tolerável, pois comum a todos os seres humanos com exceção das pessoas que sofrem de deficiências crônicas e degenerativas na memória como o mal de Alzheimer, por exemplo.

> [...] das operações de recorte e de classificação que produzem as configurações múltiplas graças às quais a realidade é percebida, construída, representada; em seguida, os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma ordem, um poder; enfim, as formas institucionalizadas através das quais "representantes" encarnam de modo visível, 'presentificam', a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder (CHARTIER, 2002. p.169).

Em função disto, a representação jamais será a verdade ou o real, já que se trata "de algo que se diz sobre" determinada pessoa, objeto ou lugar[106]. Para diferentes produtores, se tem diferentes representações, por isto, se fazem necessários elementos mínimos de inteligibilidade, pois nem sempre podem ser captadas a todos, o que gera diferentes compreensões ao longo do tempo. Roger Chartier[107], embasado em Bourdieu, elenca categorias de representações coletivas, onde define que os indivíduos incorporam o mundo social. Por consequência, o lugar que o indivíduo ocupa se dá a partir das diferentes lutas travadas entre as representações do mesmo grupo. Desta maneira, na luta de classificação, o indivíduo, na busca de afirmar sua identidade, tenta impor uma representação. Neste contexto, o outro legitima ou nega esta representação, que se traduz pelo "jogo das identidades sociais". Os mecanismos de dominação se apresentam, de forma violenta, porém simbólica, já que os dominados incorporam a dominação como legítima.

A partir do que se expôs, destacam-se a memória[108] e a representação como aspectos relevantes para a construção de identidades, já que ambos se encontram relacionados às esferas da subjetividade e do discurso. Segundo Kathryn Woodward[109],

> [...] a subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que

[106] BECKER, 1999.
[107] Debate de Roger Chartier com José Sérgio Leite Lopes na Revista de História *Topoi*, do Programa de Pós-graduação em História Social do Rio de Janeiro, UERJ. CHARTIER, Roger. "Pierre Bourdieu e a História". In: *Topoi: Revista de História.* Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/ 7 Letras, 2002, v. 4.
[108] "A memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do autorreconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família" (DELGADO, 2010, p.38).
[109] SILVA, 2000.

> assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades (WOODWARD, 2000. p.55).

Logo, se as identidades se constituem a partir de escolhas e posicionamentos pessoais, "não são rígidas nem, muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação [...]; Identidades são, pois, identificações em curso." (SANTOS, 1997, p.135). Assim, o processo da busca por identidade(s) deve ser percebido de acordo com as necessidades de quem o postula, pois "a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida, uma vez que a identidade muda de acordo com a forma que o sujeito é interpelado ou representado". (HALL, 2005, p.21).

Perguntar-se sobre identidade neste começo de século, demonstra de forma significativa a necessidade de se conhecer qual o lugar que se busca obter enquanto sujeito nos tempos atuais. Mas como é o tempo em que se vive e de que forma isto afeta as cidades contemporâneas?

Jean Baudrillard, sociólogo e filósofo francês, em seu livro *Simulacros e Simulações*, discute a questão das representações dos objetos e do mundo em que se vive. Para ele, os sujeitos habitam em um estado tal das coisas, permeados pelos discursos, pelas imagens e pelas simulações[110], que não vivem mais no real. Porém, igualmente não vivem uma farsa, vivem em simulacros[111], cópias imperfeitas do real. O fato de serem imperfeitas não significa que vivam mentiras, mas em um "universo paralelo" que lhes é conexo, que lhes faz sentido. Pode-se certamente relacionar a proposta de Baudrillard às identidades, pois remetem a um sentido de real, de verdadeiro aos sujeitos que as assumem, mesmo que temporariamente. Neste sentido, Boaventura de Souza Santos informa que:

> [...] a questão da identidade é assim semifictícia e seminecessária. Para quem a formula, apresenta-se sempre como uma ficção necessária. [...] É, pois crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados (SANTOS, 1997, p.135).

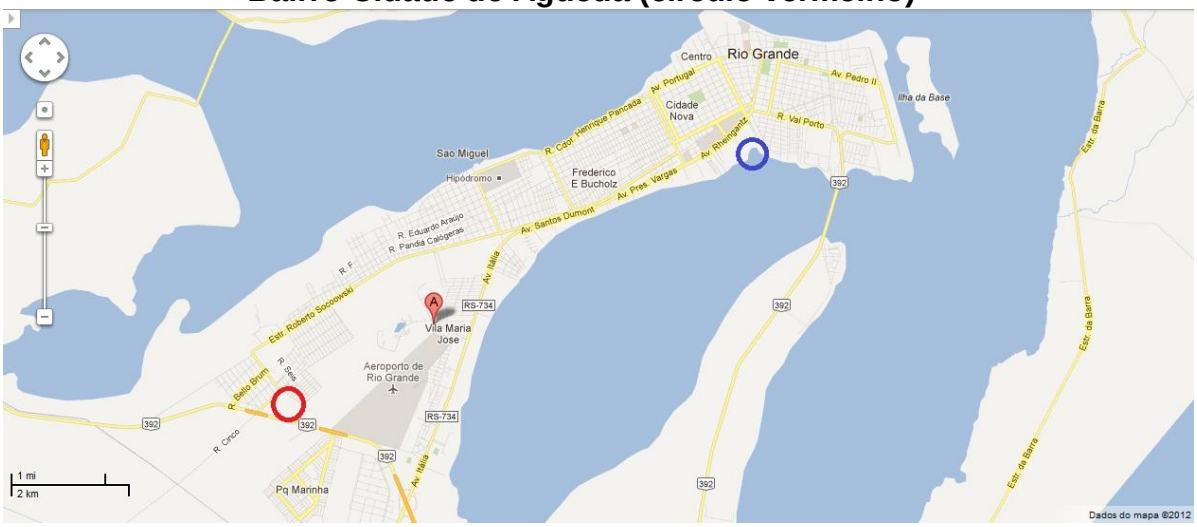
---

[110] No *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa* tem-se: "simulação: **1.** Ato ou efeito de simular. **2.** Disfarce, fingimento, simulacro. **3**. Representação simplificada de fenômenos ou processos mais complexos, para experiência ou treinamento". *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ª edição revista e ampliada. Curitiba: Posigraf, 2004. Crê-se que a última sugestão seja a mais adequada para que se compreenda a proposta de Baudrillard na obra citada.

[111] Igualmente no *Minidicionário*, "simulacro: **1.** Cópia ou representação imperfeita, grosseira, falsificadora".

Aqui, se pergunta pela identidade de moradores removidos de uma vila próxima ao centro da cidade, considerada em local de “risco” pela Prefeitura, que foram realocados para outro espaço, distante 14 km[112] da área central.

Figura 28 – Distância da Vila Dom Bosquinho (círculo azul) em relação ao Bairro Cidade de Águeda (círculo vermelho)[113]



Fonte: “Google Maps”. Acesso em 18 de junho de 2012.

Como estas pessoas se posicionam frente às mudanças a que foram submetidas? Existe(m) identidade(s) onde moram atualmente? Como a representação que possuem do antigo lugar onde habitavam interfere na identificação com o novo bairro? São algumas questões que uma riograndina, não moradora do Cidade de Águeda, graduada em história, se propõe a refletir. Quanto ao propósito desta investigação, manifesta-se pela necessidade de se conhecer mais e compreender, através do olhar de uma pesquisadora/historiadora, acerca da dinâmica do viver no município do Rio Grande, tendo em vista que o mesmo se encontra em uma etapa de intenso desenvolvimento econômico em função de investimentos do Governo Federal no polo naval, o que tem ocasionado um fluxo migratório significativo de trabalhadores de outros Estados do país para a cidade. Consequentemente, elevando-se o número de pessoas que passam a compor o mercado de trabalho e o espaço citadino como um todo, eleva-se, igualmente, a demanda por moradias, inflacionando os preços.

[112] ROCHA, 2010.
[113] No mapa a letra A em rosa, próxima ao círculo vermelho representando o Bairro Cidade de Águeda, marca a localização da Universidade Federal do Rio Grande, FURG.

O aumento dos valores das residências não afeta unicamente os recém-chegados, pois, segundo informações[114], ex-moradores da Dom Bosquinho, insatisfeitos com a mudança, não encontraram outra opção que não fosse voltar às antigas condições de habitação. Em outras palavras, a cidade cresce e com ela a deficiência de geri-la.

O urbanista e sociólogo François Ascher, em seu livro *Los nuevos principios de lo urbanismo*, discorre acerca das fases do urbanismo. Segundo ele, existem três momentos distintos: *Paleourbanismo*[115], *Urbanismo*[116] e *Neourbanismo*. O último é o período da manifestação intensa do aperfeiçoamento tecnológico, onde o tempo é acelerado e comprimido. Esta etapa compreende, para o autor, a fase atual do urbanismo na Pós-modernidade. Logo, o *Neourbanismo* revela-se através de uma individualização cada vez mais evidente, aumentando e criando novas desigualdades. Estas estão presentes em boa parte dos países do globo, em alguns em maior ou menor escala, lembrando que no Brasil se apresentam de forma bastante acentuada e em Rio Grande, no Bairro Cidade de Águeda, não é diferente. O fato é que aqueles que supostamente poderiam ser considerados problemas antigos, revelam-se atuais o que dificulta a visualização de possíveis melhorias para a população.

[114] Obtidas em entrevista com o colaborador Elton Veiga, morador e presidente da Associação de Moradores do bairro Cidade de Águeda, realizada em 24 de julho de 2011.
[115] Período compreendido do medievo à Revolução Industrial, logo se caracteriza pela mudança do pensamento divino ao racional. Época do aparecimento de cidades ainda incipientes, os *burgos.*
[116] Pode ser definido como a época da própria Revolução Industrial, onde a regularidade das fábricas se transmitiu para o espaço urbano.

3 RELATOS COMPARTILHADOS – NARRADORES DE UM MESMO TEMA

3.1 Notificações acerca dos narradores

Tinha-se como intenção entrevistar outro grupo de moradores, que por motivações maiores, não são os mesmos que constam nas análises a seguir.

Durante o processo de formação da rede havia-se pré-estabelecido três grupos de moradores a ser entrevistados (ver Quadro 2).

A partir disto, levando-se em conta que a *rede* estava composta por três grupos distintos, esta estrutura sofreu uma pequena alteração, já que a entrevista com o terceiro grupo não foi efetivado. Apenas uma moradora, sobre a qual se tinha conhecimento de ter realizado o itinerário vila – bairro – vila, foi encontrada e entrou-se em contato com ela por telefone para que ocorresse a entrevista. Entretanto, após ter aceitado contribuir na execução da pesquisa, passou a assumir uma postura defensiva, adiando inúmeras vezes a data do encontro. Assim, na última tentativa de marcar a conversa, de um total de doze tentativas, a moradora, ao atender o telefone e ouvir a identificação de quem se tratava, largou o aparelho ligado e todas as demais chamadas realizadas para seu número telefônico foram ignoradas. Acredita-se que isto tenha ocorrido devido ao medo da ex-moradora em ser “hipoteticamente” denunciada à Prefeitura ou a polícia, já que vendeu sua antiga moradia no Cidade de Águeda. Possivelmente ela, ao comentar com algum familiar ou pessoa conhecida sobre a insistência das ligações telefônicas, foi erroneamente alertada acerca de “um possível golpe” para punir aqueles que cometessem a ilegalidade referente às residências.

Desta forma, após os contatos estabelecidos com os moradores para as entrevistas, a configuração se deu da seguinte forma:

Quadro 5 – Reestruturação do processo de seleção das fontes orais

Comunidade de destino	Moradores do Bairro Cidade de Águeda.
Colônia	Os poucos moradores que eram provenientes da Vila Dom Bosquinho e que ainda estavam no bairro foram embora, provavelmente retornando as suas antigas condições de habitação na vila. Estas informações foram obtidas segundo as últimas estimativas realizadas pelo CRAS, conjuntamente a Associação de Moradores do Bairro Cidade de Águeda sob a gestão de Elton de Lima Veiga. Logo, não foi possível a conversa com nenhum morador da vila que ainda residisse no bairro.
Rede	1) Moradores que aparecem em reportagens do Jornal Agora; 2) Moradores mais antigos do Cidade de Águeda e que presenciaram a chegada dos moradores da vila no bairro.

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Quadro 6 – Especificação dos grupos de moradores entrevistados (rede)

Grupo 01	**Grupo 02**
Elton de Lima Veiga (PSH)	Virgínia de Sá Silveira (PSH)
Luciglei San Martim Gomes (Morar Melhor)	Sandra Mara Domingues de Oliveira (Morar Melhor)
–	Juraci Veiga Duarte (Ocupação).

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Tendo em vista que este estudo trata-se de uma pesquisa em História do Tempo Presente, cabe, justamente, ao pesquisador conseguir lidar com as mutações passíveis de ocorrer referentes ao seu objeto de interesse. Curiosamente, é no sabor de ainda presenciar o desenrolar dos fatos, que reside a singularidade e a importância dos estudos com temáticas voltadas ao presente.

3.2 “Lutar sempre para melhorar”: Elton Veiga, morador (PSH) e líder comunitário

Elton de Lima Veiga, 43 anos, servente de pedreiro, é morador e presidente da Associação de Moradores do Bairro Cidade de Águeda. Tornou-se presidente da associação em 2006[117], a partir de eleições realizadas após o convite à candidatura, já que se tratava de uma figura conhecida pelos demais moradores por ter participado do evento da ocupação de algumas casas no próprio bairro[118]. Este fato foi de fundamental importância para que se procurasse, em primeiro lugar, conversar com ele, pelo papel que representa para os outros moradores do local. Ele foi beneficiado com uma das trinta casas do terceiro lote do Programa de Subsídio à Habitação (PSH), já que anteriormente morava na Avenida Itália, mais conhecida como Trevo. Apesar de não pertencer ao programa foco deste trabalho, se faz necessário que se mencione e (re) visite informações sobre o PSH, pois compreende parcela significativa das redes de relações que compõem a dinâmica do/no bairro.

A entrevista, com duração de 45 minutos e 13 segundos, ocorreu no dia 24 de julho de 2011 na casa do colaborador, após conversas e acordos antecedentes para a execução da proposta por telefone. O roteiro para a entrevista (Apêndice 2) foi composto por dez questões, sendo elaborado com base em dados divulgados pelo Jornal *Agora*, tendo o propósito de esclarecer e aprofundar alguns pontos e/ou contrapor informações.

Perguntando sobre sua ida ao bairro, Elton comenta:

> Em alguns pontos foi uma mudança ótima, porque hoje graças a Deus a gente tem o nosso espaço, tem a nossa casa aqui com a nossa família aí [...] mudou [...] assim, a única coisa que pra mim piorou muito, foi a questão do transporte, porque antes eu tinha transporte na porta da casa e hoje é tudo dificultoso, até pra ti ir no supermercado, aqui é tudo dificultoso [...] então, a única coisa que melhorou é que hoje eu tenho a minha casa, seja ela bem ou má.

Segundo ele, os problemas principais que passam os moradores, sejam eles do PSH ou do Morar Melhor são os mesmos. E foi durante a entrevista que se obteve melhores esclarecimentos acerca destes dois programas habitacionais, já

[117] O mandato de presidente da Associação tem o período de quatro anos e é exercido de forma voluntária.
[118] A ocupação se deu pela demora da entrega das casas de ambos os programas habitacionais em função de problemas com a antiga empreiteira.

que no jornal as informações estavam confusas. No caso dos moradores da Dom Bosquinho removidos pelo Programa Morar Melhor, o Jornal *Agora* cita três motivos como sendo primordiais para a retirada dos moradores do local: primeiramente, o fato da falta de limpeza nas ruas, devido o acúmulo de lixo que proporcionava o aparecimento de ratos; a proximidade com a lagoa, que, muitas vezes, devido à suba da maré inundava a localidade, contribuindo para a sujeira, já que a água trazia consigo muito barro; e, por último, um acordo que teria sido feito pelo município com o Governo Federal, chamado de "Projeto Orla". Este projeto teria como objetivo não permitir que pessoas residissem em áreas ribeirinhas, já que se tratavam de áreas de proteção ambiental.

Quando perguntado acerca desta questão, o colaborador forneceu informações pouco conclusivas acerca do último item indicado no jornal, já que mencionou, equivocadamente, um projeto chamado "Lagoa Verde", de preservação ambiental que ele não soube explicar com clareza. Acredita-se que a falta de conhecimentos mais profundos sobre o tema tenha favorecido na confusão dos nomes, mas tendo em vista a descrição feita do "Lagoa Verde", supõe-se tratar do mesmo "Projeto Orla" citado no *Agora*.[119]

Oportunamente, ficou-se ciente de que poucos moradores que eram da Dom Bosquinho, ainda se encontravam no bairro. Um dos principais motivos para o retorno é o acesso ao centro, que facilita a inserção no mercado de trabalho. Elton, acredita que em função disto, o pensamento dos moradores que eram da Dom Bosquinho e que se encontram no Águeda é "abrir fora", pois antes tinham "tudo", as facilidades proporcionadas pela proximidade com o centro e agora não têm mais.[120] Especialmente os moradores que trabalhavam com reciclagem sentiram bastante os impactos causados pela mudança, pois no entorno do Águeda, como o Parque Marinha e o Parque São Pedro, por exemplo, já existem muitos recicladores. Por isto o narrador acredita que "se tu [referindo-se à entrevistadora] conversar com algumas pessoas que vieram dessas áreas aí, provavelmente elas vão te dizer que se tiverem uma oportunidade de retornar, elas retornam". O líder comunitário crê que haja este retorno apesar de alguns moradores pagarem aluguel, pois alguns que foram para o bairro venderam as casas, trocaram por carroça, foram embora e hoje

[119] Na verdade, o "Lagoa Verde" se trata de uma extensão do "Projeto Orla".
[120] De fato, ao longo dos anos de 2011 e 2012, os poucos moradores da Vila Dom Bosquinho e que ainda se encontravam no bairro foram embora, em sua maioria, retornando às antigas habitações.

vivem nesta situação, pagando aluguel, o que é considerado ilegal, devido ao fato de as casas serem financiadas por projetos e programas do Governo Federal. Uma minoria de ex-moradores da Dom Bosquinho ainda estão no Cidade de Águeda, mesmo que seja muito difícil precisar um número exato de pessoas.

O Projeto Morar Melhor abrange não só as pessoas da Dom Bosquinho, mas uma parte dos moradores da Santa Tereza ("daqui dos trilhos") e da Rua Primeiro de Maio. O foco da problemática, para Elton, não está centrado apenas em a Prefeitura propiciar as casas para as pessoas, pois "não adianta vocês dá casa, não adianta vocês dá onde morar, o pessoal não tem o que comer, que é o mais importante!" [121]

A questão fundamental, de acordo com o entrevistado, é que ambos os projetos foram mal formulados, pois não atendem às necessidades mais básicas daqueles a quem se destinam. Para Elton, todo processo de adesão da Prefeitura a estes projetos de habitações populares, incentivados pelo Governo Federal, trata-se de uma questão política sem maiores preocupações com o bem-estar das pessoas envolvidas. O que em partes explica o fato de terem sido mal planejados (já que o procedimento de construção das casas revelou-se extremamente conturbado) e mal fiscalizado, pois a primeira empresa responsável pelas obras "deu um desfalque muito grande" e sumiu com parte do dinheiro sem concluir o trabalho. Outra empreiteira assumiu a tarefa, mas se utilizou de um material assaz precário e que posteriormente gerou grandes transtornos, entre eles vazamentos e rachaduras.

[121] Elton nesta última parte se refere à doação de cestas básicas que foram prometidas pela Prefeitura aos moradores, mas que a entrega nunca foi efetivada.

Figura 29 – Estrutura precária de sustentação de caixa d'água em uma das residências do Bairro Cidade de Águeda

Fonte: ROCHA, William. *A Formação do Loteamento Cidade de Águeda no Município do Rio Grande – RS*, 2009.

Figura 30 – Rachadura existente em uma das casas do Bairro Cidade de Águeda

Fonte: ROCHA, William. *As políticas públicas de moradia: a formação do loteamento Cidade de Águeda no município do Rio Grande* – RS, 2010.

Continuando a conversa, Elton conta detalhes sobre as últimas casas que foram entregues, e segundo ele:

> [...] faz menos de seis meses, já estão se desmanchando. Esses dias eu fui na casa de uma senhora e ela não conseguia abrir a porta da frente pra mim entrar, e ela tem um filho com necessidade e ela me disse: 'Mas eu não consigo abrir a porta!' Aí eu disse: 'Por que a senhora não consegue abrir?' 'Ah, porque ela tá solta e de caída.' 'Tá mas quanto tempo a senhora

> mora na casa?' 'Não, tô aqui há seis meses no máximo eu acho.' Aí fomos entrar pela porta dos fundos, falei pra senhora 'não se preocupe a gente só quer conversar' e, fomos entrar pela porta dos fundos e ela também tava solta. É muito difícil, muito difícil mesmo. É o sonho que se torna pesadelo [...] o sonho que se torna pesadelo.

As casas compreenderiam 28 metros quadrados cada, divididos em um quarto, sala/cozinha e banheiro, além de uma estrutura a mais, pronta para a construção de outro quarto, caso a família desejasse.[122] Entretanto, a infraestrutura das casas não atende às necessidades das famílias do Águeda, inclusive a de Elton, onde moram quatro pessoas: ele, a mulher e dois filhos. Por este motivo, foi um dos diversos moradores que ampliou sua casa construindo o segundo quarto.

Outro problema que afeta os moradores é que as casas são geminadas, logo, somente uma única parede separa as residências, o que constitui motivo de brigas e desentendimentos em função de sons altos que incomodam os vizinhos. Para Elton, a Prefeitura deveria ter supervisionado melhor o procedimento das obras, pois "não adianta você colocar um pedreiro pra construir a sua casa, se você não disser pra ele 'quero isso e o material é esse' e você deixar por conta dele. É óbvio que ele vai fazer do jeito que ele acha melhor e foi o que aconteceu aqui no Águeda". Em função disto, nos esclarece que as casas passam por três fiscalizações, uma da Caixa, outra da Caixa com a Prefeitura, e depois passam por uma fiscalização da Prefeitura. Elton também comenta o caso da entrega de casas da primeira quadra do bairro, a qual não recordava o nome.

> O que aconteceu? Passou pela primeira fiscalização da Caixa e nós acompanhamos, o próprio secretário Edilei Santana na época me ligou e pediu que acompanhássemos [...] e encontramos vários fatores assim que não tavam dentro do projeto, o pessoal da Caixa anotou tudo direitinho e passaram pra secretaria. 'Enquanto eles não arrumar, nós vamos passar pra construtora, enquanto não arrumar nós não liberamos.' Aí depois teve o pessoal da fiscalização da Caixa e Prefeitura. Também nós tavamos junto fomos convidados pra acompanhar, tiramos foto e tudo mais [...] e algumas coisas eles arrumaram. Aí dentro daquelas coisas que eles arrumaram surgiram mais questões, aí anotaram tudo direitinho. 'Ó enquanto não liberar isso aqui, nós não vamos entregar as casas.' Aí passou pela fiscalização da Prefeitura e o que aconteceu? O próprio secretário ligou pros moradores e disseram pra eles: 'Ó tal dia nós vamos entregar as chaves, mas nós só vamos entregar as chaves pra quem já estiver lá com a mudança.' Por que isso era uma questão que nós vinha cobrando dele, que ele estivesse junto e que só entregasse a chave pras pessoas que estivessem com a mudança, até pra evitar esse tipo de coisa das pessoas pegar a chave e vender a casa e nunca terem estado nessa casa. Aí o que ele fez? Só que claro... ele usou de má fé! Por que no dia que ele mandou o

[122] Informações retiradas da reportagem "Famílias recebem as primeiras 30 casas" do Jornal *Agora* de 29 de julho de 2003. Acervo do próprio jornal.

> pessoal lá foi bem no dia que o pessoal da fiscalização veio verificar as casas. Aí como já tinha aí sete ou oito moradores já com as mudanças e eu tava aqui com o pessoal da Prefeitura e eu disse: 'Não, vamos ter que liberar.' E vários outros pontos negativos da obra, que pra eles não tinha como liberar isso aqui. Aí ligaram pro secretário e o secretário: 'libera, libera!' e aí o pessoal começou a pressionar e vamos chamar a RBS e o pessoal da imprensa, 'porque não tem como a gente voltar, porque eu já tive que arrumar dinheiro pro carreto pra cá e como é que eu vou voltar?' E aí acabou liberando as casas. E hoje tá aí as pessoas passando a maior dificuldade.

Logo que se mudaram Elton, sua família e demais moradores, sofreram com a falta de água no novo bairro. Acertaram, então, com a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) um valor máximo a pagar, cerca de doze reais e alguns centavos. O problema é que atualmente a Corsan implantou a utilização de relógios d'água em todo o bairro, o que ocasionou vários cortes do fornecimento, pela impossibilidade de pagar os valores das contas que ficam entre noventa e cento e cinquenta reais. Os valores ficaram tão altos devido ao acúmulo de prestações atrasadas a serem pagas, que foram somadas e reparceladas nos respectivos valores citados. Também há a falta de encanamento na rede de esgoto, já que todos os detritos são despejados nas valetas que percorrem o ambiente do Águeda. Além disto, outros contratempos acometem os moradores, como a falta de segurança, de professores na escola de ensino fundamental do bairro[123], o mau atendimento no posto de saúde[124] e a busca por uma praça arborizada que servirá como um espaço de sociabilidade e lazer.

[123] Escola Municipal de Ensino Fundamental Zelly Pereira Esmeraldo que compreende atualmente da 1ª a 7ª série. Diretora: Mirlei Nunes dos Santos. Ver mais em http://www.riogrande.rs.gov.br/smec/, site da Secretaria Municipal de Ensino e Cultura (SMEC). Acesso em 24 de fevereiro de 2012.

[124] Elton: "Tamo aí com muita dificuldade e temos um médico aí, até conheço ele de vista [...] e vieram me dizer que é uma pessoa muito estúpida pra atender as pessoas, aí as pessoas vão lá e ele só olha pras pessoas e passa receita, não examina, não faz nada [...] passamos aí quase três meses sem médico e agora botaram um médico aí que não tem muita intenção de ajudar [...] a gente ta até pensando em conversar aí com o conselho da saúde [...] a saúde ta [...] no nosso bairro ta precário e provavelmente não seja diferente de outros bairros mas [...] no Cidade de Águeda, nós temos dificuldade de tudo".

Figura 31 – Elton Veiga (na esquerda, próximo ao extintor) e demais moradores do Cidade de Águeda em reunião com o ex-prefeito Janir Branco

Fonte: *Site* da Prefeitura Municipal do Rio Grande, www.riogrande.rs.gov.br, 2008. Acesso em 23 de fevereiro de 2012.

Sobre a relação que manteve com o prefeito Fábio Branco[125], diz que até então não havia marcado nenhuma reunião com ele, não havia ido vê-lo sozinho a não ser com todos os demais presidentes de bairros. Em compensação o outro prefeito [Janir Branco], "até nos atendia assim, mas não adiantava nada. Nos atendia assim, toda vez que a gente ia lá e a gente marcava [...]." Menciona também, que com estes encontros poucos foram os êxitos. O que conseguia alcançar era a oportunidade de ser atendido e falar com Janir, pois "êxito para dentro do bairro, não tínhamos nenhum." Para Elton, com Fábio Branco, até então Prefeito, continuou a mesma coisa,

> [...] só nos procuram na época de política. Ah! Época de política, eles fazem cada coisa! Vem na porta da casa, batem e abraçam, prometem um monte de coisa [...] passou a política. [...] Tanto que eu não vi o prefeito aqui dentro do bairro, ainda. Outro dia, eu tava [...] eu participei de uma reunião com ele e com todos os presidentes [dos demais bairros do município] e ele falou num bairro, que teve no nosso [...] e eu não sei [...] ele andou de avião, porque a gente não conseguiu ver ele [daqui].

Portanto, supõe-se de grande valia, que se mencione acerca do tipo de narração apresentada por Elton. Esta possui a característica de buscar constantemente alguma espécie de confronto, porém, não no sentido negativo ou agressivo que a palavra pode compreender, mas na comparação cotidiana do que foi prometido pela Prefeitura (e que os projetos compreendem) com as condições

[125] Primo do ex-prefeito Janir Branco, que aparece na Figura 32 próximo a Elton. Janir é filho de Wilsom Mattos Branco, já falecido, prefeito em exercício nos anos de 1998/99 quando sessenta famílias foram selecionadas pela Prefeitura Municipal, para participar do Projeto Morar Melhor proposto pela Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento (SMHAD).

reais a que ele e os demais moradores estão submetidos. Por isto, a narrativa de Elton apresenta um caráter enaltecidamente político, militante, justificada pela posição que ocupa como Presidente da Associação de Moradores. Destaca-se que, para ele, além de tudo o que foi citado anteriormente, os moradores ainda sofrem preconceitos, pois são mal vistos em outras localidades do município: “Se você entrá numa loja aí e dizer que você mora no Cidade de Águeda, fica difícil...” Igualmente, apresenta um tom acentuadamente esperançoso em relação ao futuro e às conquistas que podem ser alcançadas com o trabalho que realiza, já que o define como “lutar”, “lutar sempre para melhorar”. Assim, apesar das dificuldades que enfrenta, Elton assume não querer deixar o bairro, fato compreensível dadas as circunstâncias em que se encontra enquanto morador que adquiriu sua casa própria e por ser líder comunitário.

3.3 “Só não dá valor aquele que não passa trabalho”: Virgínia Silveira (PSH)

Virgínia de Sá Silveira, 58 anos, mora no Bairro Cidade de Águeda com seu marido Wilson, há 7 anos. Ex-doméstica, afastada de suas funções por motivos de saúde em virtude de depressão, atualmente se dedica aos cuidados do lar. O contato inicial com a moradora ocorreu por intermédio de um conhecido em comum que a indicou como possível colaboradora. Desta maneira, após agendamento prévio por telefone, a entrevista (Apêndice 3) com duração de 45 minutos e 30 segundos, ocorreu no dia 16 de dezembro de 2012 na casa da entrevistada.

Virgínia mencionou na entrevista que ela e seu marido moraram durante onze anos de aluguel nas mais variadas localidades do município. Entre elas, citou: a Rua Bento Gonçalves e a Rua Rio Branco, ambas situadas no Bairro Cidade Nova, e o Parque São Pedro, bairro em que moravam antes da mudança ao Águeda. As casas que alugaram foram descritas como “casas velhas, caindo os pedaços”, motivo de muita insatisfação para o casal, já que “pagavam um dinheirão” e “passavam por muito trabalho”. Pela necessidade de terem um teto, se submeteram ao sofrido pagamento do aluguel, que, segundo ela, “come junto contigo na mesa”, pois se trata de um dinheiro mal empregado, já que:

> [...] não tinha retorno, porque o dono da casa é quem desfrutava não eu. Eu estava pagando uma coisa que não era minha e outra coisa, o dono chegava e ‘olha eu estou lhe pedindo a casa, porque que eu quero usar pra

> outra pessoa ou eu vou desmanchar' [...] e tudo isso acontecia. E eu ficava muito triste, ficava apavorada. E aquilo foi juntando e eu fui sempre desejando em ter o meu lar. Era o meu sonho ter a minha casa própria.

A moradora salienta que precisava de uma casa própria por três motivos principais: ser um sonho, pelos altos custos dos valores dos alugueis e pelos transtornos ocorridos pela insegurança de, a qualquer instante, ficar sem um teto, no caso do locatário pedir a casa de volta. Quando seu marido, que era feirante, se aposentou, a dona de casa pediu para que ele guardasse parte do dinheiro no banco. A ideia era esperar a oportunidade de um financiamento compatível com o orçamento da família, para que pudessem dar o dinheiro guardado de entrada para a sonhada casa própria. Virgínia, na época da aposentadoria de seu marido, ainda trabalhava como doméstica e cuidadora de pessoas doentes, apesar disto, saía com frequência à procura de casas para comprar. O ritmo de vida agitado que levava, com uma dupla jornada intensa, tanto de trabalho, como de procura, culminaram, juntamente com outros fatores biológicos, em um diagnóstico médico de depressão que, aos poucos, a impossibilitou de trabalhar.

Quando soube das casas que estavam disponíveis no Bairro Cidade de Águeda, Virgínia mostrou grande interesse em conhecê-las, principalmente porque ouvia falar muitas coisas a respeito do bairro. Ela esclarece:

> E as pessoas falavam, 'ah, que horror aquilo lá', 'porque aquilo lá vai ser um terror', 'porque as casinhas do jeito que são, as casinhas são umas casinhas de caixa fósforo'. Aí eu fiquei pensando assim, será? Mas que estranho. Será que vão fazer uma casa, nesse feitio assim que não cabe nem um guarda roupa dentro? [...] 'Porque não cabe nem um guarda roupa dentro, porque não sei o que'. E eu fiquei muito assim [...] apavorada.

Foi então que certo dia, acompanhada de sua amiga Vera que morava na Cohab, resolveu conferir pessoalmente como eram as casas e o "famoso bairro". Elas entraram na segunda ou terceira casa da Avenida E, a principal do Águeda, onde se localizam as paradas de ônibus, a escola Zelly Pereira Esmeraldo e o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS). Quando entraram na casa "tinham uns rapazes lá terminando de pintar, entregando uma remessa" [de casas]. Virgínia mencionou que ao entrar na casa se emocionou muito, pois gostou da casa e percebeu que não era aquilo que tinha ouvido falar.

> Eu me emocionei porque eu não tinha a minha casa. Então eu me emocionei e eu disse: 'Pomba! Quem dera eu ter uma casa como essa [...] como essa casa!' Aí eu comentei com a minha amiga e disse assim pra ela: 'Mas quem será que vai ocupar essa casa? Quem será que vai tirar essa casa?' Por que imagina banheiro instalado, organizado [...] pia organizada,

> vaso organizado [...] vaso, pia, tudo direitinho. Tudo limpinho, porque recém tinham terminado de pintar [...] aquele cheirinho de tinta.

Ao sair da casa, Virgínia, ainda sob forte emoção, comentou com sua amiga Vera que para conseguir uma casa como aquela, que fosse o seu lar, somente se Deus lhe proporcionasse, pois a "casinha é maravilhosa, principalmente pra um casal e tinha espaço pra tu fazer mais um quarto, mais uma cozinha, tem espaço!". Percebe-se que com a visita ao bairro, a moradora conseguiu abstrair as informações excessivamente negativas que até aquele momento havia recebido de seus conhecidos e vizinhos. A entrevistada deixa transparecer, claramente, o desejo que passou a ter de morar no Águeda, depois da visita, já que esta seria a opção mais próxima que tinha de tornar seu sonho realidade. Depois de deixar Vera em casa, Virgínia pegou o ônibus para ir até a sua residência no Parque São Pedro.

> Aí eu comecei a chorar dentro do ônibus e as minhas lágrimas caíam que chegavam a estourar no meu colo. Tu não quer chorar e aquelas lágrimas te caem no colo. E eu pensava 'porque que eu to chorando?' 'Eu não tenho porque tá chorando, né?' 'Não, eu só fui ver uma casa e de repente [...] só Deus pra me proporcionar aquilo!'[126]

A moradora mencionou que sempre orou muito e manteve o pensamento positivo para que um dia deixasse de pagar aluguel. Foi quando apareceu a oportunidade de compra da chave de uma das casas no Águeda, na mesma Avenida E, onde Virgínia havia estado anteriormente. A venda ocorreu porque a pessoa inicialmente contemplada com a casa necessitava residir próxima ao centro da cidade devido a motivos de saúde. A compra, regularizada na Prefeitura, foi no valor de dois mil reais, pagos com o dinheiro economizado por Wilson quando de sua aposentadoria.

Ao ser indagada sobre a qual programa habitacional pertenceria a sua casa, Virgínia não soube responder com exatidão, porém, ao longo da conversa mostrou-se nítida a procedência do PSH – Programa de Subsídio à Habitação. Ela comentou que foi na Prefeitura para tentar se cadastrar em algum programa habitacional, mas lhe foi negada esta possibilidade, pois não possuía filhos pequenos.[127] O mesmo fato ocorreu com sua irmã.[128] Hoje a casa está totalmente paga e com os papeis

[126] Virgínia se emocionou duas vezes durante a entrevista: quando mencionava o que sentiu quando conheceu as casas do Cidade de Águeda, e depois quando ouvia a gravação de sua entrevista justamente nesta passagem.
[127] Virgínia e Wilson possuem três filhos, um casal biológico e um filho adotivo. Todos já eram adultos na época do cadastramento na Prefeitura, motivo pelo qual o ingresso no PSH lhe foi negado.
[128] A irmã de Virgínia não possui filhos, logo também não conseguiu o cadastro.

regularizados. Sobre o antigo dono da casa onde mora hoje, a colaboradora menciona que a pessoa

> [...] nunca mais vai conseguir uma casa [através de financiamento pela Prefeitura no Cidade de Águeda]. Ela não quis mais [...] tem quem queira, né? Como eu tava precisando muito de uma casa [...] E isso aconteceu tudo, pra que eu possa ter essa casa pra mim, né? Então, só Deus poderia fazer isso pra mim. [...] Eu adoro a minha casa, meu marido então é apaixonado por essa casa porque a gente [...] sabe quando a gente passa muito trabalho, a gente dá muito valor. Só não dá valor aquele que não passa trabalho.

Acerca da estrutura de sua casa, Virgínia menciona que não tem motivos para se queixar, já que diferente de outras residências do bairro, não apresenta rachaduras e/ou vazamentos. O som alto que passa da casa ao lado[129] para a casa de Virgínia foi descrito por ela como um fator desagradável. Quando recebeu a chave a casa se encontrava em ótimo estado, estava pintada e com forro plástico. Neste sentido, foram poucas as modificações feitas, a não ser a colocação de piso no chão e a construção de duas novas peças: mais um quarto e uma cozinha maior nos fundos.[130]

A narradora define como boa a relação que mantém com os demais moradores do bairro, inclusive com seus vizinhos de rua, porém reconhece que possuía um vínculo muito mais próximo com seus antigos vizinhos do Parque do São Pedro. O segredo para conviver bem, segundo ela, é não alimentar algumas intimidades, como o acesso frequente às instalações de seu lar. Para ela "[...] a gente procura manter a nossa linha, né? Porque cada um na sua é melhor. [...] Mas assim, de eles tá na minha casa e eu na deles, não."

Quando perguntada sobre sua opinião a respeito das pessoas que abandonaram, trocaram ou venderam suas casas no Águeda, se posicionou firmemente. Para ela, muitas pessoas que tiveram a sorte de ser contempladas com o cadastro na Prefeitura, já tinham casas, inclusive comércio, em outros lugares da cidade.

> Por que eu acho que muita gente que tirou as casas, tinha condições [...] porque inclusive eu soube de gente que tinham sobrado, casinha, armazéns

[129] Os sons altos provenientes dos vizinhos, que incomodam Virgínia e demais moradores do Cidade de Águeda, são causados pela geminação das casas, onde uma única parede divide as residências.

[130] As ampliações realizadas nas instalações da casa foram feitas em prol de um maior conforto a Virgínia e seu marido. O segundo quarto construído é agora o quarto do casal. O primeiro, advindo da época em que recebeu a chave da casa, atualmente serve como quarto de hóspedes. A nova cozinha, maior do que a outra, permite que Virgínia realize seus "experimentos" culinários e prepare alimentos fritos, que na outra cozinha sujava os móveis e o chão com respingos de gordura. A cor inicial da casa também foi alterada, segundo Virgínia somente por motivos "de gosto mesmo".

> [...] e tiraram as casas na Cidade de Águeda. E eu que não tinha nem condições de pagar aluguel, era empregada doméstica, meu marido era feirante [...] a gente vivia com dificuldade e a gente foi lá e não conseguiu. E nós queria muito. E muita gente tirou pra fazer dinheiro[131].

Virgínia sustenta que na época inicial da fundação do bairro, logo que se mudou, realmente era um "lugar bastante perigoso" e com grande concentração de marginalidade, motivo que talvez tenha influenciado a partida daquelas pessoas que tinham outras opções de moradia. Ela defende, também, que os moradores que foram embora, incluindo os da Vila Dom Bosquinho, não souberam cuidar de suas casas, preferindo abandoná-las quando aparecia algum problema[132], a ter que arrumá-las. A entrevistada diz não entender porque as pessoas reclamam, pois a Prefeitura já lhes deu a casa pronta e arrumada.

> [...] É responsabilidade de cada um de nós, cuidar das nossas casas. A Prefeitura já te deu a casa arrumada, se tu quebrar uma janela, uma porta [...] o problema é teu. Quem tem que botar lá é tu. É tu que tem que arrumar a casa, não é a Prefeitura que tem que vir aqui fazer. Não tem cabimento pra mim isso aí.

Logo, compreende ser responsabilidade de cada morador cuidar e zelar de sua casa, não mais da Prefeitura. Neste momento da entrevista, a moradora relembrou o incêndio que ocorreu em uma das casas em frente à sua. A Prefeitura interveio neste caso e construiu uma nova moradia para a dona e seus filhos.

> [...] a mulher deixou as crianças sozinhas em casa e prendeu fogo na casa. Os vizinhos ali ficaram tudo apavorados de mangueira pra não pegar fogo nas suas casas [...] o Jair Rizzo[133] veio aqui e viu como é que tava a casa, mandou fazer tudo de novo e sabe o que fizeram, depois que ele fez tudo? A mulher vendeu a casa! Vendeu a casa! Foi embora. Agora vê se tem cabimento! Sinal que não tava precisando tanto assim, né? Se não, ficariam ali.

O fato é que nas diversas vezes nas quais se visitou o bairro, observou-se que algumas casas apresentavam, realmente, uma estrutura bastante precária. Compreende-se que Virgínia, por gostar muito de seu bairro e por ter lutado tanto para ter sua casa, ache estranho as pessoas irem embora, abandonando tudo. Entretanto, é importante ter-se em mente que o fato de muitos moradores não zelarem por suas moradias, pode ser compreensível e não cabe um julgamento

[131] A narradora se refere às pessoas que foram contempladas com as chaves, mas que nunca moraram no Águeda, pois alugaram as casas para ampliar sua renda, já que possuíam moradia em outro bairro.
[132] Vazamentos, portas, janelas quebradas e demais questões de ordem material relacionadas às casas.
[133] Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano na época da gestão de Fábio Branco.

precipitado, tendo em vista que cada caso de abandono corresponde a uma motivação específica. Levando em conta que o bairro é formado, em sua maioria, por pessoas de baixa renda, talvez ficar “remendando” paredes com rachaduras e caixas d’água com vazamentos não seja uma opção passível de escolha; assim, nada mais coerente do que o pequeno salário ser destinado para o sustento das famílias do Águeda, sendo investido em necessidades básicas como alimentação, saúde e o transporte até o centro da cidade. Deste modo, é cabível que diante do não cumprimento da principal promessa da Prefeitura àquelas pessoas, que seria morar bem, a solução encontrada tenha sido a partida do bairro.

Virgínia diz que o Executivo Municipal é atuante no Águeda, já que sempre que solicitado atende aos pedidos dos moradores. A entrevistada cita que a Prefeitura atua no bairro trocando as lâmpadas queimadas dos postes, cortando a grama do campinho e recolhendo o lixo das esquinas, todas as segundas-feiras. A limpeza, infelizmente, não dura por muito tempo, pois a equipe encarregada vai embora e as pessoas recolocam o lixo nas esquinas e terrenos vazios. “Então os culpados não são eles [a Prefeitura], eles vêm.”

> A mesma coisa é a luz. Nos postes eles quebram, por quê? Aqui na frente da minha casa tem um poste que meu marido frequentemente pede pra por a luz, porque se não fica muito escura a rua. Então a gente ta sempre chamando e eles atendem. [...] Mas em todo lugar é assim, não é só aqui. Não sei, eu estou satisfeita com meu bairro.

A moradora conta que não pensa em sair do bairro, já que muitos dos problemas enfrentados pelas pessoas, são culpa delas mesmas que não se esforçam para tornar o Cidade de Águeda um lugar melhor. Já as dificuldades com a infraestrutura, como falta de esgoto e asfalto, por exemplo, ela crê que serão resolvidos, já que o bairro é novo e ainda há, sem dúvida, muito a ser feito. O Cidade de Águeda, hoje em dia, na visão da narradora, está muito melhor do que foi, e com a tendência de que melhore cada vez mais, desde que haja consciência de preservação por parte de seus moradores. Já a marginalidade, para Virgínia, está em fase de declínio, pois a maioria dos marginais remanescentes da fundação do Águeda, “já foram presos ou morreram.”

> [...] pra mim o bairro [hoje] é muito bom. Calmo. Isso que tu vê é isso aí. É a calmaria. Durante a semana é as crianças no colégio, agora vão entrar em férias já não é mais criança indo e vindo de manhã às oito horas e de tarde a uma e meia. O colégio é aqui, o CRAS é aqui [...] é na mão entendesse?

O único motivo para Virgínia se mudar do Águeda, seria se conseguisse uma casa própria mais próxima ao centro, já que:

> [...] pra eu sair daqui, só assim, se eu fosse pra um lugar muito melhor que esse [...] a Cidade Nova, que está maravilhosa, a Santa Catarina, a Domingos de Almeida [...] esses lugares onde eu morei antigamente que eu adorava e que eram bem próximos do centro, que inclusive eu ia a pé. Eu adoro caminhar, sempre gostei e pra mim seria bom ficar mais próximo do centro, claro! Se eu tivesse a opção 'aonde a senhora quer ir? Gostaria de ir pra Cidade de Águeda ou pra Domingos de Almeida? Eu gostaria de ir pra Domingos de Almeida, né?' Mas como eu não tenho condições de ir pra Domingos de Almeida [...] eu tenho que morar aonde eu posso pagar. Aonde eu posso viver. [...] Agora sair daqui pra um lugar pior, de maneira nenhuma. Eu to muito satisfeita.

Virgínia, que define o bairro onde mora como "maravilhoso", reconhece que existe muito preconceito em relação ao Águeda, por parte de moradores de outros bairros de Rio Grande. Ela acredita que isto ocorra devido à antiga imagem do bairro, divulgada pela mídia local e que acabou se perpetuando na mente das pessoas até os dias atuais. A hipótese não deve ser descartada e o bairro tem, visivelmente, melhorado desde a primeira vez que se visitou o local no ano de 2010. O Cidade de Águeda está crescendo dia a dia e a boa estética das casas e das ruas depende, indubitavelmente da vontade dos moradores no trato e na manutenção destas. Isto não significa que a Prefeitura está isenta de suas promessas e obrigações, que vão além da limpeza e dos reparos a danos materiais.

A fala de Virgínia, que está repleta de elementos religiosos (referência encontrada em termos como Deus, fé, esperança), pode ser compreendida como um desabafo de uma pessoa que alcançou um grande objetivo, apesar dos percalços encontrados ao longo do caminho. Narrativa passível de ser compartilhada por outros moradores do Águeda, que em situação semelhante ou mais dificultosa do que a vivida anteriormente pela colaboradora, agora possuem um lar. Neste sentido, para estas pessoas e para a própria Virgínia, o Cidade de Águeda não é um bairro como outro qualquer da cidade, mas é o "seu bairro", o "seu lugar". Logo, a definição do bairro como lugar, manifesta, de acordo com a geógrafa Ana Fani Carlos, o auge do processo identificatório, representado pela tríade habitante/cidadão – identidade – lugar.

> A tríade cidadão – identidade – lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso). A nossa existência tem uma corporeidade pois agimos através do corpo. [...] Modos de aproximação da realidade, produto modificado pela experiência do meio, da relação com o mundo, relação

> múltipla de sensação e ação, mas também de desejo e, por consequência de identificação com o projeção sobre o outro (CARLOS, 2007, p.18).

Assim, pela identificação que possui com o bairro, Virgínia se apropria do espaço onde mora, buscando associar suas ações com o desejo de tornar o bairro um lugar melhor para se viver. Na tentativa de tornar reais suas pretensões de melhoria, delega para si e para os demais moradores esta tarefa. Não possuindo outra opção de residência, ela se adaptou ao Águeda e se condiciona a observá-lo com "bons olhos", pois apesar dos aspectos negativos existentes, Virgínia e seu marido agora possuem um lugar para morar.

3.4 "O meu começo": Luciglei Gomes (Morar Melhor)

Luciglei San Martim Gomes, de 29 anos, é dona de casa e mora no Bairro Cidade de Águeda há oito anos. A entrevista (Apêndice 4) com duração de 37 minutos e 12 segundos, ocorreu no dia 23 de dezembro de 2012 na casa da colaboradora. A conversa se fez possível através da mediação de Elton de Lima Veiga, morador e líder comunitário do bairro, que proporcionou o encontro.

Luci, como é conhecida, antes de chegar ao Águeda, passou por diversas ocupações: "ocupação da Hidráulica, ocupação da Aliança da Bahia e ocupação do Parque Marinha[134]." Depois, morou de favor por três meses na casa de sua irmã, época em que surgiu a oportunidade de fazer o cadastro na Prefeitura para obter uma das residências no bairro. Três meses mais se passaram desde o cadastro, até que ela conseguisse a sua casa, através do Programa Morar Melhor. Nota-se que Luci foi enquadrada neste programa devido às condições insalubres e perigosas em que ela e sua família se encontravam nas constantes ocupações que participavam, já que estando em situação ilegal provavelmente devem ter passado por inúmeros confrontos com a polícia. O fato de possuir três filhos não preponderou para que participasse do PSH (Programa de Subsídio à Habitação) já que, possivelmente, como não trabalhava fora, sua renda não alcançasse o valor de um salário mínimo, um dos pré-requisitos necessários.

[134] As ocupações foram feitas em áreas aparentemente sem dono ou abandonadas, como campos ou áreas não construídas. A ocupação da Aliança da Bahia ocorreu em um campo. Já, as ocupações dos bairros Hidráulica e Parque Marinha se deram em áreas não construídas.

A colaboradora descreveu a sua mudança para o Águeda como “maravilhosa” e que a sensação de entrar na sua casa e na de seus filhos “foi muito boa”. Segundo ela um dos pontos positivos do Águeda, hoje, é que existe muita mobilização, já que:

> [...] o pessoal tenta se mobilizar pra tentar reivindicar problemas tanto da infraestrutura como alguns pontos de iluminação [...] como a drenagem d’água que se sabe que já tem o projeto. Mobilização em geral, né? Seja com ‘A ou B’. Seja tanto no Bairro Cidade de Águeda na parte que as casas são de material, como na parte da ocupação que ainda não foi regularizada.

As casas de material a que Luci se refere são as pertencentes aos programas habitacionais – tanto o Morar Melhor, quanto o PSH –, já que o bairro sofre, constantemente, desde sua fundação até os dias atuais, com ocupações de pessoas não cadastradas pela Prefeitura. Durante a conversa, ficou-se ciente de que existe uma divisão territorial no Águeda em função da distribuição das casas de ambos os programas governamentais. Assim, do lado direito da Avenida E, a principal de quem chega ao bairro, se encontra as casas do PSH e do outro lado, as do Morar Melhor. Em ambos os lados, há casas de madeira (barracos) provenientes de ocupações. Quando se conversou com Elton Veiga, ele explicou que estas divisões não existiam. Percebe-se que pela posição de líder comunitário que ocupa, esta “linha separatória” é apenas simbólica para Elton, já que ele vê o bairro como um todo, por isto a falta de clareza na explicação que foi dada acerca do tema em questão.

Em função das mobilizações, Luci narrou enxergar uma forte união entre os moradores do bairro. “Tem pontos bem expressivos. Ainda tem um pouco de comodismo, mas têm ainda pessoas que lutam pelo bairro, para o bairro ser melhor a cada dia que passa”. Além disso, a própria colaboradora diz fazer a sua parte, já que atua como voluntária na Associação de Moradores do Bairro Cidade de Águeda.[135] Ela também contou que nos outros locais em que morou aconteciam mobilizações dos moradores, mas

> [...] em meados de 94, 95 que foi a Aliança da Bahia. Aí foi onde o pessoal mesmo se mobilizou pela luta pela moradia. Foi aonde eu vi [...] mas aí depois se acomodou por anos. E aí agora em torno de 2000 pra cá, que eu vi uma expressão mais significativa [referindo-se ao Cidade de Águeda].

[135] A Associação de Moradores do Bairro Cidade de Águeda é composta atualmente por três pessoas que atuam juntamente aos moradores: Elton de Lima Veiga (morador e presidente) e duas moradoras voluntárias Luciglei e Margarete.

Quando perguntada sobre os pontos negativos de viver no Águeda, a moradora salientou que logo que se mudou o local não possuía a estrutura de hoje. Assim, os moradores mais antigos começaram praticamente do zero, pois o bairro melhorou e ainda melhora em ritmo lento se comparado ao seu nível de crescimento populacional.

> A gente veio pra cá sem posto de saúde, sem colégio, sem o CRAS que ajuda muito hoje em dia, mas aí conforme foi passando o tempo foi melhorando. Mas a gente ainda tem alguns problemas com [...] o colégio tá se tornando pequeno porque as pessoas estão vindo morar pra cá, então não tem muitas vagas. Na medida do possível eles tentam conseguir, mas a gente sabe que vão ter que construir outro bairro até porque tá aumentando e a Cidade de Águeda vai aumentar mais ainda. E no posto de saúde, em relação às poucas fichas. Geralmente é oito fichas cada dia, quando tem médico, quando o médico não desiste sai daqui desiste e simplesmente a gente fica por dois, três [...] quatro meses aí sem médico.

Por seu turno, a distância em relação ao centro da cidade foi descrita como cansativa, principalmente pela necessidade de deslocamento por consultas médicas ou outros motivos relacionados à saúde.

> É cansativo, porque assim se a gente tivesse um posto vinte e quatro horas não teria a necessidade de ir até o centro pra consultar [...] muitas vezes a gente não consegue ficha aqui, aí tu é obrigado a ir pro centro. Se a gente tivesse de repente o UPA[136], também seria uma boa [...] até mesmo pra facilitar, não digo eu em geral assim, porque eu tento me esquematizar, mas eu sei que tem muitas pessoas aí que não tem uma passagem de ônibus pra levar o filho no hospital. Então se tivesse uma atenção mais próxima do bairro, não teria necessidade de tanta superlotação no hospital que fica lá [...] sobrecarregado [no centro]. E já no caso assim de tempo, a gente já se acostumou, os quarenta e cinco minutos é cansativo, mas a gente já meio que se acostumou. Sabe? Faz parte da rotina do dia a dia, mas é cansativo é!

Apesar dos transtornos que passa, Luciglei diz que não se mudaria do bairro por conta disto, já que ela gosta de onde mora, tanto que trabalha de forma voluntária em prol de melhorias para si e para a comunidade. Entretanto, se mudaria por motivos pessoais que preferiu não mencionar na entrevista. Segundo ela:

> [...] até gosto daqui, porque eu conheço muita gente, né? [Isto] Fez com que eu me mobilizasse também, levantasse as mangas para poder trabalhar também junto com o pessoal da [...] do presidente de bairro e tudo, como papel de voluntária. Então eu tento ajudar na medida do que eu posso, não tenho o tanto que fazer, mas na medida do que eu posso, eu tento resolver, tanto eu como a Margarete[137] que é minha amiga e que tenta sempre resolver algum problema, mas não sairia pelo bairro, o bairro ta modificando, ta aumentando e assim como qualquer outro bairro, como Cohab IV e Parque Marinha eu sei que o asfalto vai chegar aqui e vai melhorar muita coisa.

[136] Unidade de Pronto Atendimento.
[137] Outra moradora voluntária da Associação de Moradores do Bairro Cidade de Águeda.

Sobre a convivência com os vizinhos, a colaboradora relata que sustenta uma relação dupla: a de voluntária, disposta a ajudar a todos na medida do possível no que for necessário, e outra na esfera pessoal. No relacionamento pessoal, mencionou que enfrenta algumas desavenças com os vizinhos por causa de seus filhos. Contudo, entende ser normal esta situação já que são adolescentes com idades de "quinze, treze e dez anos, que é uma idade difícil". Fora isto, ela garante ter uma boa convivência com todos.

Acerca da estrutura da casa em que vive, Luci comentou que "não é boa" e que por isso se "aborrece muito" devido a "rachaduras, fissuras, problemas na parte de esgoto." Em consequência da falta de dinheiro para os consertos necessários, a moradora tenta arrumar e limpar do jeito que pode os estragos que aparecem. A falta de dinheiro, também, foi fator determinante para que a Prefeitura aprovasse em 07 de junho de 2011, a Lei 7.046 (Anexo 5) de liquidação do pagamento da dívida das casas do Águeda.

Luci foi contemplada com o que chama de "anistia", já que ao concluir o pagamento de cinco, das cento e sessenta e oito parcelas restantes, passa a ser a dona definitiva da casa em que habita. Questão que ainda a preocupa é que na citada lei está descrito em parágrafo único que "as despesas de escritura e seu registro serão de responsabilidade do adquirente". (Lei 7.046, 07 de junho de 2011). Em função disto, os moradores anistiados do pagamento das parcelas até então pendentes com a Caixa Econômica Federal, lutam para conseguir, gratuitamente, também a escritura de suas residências. Para tanto, contam com o recente parecer dado pelo relator das cidades, que de acordo com a entrevistada, disse "não entender o motivo pelo qual em Rio Grande o processo de liquidação das dívidas das casas não funciona como em outros lugares do país, onde a primeira escritura foi doada aos moradores." O relator encarregado de dar o seu parecer à Relatoria do Direito Humano à Cidade foi Leandro Gorsdorf, que explicou sua missão[138] aos moradores dos Bairros Getúlio Vargas, Santa Teresa, Mangueira e Cidade de Águeda em audiência pública realizada no dia 23 de novembro de 2012.[139]

[138] [...] esta é uma reunião de devolução daquilo que vimos. E com certeza não acaba hoje. Este é apenas o início de um processo que vai resultar em um relatório para o Ministério Público e para Ministério das Cidades. (JORNAL *AGORA ONLINE*, 23 de novembro de 2012.)

[139] Informações retiradas do Jornal *Agora* de 23 de novembro de 2012 da matéria intitulada *"Audiência pública revela preocupação dos moradores em área de expansão."* Disponível em http://www.jornalagora.com.br.

Luciglei, pela trajetória que possui de ocupações e de resistência à retirada destes espaços, aparentemente livres, conseguiu um abrigo para si e sua família no Bairro Cidade de Águeda. Lá, diz Luci, é “o meu começo”, local onde encontrou a sua liberdade,

> [...] liberdade de ter a sua casa, [...] de poder dormir a hora que eu quero, me levantar e saber que é meu. Eu posso colocar a chave ali abrir e fechar e sair [...] chegar a hora que eu quero e ter liberdade. Que todo mundo quer é ter liberdade.

De seu ponto de vista, apesar dos problemas existentes no bairro, ela procura contribuir com o tempo que tem, já que se desdobra entre as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos adolescentes, na busca por uma melhor qualidade de moradia – e, consequentemente, de vida – para todos que lá residem. Diferentemente de Elton, que, entre outros motivos pelo trabalho que realiza como Presidente da Associação de Moradores, afirmou enfaticamente que jamais se mudaria do Bairro Cidade Águeda, Luci não transpareceu a mesma convicção. Indubitavelmente, isto gera a impressão de que apesar do Águeda ser considerado o seu “começo”, não necessariamente ele deva fazer parte de seus planos de futuro. Luciglei vive ali por necessidade, por falta de outras opções de moradia e porque a dívida do pagamento de sua casa está quitada. Apesar disto, durante toda sua narrativa, a colaboradora demonstrou o quanto quer bem àquele local e espera que as melhorias conquistadas através de seu trabalho contribuam para o bem-estar de todos os moradores.

3.5 “Vim porque quis!”: Sandra Mara de Oliveira (Morar Melhor)

Sandra Mara Domingues de Oliveira, 54 anos de idade, é comerciante e mora no Bairro Cidade de Águeda há nove anos. A entrevista (Apêndice 5) com duração de 30 minutos e 09 segundos, ocorreu nas instalações da mercearia de Sandra, no dia 23 de dezembro de 2012. O contato com ela ocorreu por intermédio do também morador e líder comunitário, Elton de Lima Veiga, o qual proporciou que o encontro fosse possível.

A comerciante afirmou na entrevista que gosta muito do bairro onde mora e que por motivo algum se mudaria de lá, mesmo que lhe fosse oferecida uma casa mais próxima do centro. Ela e sua família foram morar no Águeda, através da

assistência do Programa Morar Melhor. Semelhante ao caso dos moradores da Vila Dom Bosquinho, passaram pelo processo de remoção por viverem em áreas consideradas de “risco”. Assim, nota-se, no mapa a seguir, a proximidade entre as duas localidades, o Bairro Santa Tereza no círculo azul e a Vila Dom Bosquinho no círculo verde.

Figura 32 – Localização Vila Dom Bosquinho e Bairro Santa Tereza no Município do Rio Grande

Fonte: *Site* da Prefeitura Municipal do Rio Grande in: www.riogrande.rs.gov.br. Acesso em 24 de dezembro de 2012.

A Prefeitura, na época, primeiro avaliava as possíveis áreas perigosas e depois informava os resultados aos moradores. Depois da avaliação é que ocorria a oferta das casas no Bairro Cidade de Águeda, na tentativa de amenizar os transtornos sofridos por aquelas pessoas, já que teriam que procurar novas casas e provavelmente com custos bem altos.

> Também vim porque quis, porque não era obrigado na época. Eles [a Prefeitura] faziam a avaliação e a pessoa vinha [...]. O que eles tinham pra oferecer era aqui [no Cidade de Águeda] aí a gente optou por vir e veio! Mas não me arrependo de nada, pra mim aqui tá bom.

Claramente se percebe com as informações narradas pela colaboradora, que nenhum morador que passou pelo processo de remoção, independente do bairro ou local ao qual pertencesse, foi obrigado a ir morar no Águeda. Entretanto, se tem conhecimento de que, diferente de Sandra, muitas pessoas da Vila Dom Bosquinho ou mesmo da Santa Tereza, não tiveram outra opção que não a de ir para o Bairro Cidade de Águeda, pois suas condições financeiras não lhes permitiram escolher outras moradias.

Sandra contou que a estrutura de sua casa atual é muito boa, pois não apresenta nenhuma espécie de problemas como rachaduras e/ou vazamentos. Sob esta perspectiva, afirmou que não enxerga nada de negativo no Águeda, nem mesmo a distância em relação ao centro. “Eu costumo dizer que tendo um ônibus que me leve e as minhas pernas estando boas pra mim não existe distância. Vou e deu!”. Assim, a moradora acha o bairro muito bom. “Pra mim em todos os sentidos é bom [...] como eu morava antes, pra mim tá cem por cento melhor.” Anteriormente, a comerciante possuía uma casa própria, que se localizava em uma rua demasiadamente estreita, no Bairro Santa Tereza.

> Eu morava num beco assim [...] beira da praia. Não tinha frente assim, a casa, no caso, né? Era lá [...] lá perto da antiga Fertisul[140] lá no canto. E aí [...] era um beco assim que ninguém entrava, por exemplo, se tu vinha de táxi [...]. Depois que alargaram mais um pouco [a rua] e a gente podia entrar de carro. Uma vez teve um incêndio lá queimou um monte de casa, porque os bombeiros não tinham como entrar com as mangueiras e as coisas [...]. E, pra nós melhorou por causa disso, porque era um beco assim fechado [...].

Apesar de sua residência anterior ser própria, diz não sentir falta da antiga moradia e nem do bairro, já que depois que se mudou nunca mais retornou a Santa Tereza “nem pra visitar”. Sandra comentou que desde aquela época sobrevive através do comércio e que em nada atrapalhou os seus negócios a ida ao novo bairro. “Lá a gente tinha comércio também, aí a gente veio pra cá, ficou aqui [...] e a mesma coisa. Até melhor! Por que antes a gente morava num beco que não entrava nada!”. O “não entrar nada” que a comerciante cita, se refere ao fato de a rua na qual morou ser muito estreita em função da proximidade com o que chama de “praia”. Na verdade, trata-se do Saco da Mangueira, portanto, as mesmas águas causadoras das enchentes na Vila Dom Bosquinho.

Em sua narrativa, a moradora expressou nitidamente o quanto gosta de viver no bairro em que está atualmente e o quanto a mudança lhe fez bem, já que se sente feliz neste local. Apesar de em nenhum momento fazer menção às precariedades do bairro, não se pode negar que elas existam, tanto que muitas pessoas preferiram abandonar o local. Sandra acredita que estas mudanças ocorreram porque algumas pessoas que receberam as chaves eram solteiras e não tinham a mesma necessidade que a sua, de fixar residência. Em contrapartida, ela presenciou inúmeros casos de moradores que, ao sair do Águeda, se arrependeram

[140] Fábrica de fertilizantes do município do Rio Grande que foi desativada.

e retornaram, comprando novamente a casa em que moravam. Um motivo que talvez tenha propiciado uma melhor adaptação de Sandra e sua família ao novo bairro é que grande parte dos seus antigos vizinhos se mudaram junto com eles para o Águeda.

> [...] quando eles [a Prefeitura] fizeram a inscrição e a reunião, o pessoal começou a pedir pra ficar perto da gente. Até o secretário na época [...] o pessoal dizia assim 'quero ficar perto do Seu Castelhano[141]', 'quero ficar no mesmo lugar do Seu Castelhano'. Aí nós tava na reunião e o secretário disse assim 'Mas meu Deus do céu, mas quem é esse Seu Castelhano que todo mundo tá pedindo pra ficar perto ou pelo menos uma quadra desse Seu Castelhano?'.'Ah secretário, Seu Castelhano é esse aqui [...].' Aí eles começaram a botar o pessoal assim, por ordem, né?

A moradora explicou que sempre manteve um bom relacionamento com seus vizinhos, e que após a remoção, todos continuaram a morar próximos uns dos outros, o que fez com que os vínculos de amizade e companheirismo se fortalecessem. Portanto, pode-se perceber que não houve grandes alterações no estilo de vida de Sandra e de seus familiares após a mudança do Bairro Santa Tereza para o Cidade de Águeda. A narradora se identifica com o bairro onde mora, porque conseguiu, fortuitamente, reproduzir estruturas que já faziam parte de seu cotidiano, como o sucesso nos negócios e a relação salutar com os vizinhos.

3.6 "Lutei pra ter isso aqui...": Juraci Duarte (Ocupação)

Juraci Veiga Duarte, 47 anos é cuidadora de idosos e mora no Bairro Cidade de Águeda há dezoito anos. A entrevista (Apêndice 6) com duração de 17 minutos e 57 segundos, ocorreu na casa da colaboradora no dia 23 de dezembro de 2012, através da mediação do morador e líder comunitário Elton de Lima Veiga.

Juraci narrou na entrevista que não foi contemplada com nenhum programa habitacional do governo, já que conquistou a área onde mora através de ocupação. Ela e sua família moravam anteriormente na cidade de Bagé, quando seu marido resolveu vir para Rio Grande, em função de uma vaga de emprego. Juraci veio em seguida e chegou a alugar uma residência no Bairro Carreiros. Foi quando soube da existência de campos vazios no Cidade de Águeda e se mudou para lá com seus quatro filhos; Suelen, a filha mais velha, na época, tinha apenas três meses de

[141] "Seu Castelhano" é como é chamado pelos moradores o marido de Sandra.

idade. A cuidadora de idosos, como não possuía cadastro na Prefeitura, não teve a oportunidade de adquirir, inicialmente, uma casa e se viu obrigada a morar em uma barraca.

> [...] O que eu passei dentro de uma barraca com temporal [...]. Ué! Era cobra [...] era água quase entrando dentro da barraca com [...] deixa eu ver, eram três [...] o Tiago, a Jenifer o Alan [...] e a Suelen! [...] É [...] peguei muito temporal.

A situação era difícil, pois passavam por diversos percalços nas condições precárias em que se encontravam. Entretanto, cabe ressaltar que o caso de Juraci não é exclusivo, pelo contrário, eram e ainda são frequentes as ocupações ilegais que ocorrem nos espaços, aparentemente, vazios do Bairro Cidade de Águeda. Assim, outra moradora, Elisete Moreira de Medeiros, escreveu uma carta (Anexo 6), que se encontra disponível ao acesso no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, relatando como ocorreram estas ocupações que são consideradas "o começo do Bairro Cidade de Águeda", já que precedem a chegada dos moradores contemplados pelos projetos habitacionais, por volta do ano de 2004. A seguir, um trecho extraído integralmente da carta, onde Juraci é mencionada.

> Em fevereiro de 1993 começou a ocupação com barracas. Após alguns dias o pessoal começou a desistir, não tiveram persistência, ficaram com medo, porque foram ameaçadas com policia. Mas meu marido Nazir Porto Machado e eu continuamos com um pequeno grupo; Ficamos em uma barraca bem na entrada da C. Águeda. Após veio Juraci Veiga Duarte que também colocou uma barraca e veio morar c/ seus filhos e marido. (CARTA DE ELISETE MEDEIROS AO CRAS, sem data, p.01)

Elisete dá continuidade à carta mencionando os nomes de outras pessoas que também foram se fixando em áreas próximas à do terreno em que estava. Ela, juntamente com Lúcia, outra moradora pertencente às ocupações, incentivavam para que as pessoas saíssem das barracas e construíssem suas próprias casas. Foi o que muitos moradores fizeram, segundo o texto de Elisete, incluindo Juraci, que devido às condições financeiras, construiu apenas uma peça para abrigar a sua família e a si.

> [...] Eu fiz uma casinha de uma peça, aí depois pra construir [...] a dona do terreno aqui me emprestou pra mim construir a minha [casa]. Agora em março já entrego o terreno dela que vai vir um filho dela construir uma casa aqui.

A nova casa de Juraci, portanto, é no terreno ao lado da atual peça de um quarto onde mora desde que a edificou. Ambas as construções são localizadas na frente do antigo campo onde Juraci e sua família tomaram posse e moraram durante

longos anos em uma barraca. Elisete menciona, na carta ao CRAS, as dificuldades que Juraci enfrentou na barraca, pois se passou um extenso período até que ela e os seus familiares deixassem de acampar. “Foi o inverno mais frio e chuvoso com temporais terríveis, mas resistimos, dona Juraci ficou todo o inverno na barraca, pois não conseguia construir sua casa.” (CARTA DE ELISETE MEDEIROS AO CRAS, sem data, p.02)

A autora da carta cita que, depois de quatro anos de ocupação, a Prefeitura lhes cedeu a regularização provisória dos terrenos em que estavam, desde que não incentivassem ou permitissem que novas ocupações ocorressem. Caso contrário, perderiam os terrenos. Certamente foi o caso da proprietária que cedeu parte do terreno para que Juraci edificasse a peça de um quarto, pois esta moradora que não teve seu nome revelado também fazia parte das ocupações. Logo, nenhuma das duas (Juraci e suposta “dona”) comprou terreno ou casa no Águeda com outra pessoa ou com a Prefeitura, elas se apoderaram daquele espaço, que tempos depois foi regularizado pelo Executivo Municipal.

Neste sentido, Juraci narrou não se arrepender de ter ido para o Águeda, já que agora tem o que é seu. Logo, a moradora diz estar satisfeita com o bairro que para ela “é ótimo”, já que “tem posto [de saúde], tem colégio, tem o CRAS que é muito bom [...] traz cursos [profissionalizantes] pra cá pra dentro [...].” A colaboradora afirmou que não pretende sair do bairro, mesmo tendo recebido propostas para vender o espaço onde está atualmente, apesar da insegurança que sente em relação “aos traficantes” que rondam a área.

> Daqui? Não saio daqui. Daqui eu não saio! Por motivo nenhum. [...] Não. Ah é, lutei pra ter isso aqui e agora [...] não! [...] E to até hoje aqui e não saio daqui e não vendo, já tentaram comprar o meu terreno.

Nem mesmo a distância em relação ao centro incomoda Juraci, que se desloca diariamente para trabalhar. Em função das dificuldades que Juraci enfrentou ao longo de seus dezoito anos como moradora do Bairro Cidade de Águeda, compreende-se as razões de seu apego para com aquele lugar. Há, sem dúvida, em sua fala, um sentimento de orgulho por ter resistido e vencido as adversidades em um local até então estranho; longe de sua terra natal. Interessante que se faça um breve retrocesso e que se mencione a aparição da figura de Elton Veiga na carta de Elisete, já despontando como um líder no tempo das ocupações. Ele, por ser adepto das ideias do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, mesmo não sendo

morador do Águeda, na época, mas provavelmente com intenções de ser, atuava em prol daquela comunidade. Retornando à Juraci, verifica-se uma forte identificação dela com o bairro onde mora, mas acredita-se que, assim como Elton, para Luciglei e tantas outras pessoas que residem no Águeda a identidade esteja além do sentimento de pertencimento a aquele espaço. O processo identificatório para estes moradores é produzido, e, diariamente, reproduzido em função da incorporação de um discurso de persistência, de luta e de superação das condições deficitárias em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando as fábricas e indústrias não encontraram mais possibilidade de continuar em funcionamento, um número elevado de mão-de-obra pouco qualificada para além de suas funções habituais viu-se obrigada a permanecer na vila onde morava. A adesão da Prefeitura aos projetos habitacionais e de revitalização da orla foi conveniente aos interesses estéticos e econômicos do setor agora em ascensão: o polo naval. O município, através dele, assume um lugar de destaque na economia brasileira, crescendo também através do turismo, do comércio e principalmente do setor imobiliário. Neste aspecto, a alternativa de remoção foi a opção escolhida pela Prefeitura, para que estas oportunidades não se perdessem. O que se percebe é que o ingresso, em ambas as propostas, foi precipitado e mal planejado, pois poucos foram os ganhos significativos em qualidade de vida para aquelas pessoas.

Interessante ressaltar que indiferente dos meios pelos quais os moradores tenham chegado ao Águeda (Ocupação, PSH ou Morar Melhor), todos enfrentam os mesmos problemas, pois o local não lhes proporciona condições mínimas adequadas à moradia, fator esse que propiciou que os ex-moradores da Vila Dom Bosquinho abandonassem o bairro e, em grande maioria, voltassem às antigas habitações. Através de transações ilegais, venderam, alugaram ou trocaram as casas financiadas por bicicletas, celulares ou outros bens. Sendo assim, o retorno à vila atende a duas necessidades básicas: o acesso à cidade (ao centro), e, consequentemente, às oportunidades de emprego. Apesar das dificuldades que enfrentavam na vila, – pelos alagamentos devido à proximidade da Orla do Saco da Mangueira e pela sujeira, pelo acúmulo de lixo – muitos moradores já possuíam residência própria, mesmo sendo em área ilegal. Logo, não havendo nenhuma espécie de fiscalização das pessoas transferidas por parte do Executivo Municipal, optaram por retornar ao lugar de origem, onde criaram família e vínculos com a vizinhança.

Tendo em vista que neste estudo prezou-se por investigar acerca dos processos de identificação destes moradores, enfatiza-se que o fato de terem saído do bairro não significa que não se identificassem com aquele espaço. Ao que se apresenta, houve tentativas de se fixar no bairro, mas sendo o local criado para atender pessoas carentes e de baixa renda, o tempo de suprimento de suas

necessidades foi preponderante para a tomada das decisões de regresso à vila. Assim, realizando um paralelo entre as prováveis potencialidades que o Águeda teria a lhes oferecer e as conveniências que já possuíam na vila – entre elas o próprio histórico de vida que ali construíram e o sentimento de pertencimento – a identificação com a moradia se manifestou de maneira mais intensa, envolvendo mecanismos profundos e significativos da associação entre homem/lugar.

Não obstante, aqueles que persistem e ainda moram no Cidade de Águeda tentam diariamente se adaptar às "novas" instalações, quer pela precariedade das residências, quer pela distância em relação ao centro. O que se observou é que estas pessoas que também viviam anteriormente em condições precárias, diferente dos habitantes da Vila Dom Bosquinho, não possuíam outra moradia para onde pudessem retornar. Desta maneira, o valor da superação das dificuldades enfrentadas, para se obter um teto – a tão sonhada casa própria, prevalece sobre os demais transtornos referentes à infraestrutura do local. Dessemelhante ao caso dos moradores da Dom Bosquinho que, por fatores antecedentes, há a possibilidade de analisar-se o coletivo, para os demais esta perspectiva torna-se demasiadamente complexa. Obviamente que para os que permaneceram no bairro, além do elemento "casa", é difícil especificar quais os demais motivos que fomentam constantemente este processo de identificação. Alguns indícios foram evidenciados ao longo da realização das entrevistas, como já se mencionou, por exemplo, as motivações de luta e superação das dificuldades. Outros, porque contaram com a sorte de ter sua rede de relacionamentos transportada juntamente consigo para o Águeda. Delicado, igualmente, precisar, através das narrativas, o tempo de duração destes processos identificatórios, pois apesar das melhorias conquistadas, algumas por meio do empenho dos próprios moradores, o Bairro Cidade de Águeda está distante de ser o lugar ideal para se viver com qualidade.

O fato é que o bairro está crescendo progressivamente, já que as ocupações ilegais têm se tornado cada vez mais frequentes. Cerca de mais de vinte lotes, foram contabilizados, nesta modalidade no local, pela Prefeitura, no ano de 2012.[142] Por esta razão, o espaço onde está localizado está atraindo novos investimentos, entre eles a construção do cemitério da Associação de Caridade Santa Casa do Rio

[142] Informações disponíveis em reportagem do dia 10 de setembro de 2012 do Jornal *Agora*, intitulada "Aumenta o número de invasores no Cidade de Águeda". In: www.jornalagora.com.br. Acesso em 30 de dezembro de 2012.

Grande, que ocupará uma área com 50 mil metros cúbicos, situada entre os bairros Cidade de Águeda e Aeroporto.[143] Além do cemitério, há a previsão da possível construção de dois novos complexos médicos, o que seria de grande valia para desafogar a superlotação do único posto de saúde do bairro, que não comporta o número elevado de atendimentos diários. Há, também, especulações acerca da construção de um cemitério de animais de pequeno porte no local, porém, para que o projeto ocorra são necessários que se façam estudos de impacto ambiental e que algum investidor demonstre interesse em financiar a empreitada.

Neste trabalho buscou-se mostrar um pouco da origem, de como surgiu e como vivem os moradores do mais recente bairro do município do Rio Grande, o Cidade de Águeda. Local singular, por seu processo de formação, mas, incontestavelmente, comum a muitas outras localidades do país. Questões abordadas aqui, como habitação, saneamento, saúde, educação, emprego, lazer e tantas outras estão, infelizmente, longe de alcançar parâmetros satisfatórios às distintas camadas sociais da população brasileira, especialmente as mais humildes. Quer-se acreditar no sucesso destas iniciativas de habitações populares, pois se tratam de boas ideias, entretanto, é necessário que haja maior preparo e envolvimento do Poder Público no que tange à assistência às comunidades carentes, seja na aquisição, manutenção e orientação de como preservar seus imóveis e as áreas ao redor.

Compreende-se, de certa forma, a necessidade que se cria em função da expansão do espaço urbano, quer pelo aumento do fluxo populacional, quer pela manifestação de interesses de cunho econômico e que demandam a reserva de áreas destinadas à promoção de determinados investimentos. Entretanto, é essencial que haja, em troca, e por direito, uma atenção especial para as comunidades afetadas diretamente por estes empreendimentos, já que o ritmo de suas vidas e suas redes de relações, por vezes, são completamente alteradas. Ademais, nenhuma comunidade se sentirá segura se não contar com meios de promover atendimento à saúde e educação para seus filhos, assim como possuir meios de transporte que lhes faculte obter trabalho em outras regiões do município, quando isso se tornar possível.

---

[143] Disponível em reportagem do Jornal *Agora* intitulada “Santa Casa terá cemitério e dois novos complexos médicos”, de 03 de abril de 2012. In: www.jornalagora.com.br. Acesso em 30 de dezembro de 2012.

O que carece, em parte, ao Executivo Municipal, a imprensa local e aos demais moradores de Rio Grande, é a sensibilidade de perceber que a situação destas pessoas e de tantas outras, ainda anônimas, vai além da visão ingênua, de uma “troca de moradia”; sem levar em conta outros fatores envolvidos. O que sobra, em contrapartida, é a capacidade de julgar, por vezes prematuramente, a situação do outro. Outro que vivia, que sentia, e, por que não, amava o lugar onde habitava. Que se identificava com aquelas pessoas e com aquele ambiente, e, que agora se vê obrigado a (re) começar. Escrever uma nova história em uma realidade, que por falta de opção (monetária), contrasta diariamente com a realidade anterior, que era difícil, mas suportável, devido à presença dos amigos de longa data. Tratou-se aqui, de histórias, versões, impressões e identificações de outras pessoas, mas que afetam “a qualquer um” que pare, observe e se imagine, o mínimo que seja, no lugar destes outros.

REFERÊNCIAS

1 FONTES

1.1 Documentais

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla. Rio Grande, julho de 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Lei nº 4.810 de 21 de setembro de 1993. Declara cidade irmã de Águeda, situada no Distrito de Aveiro em Portugal, a Cidade do Rio Grande, no que tange aos aspectos econômicos artísticos e culturais.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Lei nº 5.617 de 11 de março de 2002. Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Liderança Comunitária do Bairro Cidade de Águeda.

PREFEITURA MUNCIPAL DO RIO GRANDE. Lei nº 5.854 de 16 de dezembro de 2003. Denomina de Orquestra Filarmônica de 12 de abril a uma praça no Bairro Cidade de Águeda.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Lei nº 6.391 de 10 de maio de 2007. Denomina de Praça Américo Alves das Neves a área verde 9 do Loteamento Cidade de Águeda.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Lei nº 7.046 de 07 de junho de 2011. Autoriza o Poder Executivo a negociar a liquidação das dívidas dos moradores do Loteamento Cidade de Águeda referentes aos contratos particulares de promessa de compra e venda e dá outras providências.

RELATÓRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, Ano de 2007.

RELATÓRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, Ano de 2008.

RELATÓRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, Ano de 2009.

RELATÓRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, Ano de 2010.

RELATÓRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, Ano de 2011.

Carta da moradora Elisete Moreira de Medeiros ao Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, relatando o “começo do bairro” na época das ocupações.

1.2 Jornais

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"PSH beneficia 210 famílias com casas populares"*, 07 de fevereiro de 2003.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, "*Construção de Casas pelo PSH deve iniciar segunda"*, 11 de fevereiro de 2003.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Famílias recebem as primeiras 30 casas"*, 29 de julho de 2003.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Esgotos causam transtornos a moradores"*, 27 e 28 de março de 2004.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, "*Moradores protestam contra remoção"*, 22 de junho de 2004 (capa).

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, "*Remoção de moradores gera protesto"*, 22 de junho de 2004.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Cidade de Águeda – Dois casos de arrombamento à residência"*, reportagem de 12 de maio de 2005.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Cidade de Águeda – BM apreende eletrônicos sem procedência"*, reportagem de 16 de setembro de 2005.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Casas com rachaduras preocupam moradores do Cidade de Águeda"*, 21 e 22 de setembro de 2005.

JORNAL *AGORA*, *"Cidade de Águeda – Brigada Militar localiza foragido de Camaquã"*, reportagem de 05 de outubro de 2005.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Entre a água e o Águeda"*, 26 de outubro de 2005.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"BM prende assaltantes no Cidade de Águeda"*, reportagem de 08 de novembro de 2005.

JORNAL *AGORA,* Rio Grande, *"Cidade de Águeda – Polícia Civil prende suspeitos de tráfico de drogas"*, reportagem de 03 de outubro de 2006. (Caderno Polícia).

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Relatora da ONU diz que remoções podem ser evitadas"*, 19 de novembro de 2007.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Moradores do Águeda comemoram inauguração de unidade de saúde"*, 15 e 16 de dezembro de 2007.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Cidade de Águeda, um bairro que luta e supera dificuldades"*, 08 de agosto de 2011 (Caderno Bairros). Acervo *online* disponível em www.jornalagora.com.br.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Prefeito e ex-prefeito vão responder por suposto crime ambiental"*, 03 de abril de 2012. Acervo *online* disponível em www.jornalagora.com.br.

JORNAL *AGORA*, Rio Grande, *"Santa Casa terá cemitério e dois novos complexos médicos"*, 03 de abril de 2012. Acervo *online* disponível em www.jornalagora.com.br.

JORNAL *AGORA,* Rio Grande, *"Chineses têm interesse em investir na construção civil",* 13 de abril de 2012. Acervo *online* disponível em www.jornalagora.com.br.

JORNAL *AGORA,* Rio Grande, "*Porte ilegal de arma no Cidade de Águeda"*, reportagem de 24 de junho de 2012. Acervo *online*, disponível em www.jornalagora.com.br.

JORNAL *AGORA,* Rio Grande, "Sem lugar para morar. Casal e quatro filhos foram retirados de terreno no bairro Cidade de Águeda"*,* 16 de agosto de 2012. Acervo *online* disponível em www.jornalagora.com.br.

JORNAL *AGORA,* Rio Grande, *"Aumenta o número de invasores no Cidade de Águeda",* 10 de setembro de 2012. Acervo *online* disponível em www.jornalagora.com.br.

JORNAL *AGORA,* Rio Grande, *"Audiência pública revela preocupação dos moradores em área de expansão",* 23 de novembro de 2012. Acervo *online* disponível em www.jornalagora.com.br.

1.3 Orais

DUARTE, Juraci Veiga. Moradora do Bairro Cidade de Águeda, por meio de Ocupação. Entrevista realizada em 23 de dezembro de 2012.

GOMES, Luciglei San Martim. Moradora do Bairro Cidade de Águeda, através do Programa Morar Melhor. Entrevista realizada em 23 de dezembro de 2012.

MARTINS, Julio*.* Vereador do Município do Rio Grande. Em 2004, posicionou-se contra a remoção dos moradores da Vila Dom Bosquinho para o Bairro Cidade de Águeda. Entrevista realizada em 12 de setembro de 2012.

OLIVEIRA, Sandra Mara Domingues de. Moradora do Bairro Cidade de Águeda, através do Programa Morar Melhor.

SILVEIRA, Virgínia de Sá. Moradora do Bairro Cidade de Águeda, através do Programa de Subsídio à Habitação. Entrevista realizada em 16 de dezembro de 2012.

VEIGA, Elton de Lima. Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Cidade de Águeda e morador, através do Programa de Subsídio à Habitação. Entrevista realizada em 24 de julho de 2011.

2 BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, Janete S.; COUTINHO, Mário F.; NUNES, Marion K. *Vila do IAPI.* Porto Alegre: SMC, 1991.

ANGHER, Anne Joyce (organização). *VADE MECUM Acadêmico de Direito*. – 7. ed. – São Paulo: Rideel, 2008. (Coleção de Leis Rideel)

ASCHER, François. *Los nuevos princípios del urbanismo.* Madri: Alianza, 2010.

AZEVEDO, Anna Lucia Dias Morrison. "Rio Grande: portal de entrada dos açorianos no Continente do Rio grande de São Pedro". In: *Sul do Sul: memória, patrimônio e identidade – presença luso-açoriana em Rio Grande.* Carmem G. Burgert Schiavon; Adriana Kivanski de Senna; Rita de Cássia Portela da Silva (organizadoras). Porto Alegre: EST Edições, 2011.

BARCELLOS, Jorge Alberto; NUNES, Marion Krause; VILARIANO, Maria da Graça Andrade. *A Grande Santa Rosa.* Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1993.

BARELA, Liliana. *Algunos apuntes sobre historia oral y cómo abordarla.* Buenos Aires: Dirección General Patrimonio e Instituto Histórico, 2012. 2ª. Edição.

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo.* Lisboa: Edições 70, 1991.

_____. *Simulacros e Simulações*. Lisboa: Relógio D'água, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos.* Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

BECKER, Howard. "Falando sobre a sociedade". In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais.* São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo.* São Paulo: Ed. Nobel, 1985.

CANDAU, Jöel. *Antropología de la memoria.* Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

_____, Jöel. *Memória e Identidade.* São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo.* São Paulo: FFLCH, 2007.

CHARTIER, Roger. “Poderes e limites da representação. Marin, o discurso e a imagem”. In: *Á beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____ debate com José Sérgio Leite Lopes. “Pierre Bourdieu e a história”. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/ 7 Letras, 2002, v. 4.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades.* 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Leitura, escrita e oralidade).

FERNANDEZ, Érico Pinheiro; KRAWCZYK, Flávio; PAZ, Celso Toscano. *Belém Velho.* Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994.

FERREIRA, Marieta de Morais. *História oral e multidisciplinaridade.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

_____ e AMADO, Janaína (coord.). *Usos e Abusos da História Oral* – 8.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurálio: o mini-dicionário da língua portuguesa.* 6. ed. rev. amp. Curitiba: Posigraf, 2004.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma nova cidade em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada.* São Paulo: Boitempo, 2003.

GANDRA, Edgar. *O cais de Resistência.* A trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande nos anos 1959 a 1969. Cruz Alta/RS: UNICRUZ, 1999.

GILL, Lorena Almeida e LONER, Beatriz Ana. *Os clubes carnavalescos negros de Pelotas (RS).* Disponível em: http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/37.37.pdf.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

MARTINS, Solismar. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar.* São Paulo: Contexto, 2007.

MONTEIRO, Simone R. da R. Pires. *O Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social. III SEPOME – Seminário de Política Social no MERCOSUL* Temas Emergentes e perspectivas para o Futuro. Universidade Católica de Pelotas – Mestrado em Política Social. 27 a 29 de abril de 2011. Acesso 27 de abril de 2011.

PEDROSO, Ticiano Duarte. *Cidade Nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande – 1950.* Dissertação para a conclusão de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

PENNA, Rejane (coord.) e outros. *Canoas – Para lembrar quem nós somos: Estância Velha.* Canoas: Tecnicópias Gráfica e Editora, 1997.

_____. *Canoas – Para lembrar quem nós somos: Mathias Velho*. Canoas: Gráfica Editora La Salle, 2000.

PINHO, Berenice Mendes de. *Perfil Sócio-econômico dos moradores do Bairro Cidade de Águeda.* Monografia para a conclusão do curso de graduação em Geografia Licenciatura. Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 02, nº 03, 1989, p. 03-15.

_____. "Memória e identidade social". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 05, nº 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. "A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: 1996, v.1, nº 2.

_____. "O momento da minha vida. Funções do tempo na história oral". In: *Muitas memórias, outras histórias.* São Paulo: Olho d'Água, 2004.

PÔRTO, Gilson Jr (org.). *História do Tempo Presente.* Bauru, SP: EDUSC, 2007. (Coleção História)

REIS, José Carlos. *O Desafio Historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROCHA, William Martins. *A formação do Loteamento Cidade de Águeda no Município do Rio Grande – RS.* Monografia para a conclusão do curso de graduação em Geografia Licenciatura. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2009.

_____. *As políticas públicas de moradia: a formação do loteamento Cidade de Águeda no município do Rio Grande* – RS, 2010. Disponível em http://repositorio.furg.br:8080/jspui/handle/1/1102.

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade?* (Coleção primeiros passos nº 203). 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Modernidade, Indentidade e a cultura de fronteira". In: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997. 4ª edição.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos)

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. *Maré: a invenção de um bairro.* Dissertação como pré-requisito para obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2006.

SILVA, Denis Mendonça da. *Migração Intra-Urbana: Um estudo de caso sobre a transferência dos moradores da Vila Dom Bosquinho para o Bairro Cidade de Águeda (2004).* Monografia para a conclusão do curso de graduação em Geografia Licenciatura. Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

TÉTART, Philippe. *Pequena História dos Historiadores.* São Paulo: EDUSC, 2000.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado – história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Luiz Henrique. *O Poente e o Nascente do projeto luso-brasileiro (1763-1776).* Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

YORI, Carlos Mario. *Ciudad y postmodernidad.* Un ensayo de termo-dinámica urbana en el fin de la historia para pensar y habitar la ciudad del siglo XXI. Bogotá: Universidad Piloto de Colombia, 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 – Lei nº 4.810, declaração da Co-Irmandade entre o município do Rio Grande e a Cidade de Águeda em Aveiro, Portugal.

Lei nº 4810

De 21 de setembro de 1993

É DECLARADA CIDADE IRMÃ DE ÁGUEDA, SITUADA NO DISTRITO DE AVEIRO EM PORTUGAL, A CIDADE DO RIO GRANDE, NO TANGE AOS ASPECTOS ECONÔMICOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS.

ADILSON TROCA, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal do Rio Grande, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, em seu artigo 51 inciso III.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada cidade Irmã de **ÁGUEDA**, distrito de Aveiro, em Portugal, a cidade do **RIO GRANDE**, no que tange aos aspectos econômicos, artísticos e culturais.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE O PREFEITO, 21 de setembro de 1993.

ANEXO 2 – Lei nº 5.617, criação da Associação de Moradores do Bairro Cidade de Águeda.

LEI Nº 5.617

De 11 de março de 2002.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES LIDERANÇA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CIDADE DE ÁGUEDA".

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, **usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III.**

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º **- É declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Liderança Comunitária do Bairro Cidade de Águeda.**

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 11 de março de 2002.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO

Prefeito Municipal

ANEXO 3 – Lei nº 5.854, criação de uma praça no Bairro Cidade de Águeda

LEI N° 5.854

De 16 de dezembro de 2003.

"DENOMINA DE ORQUESTRA FILARMÔNICA 12 DE ABRIL A UMA PRAÇA NO BAIRRO CIDADE DE ÁGUEDA".

Art. 1º- **Fica denominada de Orquestra Filarmônica 12 de Abril uma praça no Bairro Cidade de Águeda.**

Art. 2º- **Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

Gabinete do Prefeito, 16 de dezembro de 2003.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO

Prefeito Municipal

ANEXO 4 – Lei nº 6.391, criação de outra praça no Bairro Cidade de Águeda

LEI Nº 6.391

De 10 de maio de 2007

"DENOMINA DE PRAÇA AMÉRICO ALVES DAS NEVES A ÁREA VERDE 9 DO LOTEAMENTO CIDADE DE ÁGUEDA."

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 51, III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica denominada de Praça Américo Alves das Neves a área verde 9 do loteamento Cidade de Águeda, terreno próprio, na zona urbana deste Município, com área superficial de 8.389,60m^2 (oito mil e trezentos e oitenta e nove metros quadrados e sessenta decímetros quadrados), tendo 70,95m (setenta metros e noventa e cinco centímetros) de frente, a Sudoeste, para a Rua 3, lado ímpar, com 55,45m (cinquenta e cinco metros e quarenta e cinco centímetros), a Nordeste, confrontando-se com a Avenida Cid Scarone Vieira (Avenida C), por 130,00 m (cento e trinta metros) de comprimento lateral, confrontando-se, a sudeste, com a Rua 8, e com 85,80m (oitenta e cinco metros e oitenta centímetros), a noroeste, confrontando-se com a Avenida Vereador Jorge Ravara (avenida f), e, ainda com 45,25m (quarenta e cinco metros e vinte e cinco centímetros) na mesma direção com uma pequena declinação a nordeste, confrontando-se com a mesma Avenida Vereador Jorge Ravara (avenida f).

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 10 de maio de 2007.

JANIR BRANCO

Prefeito Municipal

ANEXO 5 – Lei 7.046, que autoriza o Poder Executivo a negociar a liquidação das dívidas dos moradores do Loteamento Cidade de Águeda referentes aos contratos particulares de promessa de compra e venda.

CIDADE HISTÓRICA
RIO GRANDE
PATRIMÔNIO DO
RIO GRANDE DO SUL

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 7.046, DE 07 DE JUNHO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A NEGOCIAR A LIQUIDAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS MORADORES DO LOTEAMENTO CIDADE DE ÁGUEDA REFERENTES AOS CONTRATOS PARTICULARES DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a negociar a liquidação antecipada dos débitos decorrentes dos contratos particulares de Promessa de Compra e Venda e Ressarcimento de Valores firmados entre o Município e os moradores do Loteamento Cidade de Águeda referente aos lotes descritos na matrícula nº 61.326 do Livro 2 do Registro de Imóveis do Rio Grande, mediante rebate do saldo devedor, nos termos do disposto nesta Lei.

Parágrafo único: Estão abrangidos neste dispositivo os lotes e as casas em que os moradores já firmaram contratos com a Caixa Econômica Federal, mas ainda não efetuaram contrato com o Município.

Art. 2º A negociação mencionada no artigo 1º desta Lei compreende o valor referente ao lote e o valor acrescido a esse que o Município repassou a Caixa Econômica Federal para integralizar o montante destinado a compra do material de construção com vistas a execução do Programa de Subsídio à habitação de Interesse Social.

Parágrafo único: A negociação autorizada mediante a liquidação antecipada se dará mediante as condições a seguir dispostas:

I - Os débitos decorrentes dos contratos particulares de Promessa de Compra e Venda e Ressarcimento de Valores firmados e os que vierem a ser firmados entre o Município e os moradores do Loteamento Cidade de Águeda poderão ser integralmente quitados, nas seguintes condições:

a) quanto aos contratos que estão em atraso, mediante o pagamento do valor correspondente a 5 (cinco) parcelas contratuais atualizadas, dispensado de outros eventuais débitos vencidos e vincendos, valores esses que serão integralizados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

b) quanto aos contratos que estão em dia, mediante a comprovação do pagamento referente ao mês da transferência da propriedade dos imóveis mencionados nesta Lei.

CIDADE HISTÓRICA
RIO GRANDE
PATRIMÔNIO DO
RIO GRANDE DO SUL

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

Art. 3° O Município outorgará escritura de compra e venda aos adquirentes dos imóveis ou, no caso de falecimento desses aos herdeiros na ordem sucessória da lei civil, ressalvadas as eventuais obrigações dos beneficiários desta Lei com a Caixa Econômica Federal ou outras entidades financeiras.

Parágrafo único: As despesas de escritura e seu registro serão de responsabilidade do adquirente.

Art. 4° No caso de as moradias não estarem mais sendo ocupadas pelas pessoas que contrataram com o Município serão escrituradas em nome dos atuais moradores desde que estes preencham os requisitos da Lei Municipal n°5.340, de 17 de setembro de 1999.

Art. 5° Os adquirentes dos imóveis mencionados nesta Lei não poderão efetuar qualquer benfeitoria que importe acréscimo na unidade habitacional sem prévia licença do Município.

Art. 6° Os imóveis mencionados nesta Lei são destinados exclusivamente para a moradia familiar sendo vedada qualquer outra destinação, bem como não poderão ser locados, cedidos, alienados ou transferidos pelo prazo de 10 (dez) anos sob pena de retomada dos mesmos pelo Município.

Art. 7° As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de junho de 2011.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:SMF/SMHADU/ SMCP/CSCI/PJ/CMRG/Publicação

ANEXO 6 – Carta da moradora Elisete Moreira de Medeiros ao CRAS, relatando acerca da época das ocupações

Elisete Moreira de Medeiros
Rua: 07. Nº: 2039 C. Agueda.
Como começou o bairro C. Agueda.

Em fevereiro de 1993 começou a ocupação com barracas no campo da C. Águeda. As pessoas encheram o campo com barracas. Após alguns dias o pessoal começou a desistir, não tiveram presistência, ficaram com medo, porque foram ameaçados com polícia. Mas meu marido Nazir Porto Machado e eu continuamos com um pequeno grupo; Ficamos em uma barraca bem na entrada da C. Agueda. Após veio Juraci Veiga Duarte que tambem colocou uma barraca e veio morar c/ seus filhos e marido. Tambem o Sr. Dejair colocou uma casinha. Então eu ~~construir~~ e meu marido construimos uma peça e trouxemos nossos filhos. do lado da minha a Srª Lucia contruiu uma peça para ela morar e ficamos ali incentivando e chamando o pessoal para que colocassem casas. Na epoca contavamos com o apoio do Helton Veiga que morava na Stª Rosa; iamos juntos para as reunioes da Pastoral da maradia e cada dia ficavamos mais consiente dos nossos direitos e pegavamos mais força, começaram a vir mais casas, aos poucos foi aumentando. Pessoas do movimento de

moradia. Vinha faziam reuniões e dizia que a Vila ir ser mais para dentro e nós trocavamos as barracas de lugar, depois decidimos não trocar mais e ficamos bem no início.

Foi o inverno mais frio e chuvoso com temporais terriveis, mas resistimos, dona Juraci ficou todo o inverno na barra ca pois não conseguia construir sua casa. Após uns quatro anos a Prefeitura resolveu nos dar uma regularização provisória e disse que se deixassemos alguem mais ocupar todos perderiamos os terrenos, transferiram o pessoal que ocupou perto da castelo para cá. Em 2001 Aconteceu uma nova ocupação a qual ainda está na justiça.

Mas ai já eu coordenava a Pastoral da criança realizava em minha casa as reuniões tinha também aulas do nova movimento de Alfabetização para jovens e adultos eu era a Professora continuavamos com reuniões da Pastoral da moradia com a Nice. Em 2004 já tinhamos os novos moradores do projeto de casas da Prefeitura. Também se realizava em minha casa a comunidade Católica Nossa Senhora Aparecida a qual passou para sua Sede atual em 2006. hoje na R. 10.

Lembrando que todo este trabalho de Pastoral era coordenado pela Ir. Ilce Romio e e Elisete nunca fizemos Politica Partidaria

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro da entrevista do vereador Julio Martins

1) Como você ficou ciente do processo de remoção dos moradores da Vila Dom Bosquinho ao Bairro Cidade de Águeda?
2) Qual foi o posicionamento inicial que você adotou ao conhecer a proposta?
3) Por que ficou contra a remoção depois que soube do que se tratava o projeto?
4) Você havia me comentado em conversa prévia que haviam outras saídas, outras opções para realocar os moradores da Dom Bosquinho. Quais eram?
5) Houve outros vereadores contrários a remoção?
6) Há uma fiscalização por parte da Prefeitura tanto na Dom Bosquinho, como no Águeda? Por quê?
7) Você tem conhecimento de quais os projetos ou quais medidas têm sido tomadas pela Prefeitura para favorecer os moradores do Bairro Cidade de Águeda?
8) Foi precipitada a iniciativa de remoção? Foi mal planejada?
9) Por que efetivamente ocorreu o projeto de remoção?
10) Para que os moradores possuam condições dignas de moradia, que medidas deveriam ser tomadas?

APÊNDICE 2 – Roteiro da entrevista do morador e líder comunitário Elton de Lima Veiga

1) Você foi beneficiado com uma das trinta casas do terceiro lote do Programa de Subsídio à Habitação (PSH), já que anteriormente morava no Trevo. Comente sobre a sua vinda para o Águeda.

2) Imagino que você e sua família tivessem muitas expectativas, muitos sonhos e planos em relação à nova casa e ao novo bairro. Comente sobre isso.

3) Comparando a vida que leva aqui e a que tinha anteriormente no Trevo, como você avalia esta mudança?

4) Quando e como você se tornou presidente da Associação dos Moradores do bairro? Quais são as suas funções?

5) Qual é exatamente o papel do CRAS? Você considera que a instituição tem cumprido com os seus deveres? Qual a sua relação com o Centro?

6) Você certamente deve ter acompanhado o processo de transferência dos moradores da Dom Bosquinho pra cá, a partir de uma remoção que gerou muito protesto. Você acredita que após todos os acontecimentos, os ex-moradores da Dom Bosquinho se identificam aqui na Águeda? Por quê?

7) A relação que alguns moradores possuíam com o antigo bairro, interfere na relação que eles possuem com o bairro atual? Por quê?

8) Comente sobre os seguintes programas de habitação que atendem o bairro:

   a) Morar Melhor;

   b) Subsídio à Habitação (PSH).

9) Qual a sua opinião sobre: a infra-estrutura do bairro; a precariedade do material utilizado na construção das casas; à distância em relação ao centro; os pontos positivos e negativos do bairro.

10) O que é viver no Águeda?

APÊNDICE 3 – Roteiro da entrevista da moradora Virgínia de Sá Silveira

1) Onde e em que condições você morava antes de se mudar para o Bairro Cidade de Águeda?

2) Como era o bairro quando você chegou aqui?

3) Através de que Programa Habitacional você conseguiu adquirir a sua casa?

4) Qual a sua opinião acerca da falta de esgoto, asfalto e outros transtornos do bairro?

5) O que pensa sobre as constantes reclamações do local, por parte dos demais moradores?

6) Como é o seu relacionamento com os seus vizinhos e outros moradores do Bairro Cidade de Águeda?

7) Quais os pontos positivos do bairro?

8) E, quais os negativos?

9) Se pudesse se mudar do Águeda, sairia do local? Para onde?

10) O que o Cidade de Águeda significa para você?

APÊNDICE 4 – Roteiro da entrevista com a moradora Luciglei San Martim Gomes

1) Onde você morava antes de se mudar para o Bairro Cidade de Águeda?
2) Há quanto tempo você mora no bairro?
3) O que significou esta mudança para você?
4) Como é a estrutura da sua casa?
5) Quais os pontos positivos do local?
6) Quais os pontos negativos?
7) Você se mudaria do bairro por algum motivo? Para onde?
8) Qual a sua relação com os vizinhos e demais moradores?
9) À distância em relação ao centro lhe incomoda?
10) O que o Cidade de Águeda significa para você?

APÊNDICE 5 – Roteiro da entrevista com a moradora Sandra Mara Domingues de Oliveira

1) Onde você morava antes de se mudar para o Bairro Cidade de Águeda?

2) Qual a sua opinião sobre o bairro?

3) Qual a sua relação com os vizinhos e demais moradores do bairro?

4) Quais os pontos positivos do local?

5) E, negativos?

6) Como é a estrutura da sua casa?

7) À distância em relação ao centro lhe incomoda?

8) Você se mudaria do bairro por algum motivo? Para onde?

9) A que você alega o fato de muitas pessoas terem o abandonado o bairro?

10) O que o Águeda significa para você?

APÊNDICE 6 – Roteiro da entrevista da moradora Juraci Veiga Duarte

1) Onde você morava antes de se mudar para o Bairro Cidade de Águeda?

2) Há quanto tempo você mora no bairro?

3) Qual a sua opinião acerca do local onde mora atualmente?

4) Qual o seu posicionamento em relação à tendência, cada vez mais eminente, de crescimento do bairro?

5) Qual a sua relação com os vizinhos e demais moradores do bairro?

6) Quais são os pontos positivos do local?

7) E, os negativos?

8) A distância em relação ao centro lhe incomoda?

9) Você se mudaria do Águeda por algum motivo? Para onde?

10) O que o bairro significa para você?